



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS CURSO DE
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NATÁLIA SOARES PIMPÃO

**A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS E A GUERRA ÀS DROGAS NO
MÉXICO:**

Uma análise da evolução da construção hegemônica dos EUA

FLORIANÓPOLIS, 2019

NATÁLIA SOARES PIMPÃO

**A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS E A GUERRA ÀS DROGAS NO
MÉXICO:**

Uma análise da evolução da construção hegemônica dos EUA

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito obrigatório parcial para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientadora: Prof. Dr. Jaime César Coelho

FLORIANÓPOLIS, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC) CENTRO
SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS CURSO DE
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora, nomeada pela Coordenação de Monografia, resolve atribuir a nota 10 à aluna Natália Soares Pimpão, após a apresentação do trabalho intitulado “A Hegemonia dos Estados Unidos e a Guerra às Drogas no México: Uma análise da evolução da construção hegemônica dos EUA” na disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 10 de Julho de 2019

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jaime César Coelho (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Miguel Borba de Sá
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Patrícia Fonseca Ferreira Arienti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de quatro anos de estudos e trocas que só a universidade pública e toda a sua pluralidade pode oferecer. À UFSC agradeço pelo diário exercício de empatia e por ampliar o meu campo de visão, possibilitando não somente o meu crescimento intelectual, mas também pessoal. Obrigada a todos, dos técnicos aos professores, que dedicam seu tempo e energia para a construção de uma universidade melhor. Agradeço também ao meu orientador, Jaime César Coelho, por me auxiliar durante o processo, muitas vezes difícil, de escrita da monografia.

Aos meus amigos, em especial à Júlia, Helena, Garcia, Rafaela, João Pedro, Bárbara, Luiza e Bruna, agradeço por todos os momentos compartilhados na graduação e pelo companheirismo constante. A minha monografia reflete cada conversa em sala de aula ou na mesa do bar com cada um de vocês. O trabalho carrega um pedacinho da visão de mundo de todos que dividiram comigo os últimos quatro anos e moldaram aos pouquinhos minhas próprias concepções. Devo agradecer também aos meus antigos companheiros de CARI por aprenderem junto comigo e tentarem impactar, mesmo que minimamente, o cotidiano do estudante da UFSC. Foram muitas reuniões e muitos debates durante este período tão preocupante para a política brasileira. Às mulheres do curso agradeço pela sororidade e por lutarem, desde as primeiras semanas de graduação, por uma Universidade menos machista do que a que encontramos em 2015.

Pelo apoio incondicional, do pré-vestibular até a monografia, agradeço à minha família. Obrigada por acreditarem em mim sempre e por fazerem o possível e o impossível para me ajudar. Ao Jovani, agradeço pela paciência, pelo carinho e pela boa vontade em tentar entender um pouquinho do mundo das Relações Internacionais junto comigo.

RESUMO

O fim da Segunda Guerra Mundial instigou a tentativa dos Estados Unidos de consolidar uma hegemonia global favorável aos seus interesses. Essa tentativa promoveu a construção de um consenso baseado em instituições e discursos voltados para a luta contra o comunismo e a necessidade de fortalecer a economia de mercado. O consenso, no entanto, não emergiu da coerção. Por meio da abordagem metodológica hipotético-dedutiva, este artigo explora alguns momentos-chave que representam a política externa conduzida pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, a fim de compará-los com o cenário da Guerra às Drogas no México de 2006 a 2012. Através da análise das origens da hegemonia e de seus fundamentos, pretendemos determinar se o aumento da violência, observado durante o governo de Felipe Calderón, significa que os Estados Unidos passaram a desempenhar um papel de dominação e não de liderança. Considerando a relação histórica estabelecida entre o México e os Estados Unidos, somada à história da proibição, chegamos à conclusão de que ainda há um consenso considerável que vincula a violência a uma causa na Guerra às Drogas. A Guerra às drogas é, não entanto, uma estratégia dos Estados Unidos para a América Latina, e nossa conclusão não deve isentar os Estados Unidos das responsabilidades pela violência praticada.

Palavras-chave: Hegemonia; Guerra às Drogas; Estados Unidos; Guerra Fria; México; Violência; Consenso; Coerção.

ABSTRACT

The end of the Second World War instigated the United States' attempt at consolidating a global hegemony favorable to their interests. This attempt promoted the construction of a consent ground based on institutions and discourses focused on the fight against communism and the need to strengthen market economy. Consensus, however, did not emerge free from coercion. Through the hypothetical-deductive methodological approach, this paper explores a few key moments that represent the foreign policy conducted by the United States after the Second World War in order to compare them with the scenario of the War on Drugs in Mexico from 2006 to 2012. Through the analysis of the origins of the hegemony and its foundations, we intend to determine whether the increase violence, observed during Felipe Calderón's rule, means that the United States started to play a role of domination rather than leadership. Considering the historical relationship established between Mexico and the United States, added to the history of prohibition, we reached the conclusion that there is still a considerable

consensus that ties the violence to a cause in The War on Drugs. The War on Drugs is nonetheless a strategy of the United States for Latin America, and our conclusion should not exempt the United States from responsibilities for the violence carried out.

Keywords: Hegemony; War on Drugs; United States; Cold War; Mexico; Violence; Consensus; Coercion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 PODER E A HEGEMONIA GRAMSCIANA	10
1.1 SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA: CONSENSO E VIOLÊNCIA ..	13
1.2 A INCORPORAÇÃO DA HEGEMONIA NO MÉXICO	16
2 A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE	26
2.1 OS PILARES DO CONSENSO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE	27
2.1.1 As organizações liberais	27
2.1.2 O American Way of Life	31
2.2 GUERRA FRIA: CONSENSO E COERÇÃO.....	36
2.2.1 A Guerra Fria do Sudeste Asiático	36
2.2.2 Os governos autoritários na América Latina	42
2.3 A GUERRA POR OUTROS MEIOS	51
3 A GUERRA ÀS DROGAS NO MÉXICO	55
3.1 A CONSTRUÇÃO DA LÓGICA PROIBICIONISTA	56
3.2 A LEGALIZAÇÃO DA PROIBIÇÃO.....	61
3.3 A POLÍTICA PROIBICIONISTA ANTES DA DECLARAÇÃO DE GUERRA ÀS DROGAS: ZONAS CINZENTAS E O ESTADO MEXICANO FRACO	64
3.4 A CONTRACULTURA E A PRESSÃO PELA VIOLÊNCIA	66
3.5 A MILITARIZAÇÃO DO CONFLITO: A SECURITIZAÇÃO DA PAUTA DAS DROGAS.....	70
3.6 O GOVERNO DE FELIPE CALDERÓN E A MILITARIZAÇÃO DO COMBATE.....	73
3.6.1 A Iniciativa Mérida	74

3.6.2	A Escalada da Violência	75
3.7	AS EXPECTATIVAS E AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA ÀS DROGAS	79
3.8	CONSENSO, COERÇÃO OU DOMINAÇÃO?	82
	CONCLUSÃO.....	88
	REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Desde o final da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos trabalham para a consolidação de sua hegemonia em âmbito global. Emergindo da Guerra como um dos líderes mundiais e tendo que disputar com a União Soviética por influência e poder, os Estados Unidos seriam motivados a rapidamente construir um consenso global e demonstrar sua força nos mais diversos palcos. O objetivo deste trabalho é desvendar as estratégias para a construção e manutenção do consenso, assim como o uso da violência pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria e sua evolução até o caso da Guerra às Drogas no México.

A relevância da pesquisa é a de contextualizar a escalada da violência observada no México a partir de 2007 e compreender seus motivadores domésticos e externos. Outro fator importante é o de desmistificação da proibição das drogas, visto que revelaremos também a história por trás da criminalização destas substâncias ilícitas. Além disso, a pesquisa permite avaliar a interferência exercida pelos Estados Unidos globalmente e principalmente na América Latina, apontando a violência inerente à manutenção da hegemonia.

A análise da construção hegemônica dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial pretende determinar se e como a escalada da violência no México indica um declínio hegemônico estadunidense. Esta hipótese foi baseada no trabalho de Robert Cox sobre o conceito de hegemonia de Gramsci. Postula-se que o apelo à coerção, caso o consenso não seja confirmado, possa ser uma manifestação de que os Estados Unidos já não conseguem exercer sua liderança no continente.

Através do método histórico-comparativo, traçaremos paralelos entre a hegemonia exercida pelos Estados Unidos na Guerra Fria e a vivenciada pelo México a partir de 2007. Nos ateremos à análise da Guerra às Drogas no México até 2012, quando o presidente Felipe Calderón deixa o cargo. O recorte histórico dá-se pelo aumento excessivo da violência durante o mandato do presidente mexicano que tomara posse em dezembro de 2006. Faremos um recuo histórico, no entanto, para compreendermos os motivadores da política de combate baseada na militarização.

Como forma de avaliar a hegemonia dos Estados Unidos na Guerra às Drogas, principalmente o seu emprego do consenso e da coerção, analisaremos alguns episódios chave para a compreensão da consolidação do poder estadunidense. Os eventos escolhidos e descritos no segundo capítulo da pesquisa pretendem demonstrar como os Estados Unidos agiram para garantir a manutenção de seu poder em diferentes cenários globais. Além das

intervenções e guerras que marcaram a Guerra Fria, também avaliaremos os elementos consensuais que sustentam a hegemonia estadunidense até os dias de hoje.

O trabalho foi dividido em 3 capítulos. O primeiro é dedicado para a discussão da base teórica da pesquisa e para a compreensão dos conceitos que permeiam a nossa pergunta de partida: “de que forma a escalada da violência no México durante a Guerra às Drogas significa uma queda hegemônica dos Estados Unidos?”. Discutiremos no primeiro capítulo o que significa hegemonia e quais são os elementos centrais para que um ator a detenha sobre os demais.

O segundo capítulo da pesquisa foca na trajetória dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e demonstra como o país estabeleceu os elementos necessários para que conseguissem consolidar seu poder. Buscamos observar neste capítulo de que forma os Estados Unidos utilizaram a violência e quais são seus instrumentos de consenso. Para isso, exploramos algumas ações dos Estados Unidos no sudeste asiático e na América Latina, além de discutir o papel de instituições como o Fundo Monetário Internacional e da Organização das Nações Unidas na consolidação hegemônica no pós-guerra. Esta análise nos auxiliará a contrastar o cenário da Guerra Fria com o observado no México após 2006. Ademais, no segundo capítulo, buscamos contextualizar a relação estabelecida entre México e Estados Unidos para melhor compreender como esta afeta a dinâmica da Guerra às Drogas. Por fim, avaliamos algumas operações clandestinas que aconteceram durante a Guerra Fria que demonstram a relação contraditória que os Estados Unidos estabeleceram entre retórica e prática no que tange o tráfico de drogas.

O terceiro e último capítulo focará na proibição das drogas psicoativas ilícitas e nas políticas de combate a elas. Exploraremos as origens da moralização do consumo de certos psicoativos e a trajetória da criminalização do mercado destas substâncias em âmbito doméstico, nos Estados Unidos e no México, assim como em discussões nos fóruns internacionais. É neste ponto que analisamos a violência no México, seus motivadores e sua conexão com a militarização do combate ao tráfico de psicoativos ilegais. As motivações e consequência da Guerra às Drogas são traçadas neste capítulo, assim como é discutida a hipótese do trabalho.

O objetivo do presente trabalho é observar a construção hegemônica dos Estados Unidos, analisando os elementos de consenso e coerção utilizados historicamente, para melhor compreender como a violência da Guerra às Drogas é reflexo dela. Buscar-se-á compreender se a violência evidente no México indica que os Estados Unidos passaram a exercer dominação e não liderança na América Latina.

1 PODER E A HEGEMONIA GRAMSCIANA

Antonio Gramsci, teórico e militante italiano pensou os conceitos que basearão a análise da Guerra às Drogas envolvendo o México e os Estados Unidos. Gramsci estudou na Universidade de Turin na Itália e se tornou membro do Partido Socialista Italiano em 1915. O teórico ganhou notoriedade ao escrever para o periódico *L'Ordine Nuovo*, o qual criou em parceria com Angelo Tasca e Umberto Terracini, e também por atuar em diversos movimentos de trabalhadores na Itália. Sua obra e vida foram influenciadas pelo processo de ascensão do Fascismo na Itália, assim como pela eclosão da Revolução Bolchevique de 1917. A Revolução Russa o inspirava e as aparentes mudanças no cenário político italiano no pós-guerra o motivaram a pensar alternativas para o movimento que viria a se firmar sob o controle de Mussolini. Gramsci “em diversas ocasiões previu que a não ser que uma ação conjunta fosse tomada contra a ascensão do movimento de Mussolini, a democracia Italiana e o Socialismo italiano ambos sofreriam uma derrota desastrosa” (ROSENGARTEN, 2019, tradução nossa). Gramsci se posicionou ao lado da esquerda comunista italiana e assumiu papéis importantes na Internacional Comunista, chegando ao cargo de Secretário Geral em 1924.

Gramsci é preso em 1926 em Roma e fica detido até o final de sua vida, dez anos mais tarde. A década de encarceramento, encomendada pelo regime fascista, no entanto, não impediu que Gramsci pensasse e escrevesse sobre o cenário político italiano. Essas contribuições foram publicadas apenas após a Segunda Guerra Mundial e são conhecidas como os *Cadernos do Cárcere*. São nos Cadernos que Gramsci desenvolve conceitos, métodos e ideias que continuam relevantes para a análise de diversos cenários internacionais. Um dos conceitos desenvolvidos por Gramsci, que aplicaremos na análise da Guerra às Drogas, é o de hegemonia. O autor o aplicou para “entender as razões por trás tanto dos sucessos como das derrotas do socialismo em uma escala global” e pensar em um projeto para a concretização do socialismo coerente com as dinâmicas de sua conjuntura (ROSENGARTEN, 2019, tradução nossa). Utilizaremos as interpretações da Teoria Crítica e neo gramscianas para interpretar Gramsci e seus conceitos. A Teoria Crítica é “crítica no sentido que se separa da ordem do mundo predominante e pergunta como aquela ordem surgiu” (COX, 1981, p. 208, tradução nossa). Ou seja, a análise da construção da hegemonia e sua manutenção, respaldada na história, será um ponto importante de reflexão no caso da Guerra às Drogas.

O conceito de hegemonia de Gramsci parte, segundo o autor Robert Cox, de duas vertentes: de seu estudo da obra de Maquiavel e também de sua experiência com a Revolução Bolchevique e os debates a seu respeito na Terceira Internacional. Do autor Italiano, “Gramsci assumiu a imagem de poder como um centauro: metade homem, metade besta, a combinação

necessária entre consenso e coerção” (COX, 1993, p. 52, tradução nossa). Ou seja, a hegemonia Gramsciana não pode ser compreendida somente como a simples dominância pela força de um Estado Nação sobre outro ou sobre sua própria população, mas como um conjunto de relações interestatais e também entre a sociedade civil. O monopólio da força pelo Estado seria apenas uma das faces da hegemonia o abuso da coerção pode servir como indício de que um determinado bloco histórico iniciou sua decadência. A partir dos debates da Terceira Internacional, Gramsci ampliou o escopo dos conceitos de liderança, dominação e hegemonia. Na Terceira Internacional, estes conceitos eram apenas aplicados para classificar a relação entre trabalhadores e as demais classes, apoiadoras ou inimigas. Segundo Cox, Gramsci percebe que os conceitos podem ser aplicados à burguesia e através deles seria possível compreender os diferentes estágios que cada hegemonia burguesa se encontrava. Nas hegemônias mais consolidadas, haveria concessões aos trabalhadores em troca de apoio às suas lideranças e uma sociedade civil coerente com as ideias e instituições burguesas (COX, 1993, p. 51). Com base nessa aplicação do conceito, Gramsci também conclui que a noção restrita de Estado não seria suficiente para explicar esses fenômenos. Se a burguesia, assim como contemporâneas classes dominantes, poderia constranger e moldar a ação do Estado, a análise deveria englobar a sociedade civil e suas estruturas e não se limitar ao poder coercitivo do Estado.

A hegemonia Gramsciana na concepção de Stephen Gill e David Law:

[...] só pode ser entendida em termos de uma análise estrutural assim como comportamental do poder. Particularmente a análise Gramsciana destaca o papel das ideias e da cultura, pelo fato de que elas servem para moldar preferências e constranger percepções do que é possível. Este último aspecto não segue a mesma lógica de que a antecipação das consequências constrange comportamentos: no sentido Gramsciano, tais constrangimentos são tão internalizados que parecem naturais e inevitáveis (1998, p.77, tradução nossa).

Ou seja, o consenso, elementar na concepção da hegemonia, se manifesta através da despreensão com que as ideias da classe dominantes são absorvidas e reproduzidas. Quando há consenso, não há a necessidade de infligir o medo das consequências de ações desviantes para que a lógica da classe dominante seja seguida. Dessa maneira, a hegemonia gramsciana engloba a cultura, a ideologia, as instituições e suas manifestações na sociedade civil para compreender como o consenso foi constituído e é preservado.

A hegemonia é formada por três esferas de atividade que são descritas por Cox: *forças sociais, formas de estado e ordens mundiais*. Estas três esferas interagem reciprocamente de forma que não há uma que se sobreponha à outra. Gramsci pretendia evitar reduções como a a subjugação da superestrutura à estrutura e um enfoque excessivo nos interesses materiais. A

esfera das *forças sociais* abrange todas as relações sociais relacionadas ao modo de produção: conhecimento, valores morais e instituições necessárias para e decorrentes da execução da produção. A esfera das *formas de estado* considera que o Estado é baseado em relações sociais e que deve ser compreendido de forma ampla a partir de sua constituição. As “diferentes formas de Estado são consideradas expressões de blocos históricos específicos” e cada bloco histórico é a expressão da interação de diferentes classes sociais na construção de uma unidade em sua moral, ideias e instituições (BIELER; MORTON, 2003, tradução nossa). Um bloco histórico é consolidado nacionalmente, mas pode ser expandido para além das fronteiras de um Estado nacional. A esfera das *ordens mundiais* representa essa expansão das hegemônias, muitas vezes apoiadas nas instituições internacionais. Sobre a hegemonia gramsciana em nível internacional, Cox acredita que não se trata somente de “[...]uma ordem entre estados. É uma ordem dentro de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países [...]” (1993, p. 61, tradução nossa). A hegemonia mundial abarca “[...] uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política. Ademais, ela é expressa em normas universais, instituições e mecanismos que estabelecem regras gerais de comportamentos para os Estados e para as forças da sociedade civil [...]” (COX, 1993, p. 61, tradução nossa). Cada esfera de atividade pode provocar mudanças em outras esferas e elas devem ser encaradas como uma expressão de um momento histórico específico e mutante.

Dentro das três esferas de atividade, as *ideias*, *capacidades materiais* e as *instituições* interagem formando uma estrutura para a ação¹, moldando desta forma a estrutura histórica (BIELER; MORTON, 2003). Cada esfera de atividade individualmente é um resultado da interação das forças analisada em seu momento histórico específico. As ideias são vistas de duas formas: como significado intersubjetivo e como imagens coletivas. As ideias como significado intersubjetivo dizem respeito às noções sociais construídas no decorrer da história e que criam hábitos e ‘verdades’ comuns a uma sociedade. Já as ideias como imagens coletivas são mais plurais e dizem respeito à legitimidade percebida na execução do poder, na justiça e também em outros aspectos do bem comum (COX, 1981, p. 2019). Imagens coletivas opostas podem evidenciar a possibilidade de formação de um novo bloco histórico. A capacidade material está ligada à riqueza de uma sociedade e seus recursos e, por último, as instituições são organizações poderosas para a consolidação de uma hegemonia. São nelas em que é possível observar os valores da classe dominante e é através delas que se pretende construir uma coesão das imagens coletivas. As instituições, quando consolidadas e efetivas, reduzem a

¹ Expressão traduzida do Inglês “*Framework of Action*”. O conceito é utilizado por Robert Cox em sua publicação de 1981 intitulada *Social Forces, States and World Orders*.

necessidade do uso da força por realizarem concessões e promoverem a ideologia das classes hegemônicas. A estrutura para a ação é uma configuração de forças e exerce influência sobre as ações de uma sociedade, as constringendo ou promovendo. Apesar de não existir uma relação automática entre a estrutura histórica e ações específicas, a estrutura impacta as relações sociais. Assim como no caso das esferas de atividade, uma força não se sobrepõe a outra. Ou seja, nossa análise do poder estadunidense não deve se concentrar somente em um aspecto de sua composição.

1.1 SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA: CONSENSO E VIOLÊNCIA

Hugues Portelli, no livro *Gramsci e o Bloco Histórico*, trabalha as principais ideias do autor italiano incluindo os conceitos de “sociedade política” e “sociedade civil”. Ambos os termos aparecem nos *Caderno do Cárcere* de Gramsci e representam, de maneira ampla, os elementos que foram tratados previamente como consenso e coerção. Ambos os conceitos aparecem diversas vezes na obra e são descritos de maneiras diversas. Portelli primeiramente discorre sobre a Sociedade Civil. A Sociedade Civil para Gramsci é “o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (PORTELLI, 1977, p. 22). A sociedade civil se manifesta de diferentes maneiras para cada grupo social e, segundo Portelli, pode ser considerada: como ideologia da classe dirigente; como concepção do mundo; e como direção ideológica da sociedade. Em outras palavras, a Sociedade Civil engloba a ideologia e sua manifestação na ciência, na arte, na economia. Além disso, a sociedade civil também é a esfera onde se cultiva uma concepção de mundo comum a um bloco histórico e onde é estabelecida a ideologia, sua estrutura e seus instrumentos de difusão.

A ideologia, portanto, assume um papel importante na construção da esfera da Sociedade Civil gramsciana. O autor compreendia a ideologia como “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (GRAMSCI apud PORTELLI, 1977, p. 23). A ideologia está vinculada à classe dominante e à sua hegemonia. Conforme se enraíza a hegemonia, maior a influência a ideologia exerce sobre diferentes áreas da superestrutura. Muitas vezes, a presença da ideologia pode passar despercebida, no entanto, mesmo na ciência ela se manifesta e o conjunto das áreas da superestrutura marcadas pela ideologia formam a concepção de mundo da classe fundamental (PORTELLI, 1977, p. 23). Observamos que nas instituições a ideologia da classe dominante também é predominante e molda suas ações. Como na ciência, o caráter ideológico das instituições pode não ser notado e elas podem ser

vistas como neutras, contudo, elas são um reflexo da classe dominante e sua concepção de mundo.

A incorporação da ideologia, apesar de acontecer em diversas esferas da superestrutura, não é homogênea através das classes sociais. Na filosofia é onde a ideologia se manifesta mais fielmente. É através dela que grandes intelectuais, que conhecem a história completa do pensamento e que são considerados por Gramsci como os arquitetos das hegemonias, pensam a sociedade. A filosofia é referência para o restante da sociedade e possui uma conexão mais próxima com as classes dominantes, sendo sua tarefa conservar a unidade ideológica e influenciar “as normas de vida de todas as camadas sociais” (PORTELLI, 1977, p. 24). Dessa maneira, “o papel essencial da filosofia no seio do bloco ideológico é representado pela sua influência sobre as concepções de mundo difundidas no interior das classes auxiliares e subalternas: o senso comum” (PORTELLI, 1977, p. 25).

Portelli destaca, no entanto, que deve haver um diálogo entre a filosofia e o senso comum das camadas populares. Enquanto a filosofia se enquadra como uma ideologia científica, o senso comum é uma mistura de diferentes ideologias tradicionais e da ideologia da classe dominante conhecida como bom-senso (PORTELLI, 1977, p. 25). As religiões, contemporâneas e também em forma de crenças antigas e repassadas através das gerações, exercem grande influência no senso comum das camadas populares. O senso comum é um folclore da filosofia, segundo Portelli, sendo constituído através de fragmentos da ideologia da filosofia, do bom-senso e do folclore. O folclore, por sua vez, é ainda mais heterogêneo e incoerente, visto que engloba diversas concepções de mundo e representa o povo em toda sua diversidade. Notamos, portanto, que dentro de um mesmo território, podem haver diversas concepções de mundo que são mais ou menos coerentes com a ideologia formada pela filosofia. Para que exista coesão na Sociedade Civil e, portanto, para que se tenha um padrão de comportamento coerente ao do grupo dominante, é necessário que a política articule o diálogo entre a ideologia da filosofia e aquelas observadas em diferentes classes sociais. Portelli conclui que “o primeiro dever de qualquer novo grupo social homogêneo é, pois, definir sua própria filosofia e combater o senso comum” (1977, p. 26).

A ideologia, contudo, deve ser difundida através de um bloco histórico. Gramsci denominou o aparato que promove uma concepção de mundo dominante de “estrutura ideológica”. Dentro da estrutura ideológica estão as organizações culturais e também o material ideológico. Entre as organizações culturais estão a igreja, a escola e a imprensa visto que elas possuem influência direta sobre a opinião pública de determinada população e são também produtoras de material ideológico. As organizações religiosas já tiveram um domínio

maior sobre a Sociedade Civil, mas ainda hoje consegue influenciar, não somente sua congregação, mas também outras instituições políticas laicas. A igreja está presente hoje em parlamentos, em sindicatos e também nas escolas, produzindo materiais ideológicos e influenciando a concepção de mundo de muitos. Considerando que as organizações culturais possuem um papel central na divulgação ideológica, é natural que o Estado e setores da sociedade disputem o controle dessas organizações. A promoção “da ideologia requer uma articulação extremamente complexa da sociedade civil” e é com base nela que se constrói uma coesão entre as classes e é possível limitar o uso da coerção, exercida pela esfera da Sociedade Política. (PORTELLI, 1977, p. 28).

A Sociedade Política também é definida e discutida nos *Qaderni* de Gramsci. A Sociedade Política refere-se à dominação direta, ou seja, ao uso do poder coercitivo. Trata-se de um:

[...] aparelho de coerção de Estado, que assegura “legalmente” a disciplina desses grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo; no entanto, é constituído para o conjunto da sociedade, em previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando falha o consenso espontâneo (GRAMSCI apud PORTELLI, 1977, p. 30).

Portanto, compreendemos que o âmbito da Sociedade Política é explorado quando a Sociedade Civil e sua ideologia falha em criar consenso. O termo coerção não se restringe ao uso da força física. Para Gramsci, o direito também é um aparato coercitivo, visto que reprime ações destoantes do consenso. Afinal, as leis são compostas por um grupo de pessoas inspiradas por determinada concepção de mundo. Como Cox destaca, teorias são feitas para alguém e com algum propósito específico e o direito não escapa desta máxima (COX, 1981, p. 207). Tendo sido influenciado pelas ideias do liberalismo, o direito protege a propriedade privada e os interesses do capital, portanto pode de fato ser visto como um instrumento coercitivo. No caso da Guerra às Drogas, o direito legitima o encarceramento em massa de um recorte específico da população mexicana e estadunidense e também autoriza legalmente as ações militares que matam e prendem.

Portelli descreve que o poder coercitivo pode ser utilizado em duas ocasiões diferentes. Primeiramente a coerção pode ser um recurso para a manutenção de uma hegemonia. Nesse caso ele é utilizado para controlar classes subalternas que destoam da classe dominante e suas regras de conduta. A coerção também pode ser utilizada em outro contexto, quando “a classe dirigente perde o controle da sociedade civil e apoia-se na sociedade política para lograr manter sua dominação” (PORTELLI, 1977, p. 31). Nessa ocasião, o uso do poder coercitivo não é pontual ou utilizado contra uma pequena minoria da população que não consente com a

ideologia da classe dominante. A sociedade política é uma extensão da sociedade civil e “assim como no esquema gramscista a conquista do poder político culmina no controle da sociedade, assim também a sociedade política só deve desempenhar, no sistema hegemônico, um papel secundário” (PORTELLI, 1977, p. 30). Há um perigo quando se perde o controle da sociedade civil de que o poder coercitivo deixe de ser apenas uma alternativa secundária para a manutenção da hegemonia, e que se torne seu principal instrumento de sustentação.

Sociedade civil e Sociedade Política são dois conceitos que nos auxiliam a compreender a construção e manutenção de uma hegemonia, no entanto, na realidade elas não atuam separadamente. O consenso é promovido por meio dos materiais ideológicos e a coerção é aplicada em conjunto, para que dessa forma se alcance uma unidade. Portelli destaca que:

Não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação. O sistema em que somente o consenso bastaria é “uma pura utopia, que repousa sobre o *a priori* de que todos os homens são realmente iguais e, assim, igualmente racionais e morais, isto é: capazes de aceitar a lei livre e espontaneamente e não por coerção, como uma coisa imposta por outras classes, externa à consciência (1977, p.32).

Ou seja, para que uma hegemonia se mantenha saudável é necessário que o consenso e a coerção sejam utilizados de maneira regular, visto que o povo é heterogêneo e a ideologia não é transmitida de maneira uniforme para todas as classes sociais. Como observamos previamente, nem sempre a coerção precisa acontecer através da força física. O uso do sistema jurídico como meio de coerção agrega legitimidade ao contrário do uso indiscriminado da violência. O equilíbrio entre sociedade civil e sociedade política em uma hegemonia é a chave para a manutenção da sua influência. Quando a “[...] dominação baseada unicamente na força, só pode ser provisória e traduzir a crise do bloco histórico em que a classe dominante, já não detendo mais a direção ideológica, mantém-se artificialmente por meio da força” (PORTELLI, 1977, p.32). Dessa maneira, observaremos no caso da Guerra às Drogas no México se há um uso abusivo da coerção que indique uma decadência da hegemonia liderada pelos Estados Unidos ou se a sociedade política apenas exerce seu poder regular em conjunto com a sociedade civil.

1.2 A INCORPORAÇÃO DA HEGEMONIA NO MÉXICO

O México, assim como os demais países latino-americanos, não faz parte do centro global. O país está submetido a um sistema capitalista de produção e depende de suas relações comerciais com os Estados Unidos e outros países desenvolvidos. A história do México, no

entanto, é marcada pelo pensamento revolucionário. O capitalismo e seu modo de produção não foi incorporado no país sem que se contestassem as estruturas de poder vigentes na época. Com o capitalismo, vieram também suas contradições que motivaram greves e a organização de intelectuais e trabalhadores em busca de uma revolução. Tal organização foi capaz de abalar a dominação de uma oligarquia latifundiária que explorava indígenas e camponeses, além de restringir as atividades da nova classe burguesa. A lógica capitalista chegou ao México pela incorporação dos países latino-americanos ao modelo mundial de mercado. Em busca de corresponder às demandas por *commodities* e matérias-primas, os países latino-americanos desenvolveram suas produções latifundiárias. Ou seja, a oligarquia latifundiária no México, que lucrava com a venda dos produtos demandados pelo centro global, ditava as regras do jogo. Indígenas e camponeses eram expostos a condições de trabalho sub-humanas e chegaram a perder pequenas concessões que tinham em épocas coloniais também cruéis. A busca pelo aumento da produtividade, produção de excedentes e pela destruição de modos de vida pré-capitalistas reinava, impedindo que indígenas e camponeses cultivassem seus próprios alimentos e retirando-lhes terras.

Insatisfeitos com a ditadura de Porfirio Díaz², intelectuais representantes de classes trabalhadoras, assim como de classes burguesas mais abastadas, organizavam-se em busca da queda do presidente e da retirada das oligarquias agrárias do poder. Pancho Villa, Emiliano Zapata e Francisco I. Madero, foram os grandes líderes do movimento pela revolução. Enquanto o último buscava uma revolução que proporcionasse um aprofundamento do capitalismo de maneira mais democrática e nacionalista, Zapata e Pancho Villa observavam o cenário mexicano de baixo, a partir da visão da classe camponesa que representavam. O Zapatismo lançou a carta de Ayala, revolucionária por propor uma reforma agrária através da restituição de terras aos seus donos por direito e por colocar o bem coletivo acima do individual (RAMPINELLI, 2011, p. 98). O pesquisador Waldir Rampinelli descreve que Pancho e sua visão para o México:

Embora não tivesse um plano de reforma agrária como o defendido por Zapata, pensava nas colônias militares, onde os camponeses vivessem juntos, trabalhassem juntos e desfrutassem juntos de uma vida melhor. O socialismo para Villa não consistia em uma sociedade sem classe, mas em uma maior igualdade entre as pessoas (2011, p. 101).

Pancho moldou sua estratégia para alcançar um México menos desigual com a mudança na configuração de poder. Pancho foi perseguido pelo governo, mas continuou a mobilizar a

² Porfirio Díaz foi militar e presidente do México durante 30 anos. Díaz foi presidente pela primeira vez em 1876 e entre 1884 e 1911 governou o México, reelegendo-se sete vezes durante este período conhecido como Porfiriato.

camada social mais pobre do país e a executar programas sociais em benefício dos populares. No manifesto de San Andrés Villa de 1916, Pancho declara sua posição anti-imperialista. Nele, Pancho Villa propõe a “abolição da dívida pública e proibição aos estrangeiros de serem proprietários de terras no México; nacionalização das minas estrangeiras e das ferrovias, e o fechamento da fronteira com os Estados Unidos para promover a indústria nacional” (RAMPINELLI, 2011, p. 101). O militante chamou a atenção dos Estados Unidos ao fazer declarações contra a interferência do país em território mexicano e também ao invadir a região de Columbus em território estadunidense no ano de 1916. Pancho foi aliado de Francisco I. Madero, que assume a presidência do México em novembro de 1911 na primeira eleição após a queda de Porfírio Díaz. A insatisfação com o governo de Madero causou revoltas que foram apoiadas pelos embaixadores dos Estados Unidos, Alemanha e Espanha. Após a renúncia, Madero foi assassinado e o governo golpista e os embaixadores dos países favoráveis a renúncia contentaram-se com uma explicação pouco convincente para a morte do ex-presidente.

A Revolução Mexicana foi uma reação à incorporação da lógica capitalista no México e à percepção de sua contradição em relação ao sistema controlado pelas elites oligárquicas agrárias. Heterogênea, a revolução

[...] foi caracterizada como burguesa agrária, visto ter sido a facção vencedora da luta armada; foi chamada de nacionalista, por conta da formação de seu mercado interno e do protecionismo de suas riquezas; dita anti-imperialista por conta de suas leis antimonopólios diante dos Estados Unidos, que se apropriavam das terras e das minas; e, por fim, anticapitalista devido ao Plano de Ayala com seus princípios coletivistas (RAMPINELLI, 2011, p. 104).

Apesar do movimento ter adquirido um objetivo de remover quaisquer amarras que impedissem um aprofundamento das relações capitalistas, ele também foi o primeiro na América Latina a promover a redistribuição de terras e causar mudanças na estrutura do poder através da organização de classes populares. Pancho Villa desafiou os países centrais e seu poder sobre o México ao propor que o país fechasse suas portas para a influência externa e para o controle dos Estados Unidos sobre a riqueza mexicana. Os Estados Unidos, que na época ainda buscavam uma compor sua hegemonia global, já procuravam firmar sua influência sobre o país vizinho e tomavam partido, apoiando os governos que lhes eram mais convenientes e reprimindo os governos que não eram.

Com o fim da Revolução, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) foi formado com o objetivo de “criar instituições fortes que pudessem substituir os *caudillos* [...]”. Este sistema político específico criado no México era baseado em um aparato burocrático amplo e instituições fortes, ambos dominados pelo PRI” (DERWICH, 2015, p. 13). O Partido

Revolucionário Institucional permaneceu no poder entre 1930 e 2000. A forte centralização do poder permitia que alianças fossem traçadas entre partidos e grupos específicos na sociedade. Um desses grupos eram os cartéis, os quais as autoridades mexicanas toleravam desde que esses restringissem ações violentas (DERWICH, 2015, p. 14). No entanto, com a dissolução do PRI e a democratização, diversas relações informais foram desfeitas e quem passaria a dar as cartas na relação entre Estado e cartel seriam os últimos.

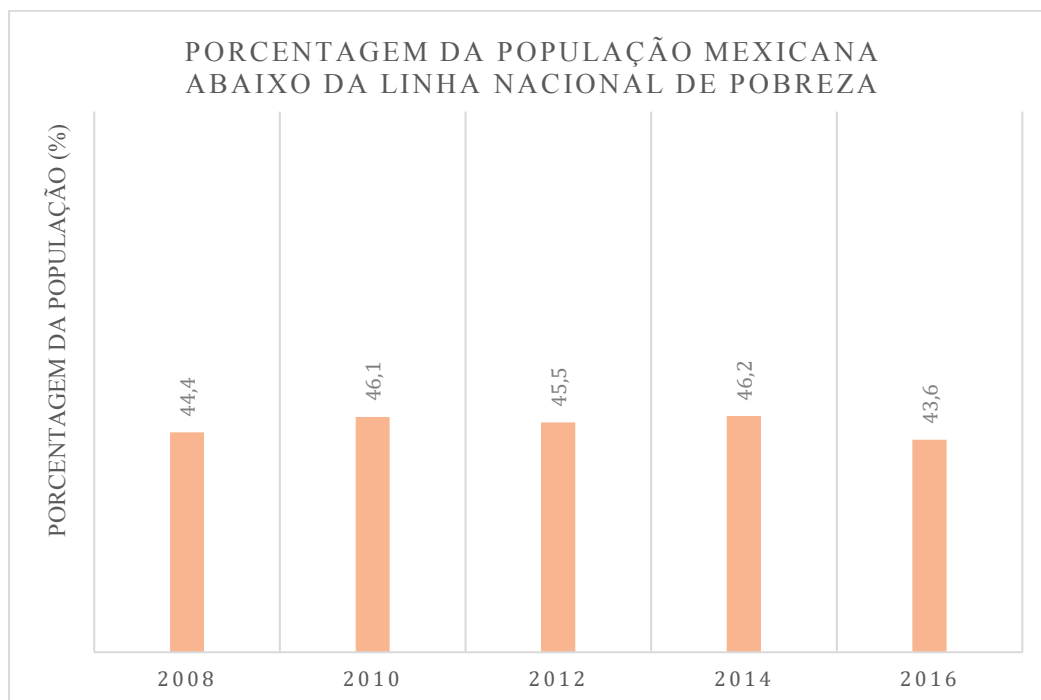
Falar sobre hegemonia para discutir a Guerra às Drogas pode parecer um desvio, mas esta análise proporciona uma visão ampla da configuração de poder por trás do conflito. A hegemonia estadunidense se apoia na lógica capitalista e liberal que é levada para as periferias globais, no entanto, a periferia incorpora o modo de produção central e suas ideias de uma maneira incompleta. Desde a Revolução Mexicana, há uma tentativa de aprofundar as relações capitalistas e a partir de 1980 as ideias liberais ditaram a economia mexicana, porém, ao contrário do centro, as periferias tendem a “importar” o sistema hegemônico de forma inorgânica. O resultado é que as garantias que as instituições hegemônicas são capazes de assegurar no centro não acompanham a introdução do modo de produção central. Ademais, as antigas estruturas de poder permanecem intactas mesmo após a introdução de uma nova lógica de produção. Portanto, o povo sofre a exploração causada pela busca desenfreada por excedente, porém não desfruta das concessões conquistadas por trabalhadores do centro. O consenso, dessa forma, não é o mesmo observado nas regiões centrais do mundo. Gill e Law argumentam que:

No centro, instituições democráticas e liberdades políticas individuais são mais amplamente garantidas. O direito a propriedade é assegurado, e o uso de poder coercitivo pelo estado para o propósito de ordem doméstica é menos frequente e menos draconiano. A aceitação do sistema de mercado, e da presença de corporações transnacionais é mais difundida do que em estados menos desenvolvidos, onde modos de produção pré-capitalistas de pensamento e de produção existem ao lado do capitalismo. Portanto, para que o capital estrangeiro seja garantido a estabilidade política que necessita, nesses estados, formas coercitivas de dominação militar são frequentemente necessárias. Nesse caso, simplesmente “power-over”, ou dominância, em vez de hegemonia prevalece (GILL; LAW, 1988, p. 78, tradução nossa)

O México, tratando-se de uma periferia global, apresenta as dificuldades destacadas pelos autores. Desde a Revolução Mexicana, não há uma esfera da sociedade civil capaz de conformar as massas à sua ideologia. A fabricação e o tráfico de drogas psicoativas ilícitas se configuram como um sistema, permeado por acordos clandestinos, paralelo ao capitalista e a violência, seja pelas mãos do Estado ou então pelas mãos dos cartéis, é cotidiana. O Estado mexicano falha em garantir a segurança de seus cidadãos e muitas instituições são coruptas e colaboram com o tráfico de drogas. Não há, em áreas dominadas pela Guerra às Drogas e

pela Guerra das Drogas, a garantia de que a segurança será assegurada pelo monopólio da coerção pelo Estado. Em paralelo, a desigualdade e a condição de vida precária na qual vivem muitos mexicanos, promovem o aliciamento pelo tráfico e se tornam a esperança de jovens que buscam melhores condições de vida. Segundo dados de 2016, conforme ilustra o gráfico a seguir, o México possui 43,6% de sua população abaixo da linha nacional de pobreza³ (Gráfico 1). Ademais, o índice de Gini, que mensura a desigualdade, foi o maior entre os países da OCDE em 2016, marcando 43,4 pontos segundo dados do Banco Mundial (Gráfico 2). Podemos inferir, portanto, que o México, como uma periferia global, não vive uma plena hegemonia, mas convive com aspectos de dominância camuflada de preocupação securitária e assegurada pela bala. Os instrumentos da sociedade civil não chegam à população de forma a construir uma unidade e como consequência a sociedade política precisa agir de maneira agressiva para garantir o domínio das classes fundamentais.

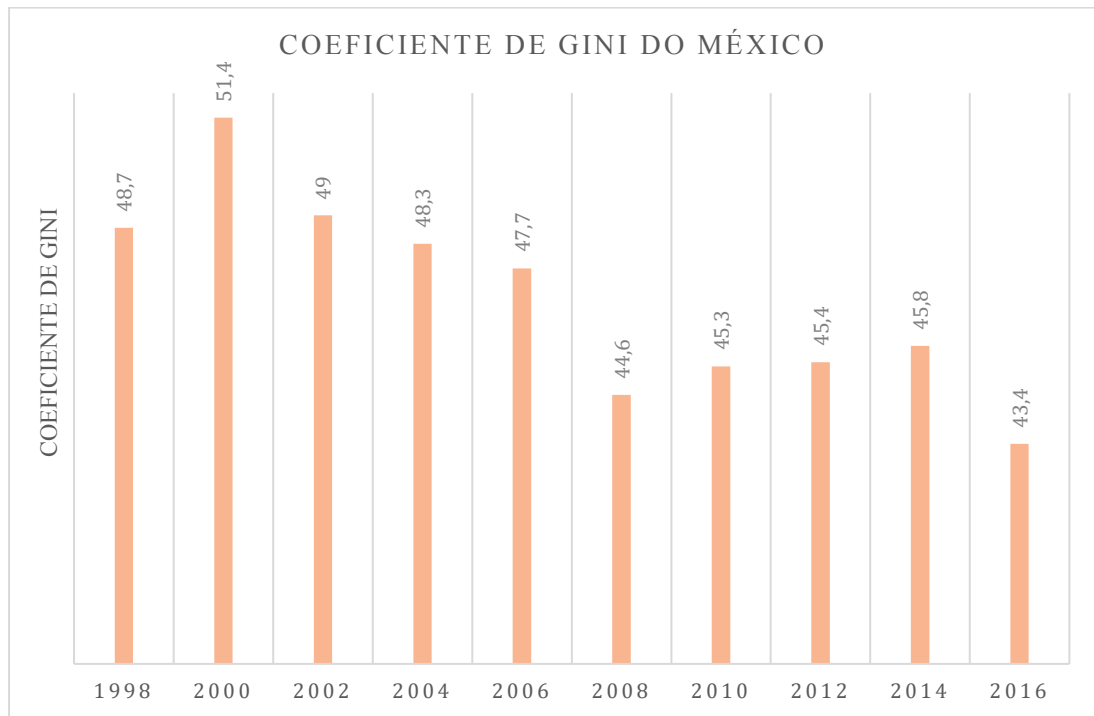
Gráfico 1 - Porcentagem da População Mexicana Abaixo da Linha Nacional de Pobreza



Fonte: Banco Mundial

³ A linha de pobreza nacional do México é calculada através de uma metodologia multidimensional estabelecida pela Lei Geral de Desenvolvimento Social. A Lei determina que o cálculo da linha da pobreza deve considerar, além da renda, o acesso a direitos sociais básicos. Portanto a linha de pobreza considera: a média de anos de estudos por lar; acesso à saúde; acesso à segurança pública; qualidade da moradia; acesso à serviços domésticos básicos, como água e luz.

Gráfico 2 - Coeficiente de Gini do México



Fonte: Banco Mundial

Cox também discute a incorporação incompleta de hegemonias por países periféricos. Ao falar sobre o método em Gramsci, o autor debate o conceito de revolução passiva. Essa revolução passiva é consequência de um processo fragmentado, que não envolve as grandes massas e não produz concessões a elas. Um novo modo de produção existe, mas as lideranças, a cultura, as instituições públicas e privadas não são eficientes em produzir unidade entre as classes. Como resultado de uma revolução passiva, os países periféricos “tentam incorporar elementos do modelo hegemônico sem perturbar antigas estruturas de poder”, esses países “podem tentar adotar alguns aspectos econômicos e culturais do centro hegemônico, mas eles são menos capazes de adotar seus modelos políticos” (COX, 1993, p. 61, tradução nossa). O resultado é uma sociedade comandada por antigas estruturas de poder, mas que convive com aspectos culturais e morais estrangeiros. A Revolução Mexicana é um caso de incorporação incompleta de uma hegemonia e demonstra a insatisfação que o paradoxo entre o que é endógeno e o que é exógeno podem provocar. A professora Ana Ferreira, ao relembrar o trabalho de Samuel Ramos a respeito da Revolução Mexicana, destaca a falta de coesão entre a moral dos mexicanos e dos ianques. O mexicano, influenciado por um espírito aventureiro herdado dos colonizadores espanhóis, teria dificuldade em:

Obedecer a leis impessoais [...]. Tal fato não apenas acarretaria como seria alimentado pela tendência, notável ao longo de toda a história do México, de se criar leis “excêntricas”. Em outras palavras, de se copiar códigos de outros países

economicamente mais desenvolvidos; códigos que não se encaixam ao modo de ser, viver, às ambições e sobretudo às carências propriamente nacionais. Desrespeito às leis, culto ao chefe, imediatismo, corrupção, e senso de coletividade atrofiado: tudo isso favoreceu o caos político. A Revolução, pois, se não foi necessariamente um período de grande mudança no status quo, certamente foi um período de caos, e também de enfrentamento, de questionamento. (FERREIRA, 2010, p. 51)

O mexicano da Revolução, e também o contemporâneo, não se identifica com os valores morais da hegemonia liberal. O “pelado”, como denomina Samuel Ramos, é um indivíduo passional, que foi exposto, e como vimos acima, continua exposto, a condições de vida precárias e a constante influência de agentes externos, “[...]destituídos de sólidas referências morais, os homens daquela nação se caracterizariam por ser temerosos e agressivos, impulsivos e imediatistas, egoístas e violentos” (FERREIRA, 2010, p. 48). A eclosão da Revolução Mexicana indica um descompasso entre a concepção de mundo da classe dominante e das classes subalternas e principalmente da falha da transmissão dessa concepção fundamental por meio dos materiais ideológicos para os populares. A heterogeneidade da Revolução, por sua vez, demonstra variadas tentativas de tomada de poder e de defensivas por parte dos mais poderosos. Os camponeses e trabalhadores industriais não conseguiram alcançar uma unidade entre si, já que faltava aos mexicanos a própria noção de si, de sua verdadeira essência e potencial e a resistência ao materialismo estadunidense (FERREIRA, 2010, p. 51). A moral e também as leis importadas e implementadas no México falharam em alcançar a coesão da sociedade por meio da esfera da sociedade civil. No entanto, a falta de organização das forças sociais de oposição ao bloco histórico não era suficientemente consistente e organizada para garantir mudanças na configuração hegemônica.

No caso da Revolução Mexicana, vimos que apesar de que no México existisse uma lógica capitalista que promovia o aumento da produção de excedentes, quem comandava o sistema não eram os indivíduos, mas antigas elites agrárias que não haviam perdido seu poder. A violência era, portanto, necessária para garantir a ‘cooperação’ de indígenas e camponeses para com a produção. A lógica militarista que viria a dominar as decisões de segurança do país décadas depois, também pode ser encarada como uma noção artificial para o México, que lidava com a pauta através de acordos clandestinos, mas que é elemento chave da hegemonia estadunidense e que, portanto, foi incorporada. Considerando que nem mesmo os Estados Unidos, que em 2016 teve 38 milhões⁴ de usuários de maconha e mais de 7,5 milhões de usuários de cocaína, conseguem promover a erradicação destas drogas em seu território, como poderia o México, que convive com uma rede de poder paralela estreitamente ligada a

⁴ Dados do terceiro caderno do Relatório Mundial das Drogas de 2018, elaborado pela UNODC

comercialização de psicoativos ilegais, ser bem-sucedido nesta tarefa? A incorporação fragmentada dos aspectos da sociedade civil hegemônica pode ser o grande motivador da violência a fim de cortar as relações de poder antigas e criar um consenso ao redor do modelo capitalista liberal interessante aos Estados Unidos.

Como consequência da incapacidade das elites em produzir consenso e da incorporação fragmentada da sua concepção de mundo, o uso da coerção teve que ser aplicado no México em tempos de Revolução e persiste a se manifestar. O professor e pesquisador canadense James Cockcroft avalia os resultados da Revolução Mexicana e traça paralelos entre o cenário político da época e a realidade no século XXI. O autor destaca que:

As analogias são impressionantes: crise econômica, corrupção e divisão das elites, influência onipresente do capital estrangeiro com utilização da dívida externa para chantagear o governo; desafios da Igreja católica; eleições fraudulentas; greves operárias e ataques de guerrilha; novos partidos políticos e ideológicos anticapitalistas; massacres, torturas, prisões e mortes; ondas de migrações internas e ao estrangeiro; combates internacionais pelos direitos dos trabalhadores e das classes intermediárias; batalhas defensivas desesperadas de um movimento operário organizado, numericamente enfraquecido, e miséria de massa acompanhada por um declínio relativo do sentimento de medo entre os pobres, mulheres e homens, mesmo entre as classes médias, diante de uma repressão policial e militar brutal e permanente (COCKCROFT, 2010, p. 30),

Da mesma maneira em que havia uma elite que despertava os ânimos da população mexicana no início do século XX, hoje também o México convive com a desigualdade e o sentimento de marginalização. Os Estados Unidos continuam a exercer sua influência no território vizinho e a violência é amplamente utilizada para a manutenção da hegemonia. A partir de 2006 a violência relacionada ao combate do tráfico de drogas dispara, trazendo às classes dominantes mais uma oportunidade para exercer seu poder coercitivo. A Guerra às Drogas é uma das expressões recentes mais relevantes da interferência dos Estados Unidos na América Latina. Compreender a hegemonia exercida por esse bloco histórico e comandada pelos norte-americanos é também compreender a escolha por políticas proibicionistas e militaristas e sua persistência. Como vimos, a hegemonia é um equilíbrio entre consenso e coerção, sociedade civil e sociedade política, podendo a balança pender para um lado ou para o outro. Uma hegemonia pode ser iniciada pela coerção, mas dificilmente conseguirá ser sustentada sem o apoio das ideias. A Guerra às Drogas, mesmo não se encaixando na concepção clássica de guerra entre Estados, pode indicar que as ideias da classe dominante e suas instituições são insuficientes para garantir a coesão do bloco. Cockcroft observa na sociedade contemporânea mexicana que o pensamento magonista da Revolução Mexicana ainda existe em resposta à falha na garantia de consenso, promovendo revoltas, como a de 2006 em San Salvador Atenco que impediu a construção de um aeroporto internacional, e também recorrentes manifestações.

A falta de coesão das ideologias que persistiu para além da Revolução Mexicana facilita a compreensão do incentivo ao uso da violência principalmente após 2006 com a chegada de Calderón ao poder.

Assim como o conceito de hegemonia pode auxiliar no entendimento da Guerra às Drogas, a Guerra pode auxiliar no entendimento da hegemonia liderada pelos Estados Unidos. O incentivo da alternativa militar para o combate ao tráfico pelos Estados Unidos, pode indicar uma decadência da hegemonia que lidera, visto que o equilíbrio entre consenso e coerção pode ter sido perdido. Além da necessidade do uso da violência, a própria natureza do conflito sugere que a noção moral da hegemonia não é mais consistente ou natural, como previa Cox ao tratar sobre o consenso. Apesar da proibição permanecer um pilar moral forte para muitos, o uso de drogas psicoativas ilícitas é amplo através de diversas fronteiras nacionais e a lógica proibicionista, construída desde o século XIX e retomada por Nixon em 1969 não surtiu efeito significativo no sentido de diminuir a violência relacionada às drogas ou o seu consumo.

O México tem um passado revolucionário e clama por igualdade, condições de trabalho dignas, e pela transferência de poder para longe da elite. O povo, encorajado por intelectuais, foi capaz de perturbar as relações de poder vigentes durante a Revolução Mexicana e questionar a influência externa dos Estados Unidos no país. A incorporação do sistema de mercado e do liberalismo não aconteceu de forma harmônica, mas sim como uma revolução passiva. No entanto, faltaram e continuam faltando no México as instituições que ofereçam concessões, que promovam acesso a recursos básicos de qualidade de vida ao povo e que descentralize o poder. A Revolução Mexicana e a eclosão da violência das drogas, ocasionada pela perda de poder do Partido Revolucionário Institucional, demonstra que o elemento consensual da hegemonia global não foi incorporado ao país de maneira completa. O que resta, portanto, é o excessivo uso da violência pelo Estado a fim de manter as estruturas de poder hegemônicas e também evitar interferências externas em assuntos domésticos.

Buscar-se-á entender nos próximos capítulos como a hegemonia liderada pelos Estados Unidos se manifesta no México e o que a violência relacionada ao combate de drogas no México significa para a sua compreensão. Os pesquisadores Enrico Augelli e Craig Murphy destacam que “quando uma hegemonia não é ‘ética’, quando é baseada em fraude e desilusão, Gramsci a considera uma forma de dominação” (1993, p. 128, tradução nossa). Analisaremos, portanto, se os Estados Unidos, em conjunto com as classes fundamentais mexicanas, exercem dominação ou liderança sobre o país. Como vimos, só há hegemonia quando há uma base de consenso presente, visto que, para Gramsci, a existência de uma hegemonia está diretamente ligada à capacidade de direcionar moral e politicamente uma

sociedade (AUGELLI; MURPHY, 1993, p. 130). Observaremos, portanto, a capacidade do *hegemón* em ditar as regras das políticas públicas adotadas no México e de promover uma opinião pública favorável a elas. Murphy e Augelli também postulam que para cada ato coercitivo há uma articulação que os baseia em princípios morais, para isso são mobilizadas as organizações culturais. Tentaremos compreender como as instituições internacionais, a imprensa e escola promovem a noção moral em favor das classes dominantes e sua concepção de mundo, além também de analisar como isso afeta a escolha da estratégia de combate ao tráfico de drogas psicoativas ilícitas.

2 A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE

A hegemonia em escala global representa a preponderância e influência de determinado modo de produção e concepção de mundo sobre os demais. Dessa forma, os países e classes que passaram por uma revolução social e incorporaram os elementos da hegemonia, terão maior capacidade de influenciar a política internacional a seu favor. O bloco histórico não é permanente e através das relações sociais ele pode ser alterado e estabelecer novas hegemonias. As relações internacionais, segundo Gramsci, são também alteradas por mudanças das relações sociais. No decorrer da história moderna, houve períodos hegemônicos e períodos não-hegemônicos e os seus líderes nem sempre foram os mesmos.

Segundo Cox, a primeira hegemonia em tempos modernos foi a consolidada pela Grã-Bretanha entre 1845 e 1875. Essa hegemonia foi liderada pela Grã-Bretanha justamente porque o país passou por uma revolução social profunda e promoveu de dentro de suas fronteiras uma coesão social. O livre comércio que caracterizou a hegemonia britânica, tardou a ser a máxima na região. Segundo os pesquisadores Patrick O'Brien e Allen Pigman entre a Revolução Francesa, que popularizou as ideias liberais, e a adoção profunda do livre comércio se passaram mais de 30 anos. Além disso, cerca de 70 anos separam a publicação de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith e o livre-comércio britânico. O processo de consolidação hegemônica é, dessa forma, vagaroso e requer uma configuração correta de forças sociais. O livre comércio começou a tomar forma no final da década de 1840 quando a Grã-Bretanha passava por um momento próspero, produzindo para o mundo todo devido a sua prematura revolução industrial. O livre comércio não visava apenas uma maior influência global ou aumento da riqueza, ele era visto por líderes políticos também como maneira de afastar as ideias nacionalistas potencialmente perigosas de seus países vizinhos. Somando a influência de políticos, como Richard Cobden, favoráveis ao livre comércio, a *Pax Britânica* garantida pela sua dominância naval e a bonança econômica decorrentes da revolução industrial, a Grã-Bretanha passou a exercer poder estrutural sobre outros países. Foi somente a partir desse momento que os Britânicos passaram a influenciar a escolha internacional pelo livre comércio e o protagonismo da Grã-Bretanha se expandiu para além de suas fronteiras, se tornando hegemonia. A Grã-Bretanha, entre 1846 e 1870, tinha poder sobre o debate político “[...] através da propagação da ideologia liberal e fazia com que esses estados não só fizessem o que a Grã-Bretanha queria, mas também que quisessem o que a Grã-Bretanha queria” (OBRIEN; PIGMAN, 1992, p. 112, tradução nossa). A assimilação com naturalidade das características do grupo fundamental é um dos fatores que destacamos que caracteriza a concretização de uma hegemonia. No entanto, quando a influência deveria estender-se aos

países periféricos, a assimilação por consenso nem sempre era a alternativa escolhida. A Grã-Bretanha atuou por meio da coerção para garantir o livre comércio com países periféricos ou considerados fracos.

O declínio da hegemonia britânica começa com um retorno da lógica mercantilista prévia e um aumento dos nacionalismos. Segundo Cox (1993), a partir de 1875 a liderança britânica foi desafiada e o padrão ouro abandonado. Anos depois, a eclosão da Primeira Guerra Mundial encerraria definitivamente qualquer resquício de hegemonia ainda exercida pelos britânicos. O período entre 1875 e 1945, foi um intervalo não-hegemônico, segundo Cox. Neste período, a influência global era disputada por diversas potências e quando se pensava que o conflito havia sido superado em 1918, a Segunda Guerra Mundial demonstrou que de fato uma hegemonia estava longe de ser estabelecida. Somente em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, que os Estados Unidos consolidariam a sua hegemonia e influenciariam mais profundamente países globalmente. O novo *hegemón* saíra da Guerra com algumas vantagens em relação aos demais países poderosos. Primeiramente, o conflito aconteceu majoritariamente na Europa, destruindo vasta parte do território. Os Estados Unidos se posicionaram na Guerra anos após o seu início, sofrendo, dessa forma, menos danos comparado aos demais países, além disso, o país havia lucrado com a economia de Guerra. A hegemonia pós-guerra liderada pelos estadunidenses partia de conceitos similares aos da hegemonia britânica, “mas com instituições e doutrinas ajustadas para uma economia mundial mais complexa e para sociedades nacionais mais sensíveis às repercussões de crises econômicas” (COX, 1993, p. 60, tradução nossa). O liberalismo e a promoção do livre-comércio nessa nova dinâmica também baseariam a nova hegemonia. O que diferenciaria a hegemonia dos Estados Unidos daquela liderada pelos britânicos do século XIX é a capacidade que o país teve em liderar a construção de diversas instituições internacionais que fortaleceriam a lógica liberal. Ademais, os estadunidenses promoveram a ideia de um estilo de vida ‘americano’ que se espalhou globalmente e persiste até hoje.

2.1 OS PILARES DO CONSENSO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE

2.1.1 As organizações liberais

Os Estados Unidos, ao final da Segunda Guerra Mundial, não tardaram em trabalhar para a consolidação de uma ordem liberal. Munidos de uma razão nobre de evitar novos conflitos globais, os Estados Unidos lideraram a discussão e estruturação de uma série de instituições e convenções internacionais. Podemos citar aqui as instituições originadas a partir das conferências de Bretton Woods de 1944, o Banco Mundial e o Fundo Monetário

Internacional (FMI), que seguiam a lógica de uma ordem internacional liberal. Sobre essa ordem, escreve o pesquisador Inderjeet Parmar que analisa este pilar do consenso, conquistado pelos Estados Unidos, e suas contradições. Parmar observa que os Estados Unidos, ao final da Grande Guerra defende sua posição anticolonial, a favor da democracia e dos direitos humanos. O novo sistema comandado por esse Estado seria baseado no liberalismo, que para a teoria das relações internacionais, significa um sistema que defenda: “[...] governo limitado, liberdade individual, propriedade privada, pluralismo e tolerância, progresso, instituições e cooperação pela paz, e interdependência” (PARMAR, 2018, tradução nossa). A promessa era de uma nova ordem que promoveria o desenvolvimento dos países periféricos, garantiria a paz e que não se configuraria tal como um império impositivo e coercitivo, como os que antecederam a liderança dos Estados Unidos.

As instituições que se desenvolveram, no entanto, não refletem a promessa por esse amplo acesso ao sistema global e resultados expressivos em nome do desenvolvimento dos países periféricos. O Sistema das Organizações das Nações Unidas (ONU) e as instituições Bretton Woods incluíram os periféricos no debate, mas pouco no que tange a tomada de decisões. Exemplo disto é a estrutura de votos tanto nas organizações ONU como das instituições Bretton Woods. Naquela, um grupo seletivo de países, em sua maioria do centro global, comandam o conselho de segurança, podendo vetar quaisquer decisões tomadas pela maioria e nesta os Estados Unidos até hoje detêm poder de veto no FMI. Ou seja, os países periféricos podem atuar na Assembleia Geral, como membros observadores do Conselho de Segurança, e até mesmo como diretores do FMI ou Banco Mundial, mas pouco poder terão na formulação das diretrizes destas instituições e suas tomadas de decisões mais sensíveis. “A Ordem Internacional Liberal foi concebida e desenvolvida como um sistema do Ocidente e do resto, em um jogo de soma zero” (PARMAR, 2018, tradução nossa), ou seja, um jogo em que os países centrais ditam as regras e em que há um grupo ganhador. O pilar mais robusto que sustenta o consenso Estadunidense permite que se tracem padrões de condutas específicos em nome de uma ordem liberal, limitando, no entanto, o poder estrutural que os países periféricos podem de fato exercer. Parmar vai além e argumenta que:

O ponto chave é que a Ordem Liberal Internacional é uma hegemonia elitista e baseada em classe – fortemente imbuída de suposições raciais e coloniais/imperiais explícitas e implícitas - domesticamente nos Estados Unidos e em sua política externa (2009, p. 152).

O comentário do autor diz respeito a restrita participação dos países periféricos na construção da nova ordem e de sua manifestação nas instituições. Na conferência de Bretton Woods, por exemplo, ainda havia colônias e países recém independentes que não poderiam, nem se

houvesse espaço, contribuir para a construção do sistema. Ademais, o racismo e a noção de superioridade ocidental impediria qualquer participação efetiva dos periféricos. Na época ainda estava muito presente, mesmo domesticamente para o *hegemón*, que convivia com um verdadeiro cisma entre a sua população branca e negra, a ideia da superioridade branca. Será analisado a frente mais profundamente o caso da guerra da Coreia e a maneira como o orientalismo também marcava a política externa dos Estados Unidos, que consideravam a população coreana incapaz e incivilizada. Dessa maneira, como um internacionalismo liberal comandado pelos Estados Unidos poderia corresponder com a retórica democrática? Parmar relembra que assimilação não é sinônimo de inclusão da diversidade e que o sistema liberal “da vida real”, não o da retórica, busca a assimilação dos emergentes para conformá-los à ideologia e regras de conduta dos dominantes. Os esforços das instituições liberais pós-guerra, parecem ter se preocupado menos com a inclusão dos periféricos, e mais em executar uma abertura de mercado e imposição de políticas econômicas, primeiro liberais e logo neoliberais, em benefício dos países centrais.

O professor e pesquisador Jaime Coelho estuda as instituições financeiras internacionais, em especial a atuação do Banco Mundial e o FMI. Essas duas instituições “surgiram para promover o desenvolvimento e para dar estabilidade ao sistema financeiro internacional” (COELHO, 2012, p. 607). A missão das instituições é coerente com o discurso dos Estados Unidos no pós-guerra em nome da democracia e da garantia da paz entre as nações. No entanto:

[...] as instituições financeiras multilaterais são subsistemas de reprodução de desigualdades, posto que a tomada de decisão se dá sob circunstâncias assimétricas, onde há uma divisão entre cotistas que resulta em países provedores de fundos de empréstimos (*lenders*) e países tomadores de recursos (*borrowers*) (COELHO, 2012, p. 607)

Esta visão corrobora com a noção de que a assimetria de poder que permeia a ordem liberal, a qual impede uma verdadeira democratização das instituições que surgiam após a Segunda Guerra Mundial. Dessa maneira, podemos inferir que os Estados Unidos, ao liderar a criação de instituições liberais, não visavam simplesmente o multilateralismo, mas buscavam consolidar sua hegemonia no pós-guerra (COELHO, 2012, p. 608). Com o passar dos anos e conforme modificações nas forças sociais ocorriam, as instituições também sofreram modificações. As mudanças nas instituições são resultado de seu contexto e servem um propósito específico. Com a virada neoliberal dos anos 1980, por exemplo, o FMI e o Banco Mundial realizaram mudanças em seus estatutos, ampliando o abismo de poder entre países periféricos e centrais. Com as novas diretrizes do FMI, o grupo do G7 passaria a supervisionar

as decisões macroeconômicas dos periféricos. Como agravante da já grande assimetria de poder, as repetidas crises das décadas de 1980 e 1990, que levaram diversos países periféricos às portas do FMI, dariam mais poder às instituições e aos seus líderes de ditar as políticas econômicas a serem aplicadas. Com a crise financeira de 2007 e com a necessidade de proporcionar maior espaço aos países em desenvolvimento, visto que alguns haviam subido à posição de credores, as instituições Bretton Woods adotaram uma nova configuração de votos, favorecendo os países periféricos. Este passo para a inclusão indica que a configuração das forças sociais começa a mudar, e que as instituições ainda são capazes de acomodar algumas necessidades dos países periféricos.

A retórica em nome da democracia e da paz global, no entanto, pareceu superar qualquer revolta que pudesse ser fruto da quebra da promessa liberal. A força do discurso liberal internacionalista reside na construção de sua imagem como o procedimento natural e correto para a conquista do desenvolvimento. Além do popular discurso que promove o consenso ao redor do sistema estadunidense, também está a interdependência, esta sim promessa cumprida do liberalismo. A interdependência criou um círculo vicioso para os países periféricos que moldam suas políticas econômicas e planos de desenvolvimento, quando estes existem, ao modelo ditado pelas instituições financeiras internacionais. A dependência de empréstimos e financiamentos das instituições internacionais financeiras facilita o condicionamento das ações dos países periféricos às regras dos países centrais. O “[...] fluxo de recursos dos países emprestadores para os países tomadores cria a oportunidade de enquadramento (institucionalização) dos países mais vulneráveis dentro das imagens coletivas dominantes, ou dos quadros de referência dominantes” (COELHO, 2012, p. 612). A realidade, no entanto, é que as políticas adotadas com base nos parâmetros do FMI, não obtiveram os resultados esperados pela periferia. Apesar da inclusão no sistema de mercado ser ampliada com a entrada de investimento externo, índices sociais como o da desigualdade, não estão diretamente ligados à estas políticas que em geral pregam pela austeridade fiscal. Para os países periféricos que adotaram o modelo econômico liberal:

não somente a vulnerabilidade da balança de pagamentos persistiu, mas também a dependência na contração monetária e fiscal (como recomendado pelo modelo de Polak [1957] favorecido pelo FMI na década de 1960 e em suas subsequentes extensões) corroeram a habilidade dos governos dos países em desenvolvimento de buscar metas de desenvolvimento nacional. Isto sustentou a visão de que os conselhos de Washington, focados na liberalização e desregulamentação, foram voltados para a expansão dos mercados para os exportadores dos países desenvolvidos e para abrir novas alternativas para os investidores dos países desenvolvidos, ao invés de promover o desenvolvimento dos países do Sul (CHANDRASEKHAR, 2015, p.1408, tradução nossa)

Ou seja, a liderança fundada sobre a ordem liberal e administrada pelas instituições financeiras internacionais, aprofunda a dependência dos países periféricos em relação aos centrais. A dependência, por sua vez, legitima e naturaliza a intervenção externa em assuntos domésticos.

Em resumo, os Estados Unidos, acompanhados de outras elites nacionais, conseguiram estabelecer uma base sólida para a construção de sua hegemonia. Apesar de diversos momentos de instabilidade, as instituições persistem em determinar as regras do jogo econômico e foram capazes de acomodar as demandas insurgentes dos atores menos poderosos, sem, no entanto, comprometer o poder de tomada de decisões dos países centrais. Observa-se que existe de fato um consenso construído ao redor da ordem liberal, quando se nota que o sistema foi criado de maneira assimétrica e não trouxe até hoje grandes resultados em nome do desenvolvimento periférico, no entanto, perdura como a ordem dominante. A Organização das Nações Unidas possui 193 países-membros que participam das discussões na Assembleia Geral e em outras instâncias. Ou seja, há um consenso, ao menos em teoria, de que a ONU é o palco das relações interestatais e as decisões tomadas em seu seio são legítimas e devem ser respeitadas. A dependência financeira, aprofundada pelo neoliberalismo e a globalização, fortalece o vínculo entre os países e torna mais improvável que o conjunto de expectativas sejam desafiadas.

2.1.2 O *American Way of Life*

A busca por coesão social após a Segunda Guerra Mundial, não se limitou a internacionalização de uma ordem liberal. O processo de construção de uma vida ‘americana’, tal qual conhecemos, começou domesticamente e foi anunciada globalmente pela crescente indústria midiática e de entretenimento em massa. O estilo de vida ‘americano’, pilar do consenso dos Estados Unidos, é expresso pelo termo *American Way of Life* que compreenderemos como:

O *American Way of Life* penso que representou uma cultura com base no bem-estar, na luta pela integridade da família e dos seus valores intrínsecos, como a virtude, a honra e a moral, num ambiente de prosperidade e felicidade criado ao redor de um objetivo, alcançar o consenso nacional. O sistema de organização social, cultural e político estruturava-se em redor de um processo hegemônico onde a classe dominante, indo ao encontro das necessidades das outras classes, conseguia servir em simultâneo os seus interesses (TAVARES, 2008, p. 19).

O fim da Segunda Guerra Mundial e o começo de uma era centrada no consumismo, provocou um êxodo da população branca estadunidense para os subúrbios. A classe dominante ainda estaria na cidade, em controle das tomadas de decisão, enquanto nos subúrbios, a nova

classe média seria enquadrada na maneira americana de ser. A noção de bem-estar e da importância da família, compreendida pelo *American Way of Life*, fora construído ao redor destas novas famílias dos subúrbios e de classe média. Portanto, essas famílias eram, e de certa forma ainda são, responsáveis por projetar ao mundo o modo de vida americana. A classe média era uma imagem perfeita da ordem e da coesão. Um lar onde um homem trabalhador e sua esposa do lar criam seus filhos com base nos valores tradicionais e religiosos ‘americanos’. Um lugar onde, ao menos no papel, o álcool, drogas e o comunismo não teriam espaço. Acima de tudo, a família do subúrbio deveria ser o bloco coeso dos Estados Unidos que buscavam balizar sua hegemonia em um mundo pós-guerra.

Estes grandes grupos suburbanos e coesos não surgiram, no entanto, sem incentivo. Os anos 1950 foram marcados pelo marketing e pela publicidade. Nas televisões de suas casas, a classe média assistia propagandas sobre as mais novas invenções que facilitariam a sua vida e lhe pouparia tempo. Nesta época, se popularizaram os eletrodomésticos, publicitados para as donas de casa que poderiam assim melhor cuidar de seus maridos e filhos. A distância dos grandes centros, logo promoveu e estimulou a indústria automobilística, tornando o carro elemento integral da vida do estadunidense do subúrbio. O suburbano era estimulado a consumir e a ver o consumo como sinônimo de bem-estar. A coesão existia no sentido que a grande classe média se viu em condições de consumir e acreditou que seu bem-estar poderia ser alcançado com *hard work* e bens materiais.

O autor Alfred McCoy, que dedicou sua obra a entender como os Estados Unidos exerce seu poder, lembra sua experiência nos anos áureos da classe média estadunidense:

Apesar de que viveríamos nas sombras de guerra e império, minha geração “baby boom” pós-guerra foi também privilegiada por crescer em uma sociedade relativamente segura com um sistema de educação superior, excelente sistema de saúde, comida a preços acessível, e oportunidades antes só disponíveis para aristocratas. Nada disso aconteceu por acidente. Toda vantagem veio com um preço pago em casa e no exterior por americanos e por muitos outros (2017, tradução nossa).

A noção de bem-estar e a possibilidade de, através do trabalho, conquistar um padrão de vida que antes parecia impossível encantou legiões pelo mundo. Fora dos Estados Unidos, o *American Dream* não era um sonho propriamente dos americanos, mas sim um sonho de se tornar americano. Até hoje, os índices imigratórios para os Estados Unidos indicam que ainda acredita-se nas oportunidades que a *City Upon the Hill*⁵ pode oferecer. A família do subúrbio

⁵ A *City Upon the Hill*, ou a Cidade na Colina, é uma referência histórica dos Estados Unidos à uma fala do peregrino John Winthrop em 1630 que vinha a bordo do navio Arbella acompanhado dos primeiros puritanos a chegar em terras americanas. O líder puritano fazia referência a uma passagem bíblica e indicava que os olhos de todos estariam voltados para eles, visto que não se pode se esconder uma cidade no alto de uma colina.

era o cartão postal do *American Way of Life*. Como indica McCoy, no entanto, o progresso, o consumismo e a sensação de bem-estar teve um preço. Milhões de mortes na Segunda Guerra Mundial promoveram a economia de guerra dos Estados Unidos e sua preponderância em relação a outros países. Além disso, a manutenção do consenso ao redor da ordem liberal também foi custosa. Domesticamente, as famílias eram padronizadas, cobradas por perfeição e as mulheres eram exclusividade da esfera privada, “os esforços das classes dominantes na América centravam-se em manter os indivíduos inseridos num meio de valores tradicionais que representassem os alicerces de um país coeso e bem estruturado” (TAVARES, 2008, p. 21). Por trás das cercas brancas, no entanto, viviam mulheres frustradas e limitadas pelas expectativas da sociedade e veteranos de guerra que lidavam sozinhos com os seus fantasmas de Guerra.

Apesar da bem-sucedida imagem de harmonia e, ainda que falha, uma verdadeira coesão da classe média pós Segunda Guerra Mundial, a sociedade dos Estados Unidos convivia com medo da eclosão de uma nova grande guerra e do perigo nuclear. Os meios de comunicação promoviam o ‘perigo comunista’ e as atrocidades daquele sistema de Estado. Além disso, havia órgãos governamentais, como a *House of UnAmerican Activities Committee (HUAC)* ligada ao senado estadunidense, que buscavam garantir a homogeneização e a prevenção da insurgência de ‘ideias comunistas’, principalmente entre os jovens (TAVARES, 2008, p. 25). A construção de uma classe média suburbana e homogênea não havia sido em vão, o consumismo exacerbado e a promoção do patriotismo visava reforçar o modelo capitalista. Da mesma maneira, a mídia, o entretenimento e a retórica do governo também buscavam consolidar o americanismo como o modelo dos livres e o comunismo como um modelo cruel a ser combatido. “A disseminação dos valores americanos contra a falência moral do inimigo estrangeiro era um dos principais objetivos de todo este movimento de massificação”, com essa mensagem, os americanos deveriam compreender que a união contra o inimigo era necessária e traria democracia e liberdade ao mundo (TAVARES, 2008, p.23). O patriotismo se tornou pré-requisito para todo bom cidadão americano. A comunicação em massa e o entretenimento passaram “[...] a apoiar a produção de estereótipos de natureza política e militar, com o objetivo de construir uma frente unida, para combater as situações de extremo perigo para a nação americana unificada” (TAVARES, 2008, p. 34).

Winthrop pretendia mostrar que os puritanos tinham o dever de ter êxito em sua tarefa de levar a cristandade para a terra nova. A expressão seria repetida pelo presidente Kennedy em um famoso discurso em 1961, ressaltando o dever e a responsabilidade que os Estados Unidos teriam de liderar o mundo. Reagan, já nos anos 80, também repetiria a termo em suas propagandas na televisão.

O cinema e o rádio também tiveram um papel importante na promoção do *American Way of Life* e da união contra o inimigo comunista. Os Estados Unidos estabeleceram programas de rádio de extensão global que promoveram sua indústria do cinema, que por sua vez popularizava o modo de vida ‘americano’. “Culturalmente, os Estados Unidos superaram a prévia influência Britânica graças a seus filmes, esportes (basquete e baseball), e mídia de notícias (...)” (MCCOY, 2017, tradução nossa). Com o evento da revolução industrial, no século XIX, o cinema evoluiu com o novo modelo de padronização e produção em escala (PAIVA, 2012). A cultura tornou-se produto, um produto consumido por muitos e que, como qualquer mercadoria, precisa ser vendido. Uma indústria com tamanho poder de comunicação e persuasão, como a hollywoodiana, detém ao mesmo tempo a vontade de vender e o poder de moldar ou até mesmo criar opiniões. Para muitos teóricos do cinema, como os pertencentes à escola de Frankfurt, estas duas responsabilidades resultam em produções culturais que tem como função legitimar ideologicamente as sociedades capitalistas (PAIVA, 2012). Desta maneira, a legitimidade histórica do cinema é posta em dúvida, assim como as intenções por trás da produção e financiamento dos filmes.

Esta nova máquina de produzir entretenimento enxerga na temática de guerra uma oportunidade de vender e influenciar significativamente percepções sobre tais eventos carregados de influência política. A guerra, portanto, foi retratada pelo cinema numerosas vezes e de maneira bastante parecida: fazendo uso da exposição da violência, da polarização entre o bem e o mal, e da glorificação do herói americano. Na década de 1940, por exemplo, o cinema foi utilizado “de maneira panfletária em prol dos Estados Unidos e seus aliados” de modo a defender o papel do país na Segunda Guerra Mundial (PAIVA, 2012, p. 24). No entanto, quando a indústria cinematográfica ficou em face à tarefa de construir a história da Guerra do Vietnã, o modelo tradicional de heroificação estadunidense não satisfaz, já que a opinião pública não era homogeneamente condizente com tal visão. Em lugar das medalhas de honra e das imagens de soldados retornando à casa vitoriosos, o cinema teve que exibir em suas telas uma guerra sem grandes vilões, uma guerra perdida. Ver-se-á que o esgotamento do inimigo em forma de comunismo daria lugar a retomada da vilanização de certos psicoativos ilícitos.

A homogeneidade construída na classe média com a Guerra da Coreia e a posterior Guerra do Vietnã foi sendo lentamente minada. A certeza sobre a legitimidade das guerras e de suas consequências para os americanos já não era a mesma do pós-guerra. Em paralelo, novos movimentos culturais começavam a surgir. O Rock de Chuck Berry, Ray Charles e Elvis transcendia a cultura *mainstream* identificada com a classe média e atraía os jovens, que

eram a grande ameaça ao *status quo*. Além disso, as tensões raciais viriam à tona na década de 1960 abalando a imagem da sociedade estadunidense democrática e livre.

A pesquisa demonstrou, portanto, que a coesão doméstica estadunidense surgiu como uma expressão do capitalismo em seu momento mais eufórico e o seu pilar estava centrado na família de classe média dos subúrbios. Os valores conservadores favoreciam a homogeneidade dessa nova formação social que deveria exaltar seu patriotismo. O consumismo, incentivado pela mídia e pelo entretenimento em massa, deveria, por sua vez, enraizar o capitalismo. Os Estados Unidos tiveram êxito em conquistar um consenso entre a sua classe média e a importá-la ao exterior. Este consenso tinha suas falhas e suas contradições que com o tempo tornaram-se mais importantes, no entanto, a lógica capitalista e a do bem-estar atrelado ao consumo persiste em caracterizar a sociedade dos Estados Unidos e de grande parcela do mundo. Os governos a partir da década de 60 teriam que lidar com uma sociedade muito menos homogênea e muito mais crítica sobre a posição dos Estados Unidos como um líder global, mas as características identitárias da nação, reforçadas no pós-guerra e que seriam necessárias para justificar as decisões do país no plano global, facilitariam a missão de construção do consenso.

O retorno da lógica proibicionista das drogas psicoativas ilícitas surge neste contexto em que a homogeneidade da classe média já não era a mesma do período logo após a Segunda Guerra Mundial. Nixon buscava remendar a figura da família conservadora estadunidense e como instrumento deste objetivo declararia guerra às drogas. Como observa Thiago Rodrigues e Beatriz Labate, o:

[..] aumento do consumo de drogas psicoativas como a maconha, heroína e LSD estava associado aos protestos de movimentos de contracultura que fizeram o uso de drogas um elemento importante na mudança de comportamento que confrontava o consumismo, militarismo e moralismo do “American Way of life” (RODRIGUES; LABATE, 2016, p.12)

Ou seja, a droga psicoativa ilícita era vista como uma ameaça ao *status quo* e, portanto, do consenso que havia sido construído no pós-guerra. A década de 1960 e a década de 1970 contaram com diversos movimentos questionadores da ordem. O festival de Woodstock de 1969, por exemplo, que reuniu uma multidão que queria fazer parte dos “3 Dias de Paz e Música”, demonstra que a sociedade estadunidense já não era a mesma. Durante o evento aconteceriam protestos contra a Guerra do Vietnã que se estendia no sudeste asiático. Ou seja, o início da repressão do uso e tráfico de drogas está inserido neste contexto de movimentos *anti-establishment* que desafiam a hegemonia liderada pelos Estados Unidos.

2.2 GUERRA FRIA: CONSENSO E COERÇÃO

A Guerra Fria, apesar de ser vista como uma expectativa de guerra que nunca se concretizou, foi a razão e justificativa para diversos conflitos e intervenções violentas. Como adiantara Gramsci, uma hegemonia baseada somente no consenso não passa de um conceito utópico. A hegemonia liderada pelos Estados Unidos, portanto, não cresceu e se sustou somente com a ajuda das instituições internacionais e da promoção do *American Way of Life*. Com o consenso veio também a coerção, tanto em forma de apoio a governos autoritários, como também através da violência direta com botas americanas no sudeste asiático.

A política externa dos Estados Unidos nesta época buscava estabelecer a influência do país e de seus valores pelo mundo. Retoricamente o objetivo maior da cruzada contra o comunismo era evitar maiores conflitos globais e violações dos direitos individuais. Na prática, a política externa seguiu outros rumos. Durante a Guerra Fria, veríamos diversos conflitos e fenômenos históricos influenciados pelas articulações dos Estados Unidos em nome da defesa do “mundo livre”. No entanto, a pergunta que permanece é: mundo livre para quem? A influência dos Estados Unidos provocou consequências que persistem até os dias de hoje e construiu ideias que continuam no imaginário da sociedade e impedem que avanços sejam realizados em prol de um projeto de desenvolvimento coerente com as especificidades de cada região. A opção pela repressão violenta de movimentos sociais estrangeiros ‘antiamericanos’, do tráfico de drogas psicoativas ilícitas, e do comunismo em si, em busca de um suposto mundo livre, falhou em garantir liberdade ou melhores condições de vida para o povo periférico. A homogeneidade de pensamento e de modelo político pode favorecer o controle global que os Estados Unidos buscam manter, no entanto, o preço a ser pago pela dominação não é barato e a sua conta é desigual. Veremos através de uma breve análise da Guerra da Coreia, da Guerra do Vietnã e da articulação com líderes de direita na América Latina, como os Estados Unidos exerceram a coerção com fins de consolidar sua hegemonia global.

2.2.1 A Guerra Fria do Sudeste Asiático

Menos lembrada do que a Guerra do Vietnã, a Guerra da Coreia começa em 1950 e suas consequências práticas influenciam a dinâmica internacional até hoje. A violência iniciou antes mesmo do início oficial da Guerra da Coreia. Guerrilhas do norte comunistas já tentavam executar uma revolução e promover a unificação do país. As investidas foram respondidas, a comando do presidente Syngman Rhee, com o uso desproporcional de força. Segundo o pesquisador Dong Choon Kim, em uma investida que antecedeu a Guerra, em Cheju ao sul do

38º paralelo, uma guerrilha composta por 500 homens levou a morte de cerca de 30.000 coreanos pelas mãos do Exército da República da Coreia (ROK). A justificativa para o massacre de Cheju era a de que os 30.000 civis mortos eram traidores comunistas ou apoiadores da guerrilha.

O problema se agrava, no entanto, com a retirada das tropas estadunidenses, que ali estavam estacionadas desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1949. O novo líder global deixa para trás um território desestabilizado pela guerra ideológica que travava com a União Soviética e nas mãos de um presidente recém-eleito e impopular. Os Estados Unidos participaram da oficialização da cisão do país entre o Norte comunista e o Sul capitalista e orquestraram junto à ONU a primeira eleição “livre e democrática” da Coreia do Sul. A criação da Coreia do Sul, no entanto, “resultou de uma pressão extrema dos EUA sobre a Comissão Temporária na Coreia da ONU (UNTCOK) que era autorizada pela organização a realizar eleições em toda Coreia (Norte e Sul)” (PARMAR, 2018, tradução nossa). Com a pressão estadunidense, que como vimos havia estabelecido a organização com base em suas visões globais e exercia tremenda influência na instituição, as eleições na Coreia do Sul foram convocadas pela UNTCOK apesar de protestos coreanos. A insatisfação de diversos grupos do:

[...] espectro político-ideológico – incluindo organização de trabalhadores, fazendeiros, mulheres, estudantes e grupos jovens – haviam oposto as eleições com base na violência da direita que tornara eleições livres e votação justa impossível. Portanto, a declaração pela UNTCOK de que as eleições foram executadas justamente na Coreia do Sul foi utilizada como um pretexto pelos Estados Unidos na ONU para ganhar o reconhecimento da República da Coreia como um Estado Soberano (PARMAR, 2018, tradução nossa).

Segundo dados da UNTCOK, relatados por Parmar, apenas 2% da população compareceu às urnas naquele ano. Syngman Rhee, foi legitimado pelo “mundo livre” como presidente da Coreia, no entanto, sua legitimidade em seu próprio país nunca seria conquistada. Em consequência, o uso da força por Rhee foi constante e indiscriminado. O apoio dos Estados Unidos à Rhee, no entanto, apesar de ter causado resultados desastrosos, era estratégico. Durante a Guerra Fria a estratégia dos Estados Unidos, considerando a proporção global do conflito e a impossibilidade de o país estar presente por todo o mundo, envolvia a associação com diversos líderes estrangeiros que se subordinassem às ideias do *hegemón* e que garantissem a ordem liberal.

Recentes descobertas apontam que os Estados Unidos, logo no início do conflito, agiram contra refugiados da guerra e contra civis a comando de suas autoridades. A grave

violação de direitos humanos, pode ter sido uma consequência do racismo promovido entre as tropas ocidentais. Kim ressalta que os coreanos eram chamados pejorativamente de “Koogs” e Parmar lembra que os Coreanos eram vistos pelos estadunidenses como incivilizados e humanos pouco dignos de compaixão e respeito. Além de abrir fogo contra a população civil, “sabia-se que diversas mulheres eram estupradas antes de as matarem a tiros em No Gun Ri. Algumas testemunhas dizem que os soldados dos EUA brincavam com suas vidas como meninos sadicamente brincam com moscas” (KIM, 2004, p.30, tradução nossa). Os armamentos que estavam às mãos dos jovens soldados também eram capazes de rápida e severa destruição. As tropas estadunidenses utilizaram contra os civis bombas, armas químicas e napalm:

A Coreia do Norte foi bombardeada por três anos com 635.000 toneladas de bomba (metade do que havia sido lançado na Alemanha na Segunda Guerra Mundial, e mais do que foi utilizado no teatro do Pacífico inteiro entre 1941 e 1945) e 32.000 toneladas de napalm. As vítimas somaram: entre 2,5 e 4 milhões de Coreanos, 900.000 a 1.000.000 de Chineses, 54.000 americanos e quase 700 britânicos. (PARMAR, 2018, tradução nossa)

A soma tão expressiva de vítimas da Guerra da Coreia é resultado de decisões dos Estados Unidos em matar discriminadamente qualquer civil que suspeitassem ser assim como fazia Rhee contra sua própria população.

O consenso construído após a Segunda Guerra que pressionava domesticamente por homogeneidade, auxiliou também a levantar um filtro sobre a Guerra da Coreia. A coerção, por sua vez, buscou através da força um novo centro de influência capitalista. A Guerra da Coreia, apesar de seu desenrolar trágico e o número expressivo de vítimas e de violação elementares de direitos, passou pela história despercebida por muitos e causou pouca sensibilidade:

Do final da Segunda Guerra Mundial até o presente, quase nenhuma guerra obteve tão pouca atenção pelo público mundial como um todo. Devido a sua caracterização pelos líderes político americanos como uma “cruzada anticomunista”, “ação policial” e “uma guerra entre o bem e o mal” as histórias sangrentas foram esmagadas durante os últimos cinquenta anos do período da Guerra Fria. Como o McCarthyism e a Guerra da Coreia ocorreram no mesmo momento no tempo e interagiram um com o outro como reforço mútuo, a “invasão ilegítima” da Coreia do Norte promoveu um anticomunismo de guerra que serviu para justificar qualquer método que o exército dos Estados Unidos e da Coreia do Sul empregaram para opô-lo. (KIM, 2004, p.524, tradução nossa)

O forte consenso construído proporcionou a justificativa necessária para que os Estados Unidos e os aliados sul coreanos pudessem agir livremente contra a população. A tortura e as execuções não causaram comoção visto que o mundo ainda estava preso na retórica do combate ao inimigo. Além disso, Kim ressalta que a Guerra da Coreia não foi televisionada

como seria a Guerra do Vietnã e mesmo que tivesse sido, dificilmente alguma ação seria tomada contra os Estados Unidos no auge da Guerra Fria (KIM, 2004, p. 540). O resultado da participação dos Estados Unidos na Guerra da Coreia foi uma separação que permanece até hoje entre Norte e Sul coreano e uma tensão entre o primeiro e o restante do mundo.

No que diz respeito à hegemonia exercida pelos Estados Unidos nesse período histórico, o país foi capaz de influenciar tanto a opinião pública a respeito da Guerra como também evitar que a União Soviética estabelecesse mais um ponto de influência comunista. Além de influenciar a opinião pública, os Estados Unidos também conseguiram colocar um de seus aliados no poder e moldar suas ações na guerra. Ou seja, tanto o consenso como a coerção foram utilizados como maneira de exercer sua influência no conflito e reforçar a lógica liberal. Os pilares da liberdade e democracia que, em teoria, baseavam o consenso dos EUA começam, no entanto, a dar lugar a alianças convenientes às circunstâncias do momento. Do ponto de vista global, enquanto a opinião pública de grande parte do mundo estava insensibilizada à violência cometida pelo “mundo livre”, devido ao medo de um ataque comunista, os Estados Unidos continuavam a exercer sua coerção sem grandes consequências. Se analisarmos sob o ponto de vista da população coreana na Guerra Fria, não há consenso que pudesse sustentar uma hegemonia. Para eles, os Estados Unidos exerciam simplesmente dominação.

O consenso que tornou a Guerra da Coreia e a violência praticada pelos Estados Unidos praticamente invisível, não seria capaz de garantir o mesmo feito no caso da guerra do Vietnã. A Guerra do Vietnã toma espaço no século XX como um dos conflitos mais caóticos e controversos da história contemporânea. O Vietnã tornou-se fonte de conflito quando em 1954 foi dividido em dois: o Norte sob regime comunista, apoiado pela União Soviética, e o Sul capitalista, apoiado pelos Estados Unidos. Em meio a disputas político-ideológicas, os gigantes do cenário mundial compraram o conflito entre Norte e Sul vietnamitas, o que elevou o papel dos Estados Unidos de apoiador à protagonista. Iniciada em 1959 e só encerrada em 1975, a Guerra espantou pela sua extensão e proporções atingidas ao longo do conflito. No livro *A Revolução Vietnamita* Paulo Visentini expressa que “é notável como um pequeno país pôde ter-se tornado pivô da política mundial e sobrevivido em meio às mais complexas alterações das alianças” (2007, p.17), assim, um país praticamente desconhecido pelo cidadão comum norte-americano tornou-se pauta importante na política externa e o mais surpreendente: aquela nação até então invisível para os Estados Unidos, resistia à superpotência.

O Vietnã, agora não mais desconhecido, tornou-se mais um palco da Guerra Fria. O governo norte-americano pressionava para que houvesse aceitação da participação ativa do país na guerra, apelando ao nacionalismo e a defesa do *american way of life*. A estratégia dos Estados Unidos no Vietnã era similar a aplicada na Coreia. Os Estados Unidos acreditavam que com uma liderança aliada aos seus interesses, o lado Sul do Vietnã daria conta de minar a influência Soviética e garantir a estabilidade do território. Novamente os fatos não se desenrolaram da maneira esperada pelo novo líder mundial. Assim como o coreano Rhee, Ngô Đình Diêm de Saigon foi confiado como o aliado dos estadunidenses no Vietnã:

Desde o começo da intervenção Americana no Sul do Vietnã em meados de 1954, as limitações do líder escolhido eram aparentes. Após anos em exílio nos Estados Unidos e na Europa, Diêm tinha uma estreita base de apoio entre os vietnamitas [...]” (MCCOY, 2017, tradução nossa).

Apoiado pelos EUA, seus presidentes e pela *Central Intelligence Agency* (CIA), o impopular presidente seria motivado a manter a integridade do território custasse o que custasse. Os Estados Unidos articularam a queda dos líderes de oposição à Diêm e minaram a influência que a França ainda exercia na região. Com um empurrão da CIA, em 1955 Diêm ganharia de seu oponente Bão Đại com 98,2% dos votos sul-vietnamitas. O que os Estados Unidos esqueceram ao intervir em já instáveis países periféricos é que ceder poder político e militar ilimitado a líderes aliados lhes permitiria desafiar as regras do jogo que o próprio *hegemón* elaborara. Com Diêm, foi exatamente isto aconteceu. Após ter consolidado o seu poder exclusivamente através da violência na região, e sendo que um líder artificial, que não contava com o apoio da população, Diêm começou a direcionar o uso da força não somente àqueles que os Estados Unidos identificavam como ameaças.

Entre 1960 e 1963 a tensão escalou ainda mais. Os Estados Unidos interferem primeiro promovendo a execução do até então aliado Ngô Đình Diêm e depois enviando os primeiros de um total de 540 mil militares que combateriam o “comunismo” do norte do Vietnã.

O país logo colapsou em mais golpes militares e contragolpes que aleijaram as operações militares. Pelos próximos trinta e dois meses, Saigon teve nove governos diferentes e uma mudança de gabinete a cada quinze semanas – cada um deles incompetente, corruptos e ineficazes. Depois de gastar décadas construindo o regime de Diêm e um dia o destruindo, os Estados Unidos atrelaram irrevogavelmente o seu poder e prestígio à sobrevivência do governo de Saigon. Os “melhores e mais espertos” em Washington estavam convencidos de que eles não poderiam somente se afastar. (MCCOY, 2017, tradução nossa).

Com a obsessão pela manutenção da ordem hegemônica e a insensibilidade dos EUA em entender os seus limites, a Guerra do Vietnã se estendeu ainda mais. Os Estados Unidos apoiariam mais um líder com pouco apoio relativo e ajudariam a fraudar mais uma eleição.

Este líder era Thiệu que, no entanto, também não conseguiria controlar o cenário político, indo para exílio em 1975.

A estratégia dos Estados Unidos em relação a Guerra do Vietnã era parecida com a empregada ao redor do mundo. A Guerra do Vietnã se destaca em relação a outros conflitos pela sua extensão, perdas humanas e por ser umas das primeiras guerras a contar com uma cobertura televisiva próxima do conflito⁶. Dados mostram mais de 58.000 estadunidenses mortos na Guerra, sendo os anos entre 1966 e 1970 os mais violentos. A mudança de tom das reportagens em 1968 pode ser justificada pelas mais de 16.000 mortes de estadunidenses no ano mais sangrento do conflito⁷. A opinião pública segundo uma reportagem do New York Times de 1988, decaiu após 1965. Neste ano, 64% da população entrevistada apoiava a participação dos Estados Unidos na Guerra, em 1969 este número caiu para 39% além de que 52% já viam como um erro a entrada na guerra. Em 1970, 55% dos entrevistados pediam que as tropas fossem retiradas do Vietnã.

Com base nesta breve análise da Guerra da Coreia e do Vietnã, podemos concluir que muita violência foi necessária para a instauração da hegemonia estadunidense no sudeste asiático. Além disso, as consequências destes conflitos não foram exatamente as imaginadas. O mundo convive com uma Coreia ainda separada e hostil e a imagem das forças militares dos Estados Unidos e seu fracasso no Vietnã abalaria o consenso estruturado ao redor da classe média suburbana. As famílias estadunidenses teriam que lidar com os milhares de militares que haviam sobrevivido à Guerra que voltavam para suas casas com o peso da violência em suas costas. O alcoolismo e o suicídio entre veteranos de guerra eram comuns e muitas vezes escondidos pela imagem da família “americana” perfeita da época. O peso da Guerra pode ser observado através do número de vítimas que deixou para trás⁸. Apesar das divergências é

⁶ Não há um consenso sobre o papel que a mídia teve sobre a opinião pública dos Estados Unidos. Em um artigo, Ronald H. Spector defende que a mídia teve um impacto em transformar a opinião pública, principalmente após 1968, mas que antes desta data as reportagens, na verdade, apoiavam a guerra de maneira geral. Em contrapartida da tese que responsabiliza a mídia pela queda da popularidade da guerra, Spector também ressalta que o próprio número de estadunidenses mortos já seria suficiente para que o apoio a Guerra caísse.

⁷ O número de estadunidenses mortos durante a Guerra do Vietnã foi relatado conforme dados da *Defense Casualty Analysis System*.

⁸ As diferentes estatísticas que procuram determinar o número de mortes chegaram a resultados bastante distintos. Uma pesquisa aponta algo perto de 171.000 e outra chega a 220.000 militares do Vietnã do Sul mortos. Sobre os combatentes do Norte o departamento de defesa dos Estados Unidos declara mais de 950.000 mortes, mas uma pesquisa por Guenter Lewyi estima que o número estaria mais próximo de 444.000 vítimas, visto que os Estados Unidos na época tendiam a inflar os números para desmoralizar o seu combatente, além de que acredita-se que entre os mortos muitos eram civis, não militares. Os dados sobre as vítimas civis também divergem, dados do governo do Vietnã apontam 2 milhões de mortos, enquanto outra pesquisa, por Robert McNamara, aponta 1.2 milhão de civis mortos.

possível concluir que a Guerra do Vietnã causou danos irreparáveis aos nacionais do território e a todos que vivenciaram as suas tragédias.

A experiência dos Estados Unidos no sudeste asiático demonstra que determinar se há consenso que sustente a violência aplicada é uma tarefa complicada. Ao olharmos os eventos sob a ótica global, não há dúvidas que, principalmente em relação à Guerra da Coreia, há um consenso que justifica as ações tomadas. No entanto, ao olharmos a partir dos de baixo, a mesma violência pode ser encarada como dominação, visto que as instituições e demais pilares que sustentam a hegemonia liderada pelos Estados Unidos não garantiam concessões aos populares. A integração da Coreia do Sul viria apenas depois da violência e com o auxílio financeiro dos Estados Unidos, no entanto esta nunca seria estendida a Coreia do Norte.

2.2.2 Os governos autoritários na América Latina

Os Estados Unidos também influenciaram a política na América Latina. Baseado em indícios de que os governos dos vizinhos americanos poderiam tornar-se mais progressistas, o *hegemón* jogou suas cartas a fim de desestabilizá-los e de favorecer as oposições de direita:

Na América Latina, houve movimentações da oposição de esquerda em resposta à crescente pobreza urbana e falta de terras rurais na região. Para tornar “absolutamente claro nós não iremos tolerar Comunismo em qualquer lugar no hemisfério ocidental”, o influente secretário do tesouro George Humphrey aconselhou seus colegas na NSC que eles deveriam “parar de falar tanto sobre democracia” e em vez disso “apoiar ditaduras da direita caso suas políticas fossem pró-americanas”. [...] adicionou: “O que quer que nós escolhamos dizer em público sobre ideias e idealismo, entre nós temos que ser muito mais práticos e materialistas” (MCCOY, 2017, tradução nossa).⁹

Ao concordar com o secretário Humphrey, o presidente Eisenhower estabeleceu que o caráter democrático e livre, de acordo com o consenso que o país construiu e estruturou através das organizações internacionais, pouco importava quando o objetivo era minar a influência comunista. Os Estados Unidos começariam a criar, portanto, uma grande rede de “líderes nacionais (e muitas vezes nacionalistas) que colocariam, no entanto, as necessidades de Washington acima das locais” (MCCOY, 2017, tradução nossa). Os valores do “mundo livre” deram lugar a uma “dura política de realpolitik de apoio a qualquer líder confiável que nos [estadunidenses] apoiássemos” (MCCOY, 2017, tradução nossa). No entanto, o julgamento

⁹ As declarações do secretário George Humphrey aconteceram em na 229ª reunião do Conselho Nacional de Segurança (NSC) em 1954, onde também estava presente o presidente Eisenhower que concordara com o sugerido por Humphrey. Os secretários presentes e o presidente pretendiam estabelecer as novas políticas de segurança nacional e determinar as áreas sensíveis à influência soviética. Havia um consenso que os Estados Unidos não poderiam agir em todas as áreas sensíveis, mas o presidente Eisenhower parecia relutante em abandonar sua posição no sudeste asiático, apesar de declarar que a Indochina tinha pouca importância para os Estadunidenses. Acesso em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v02p1/d143>.

do que seria um líder estrangeiro “confiável” nem sempre esteve correto, e apesar de que os Estados Unidos pensassem poder articular seus apoiadores subordinados, nem sempre estes responderam da maneira esperada. Segundo dados da Universidade de Carnegie Mellon sobre o período “[...] entre 1946 e 2000 os superpoderosos rivais intervíram em 117 eleições [...] por meio de financiamento de campanhas e desinformação na mídia. Significativamente, os Estados Unidos foram responsáveis por oitenta e uma destas tentativas” (MCCOY, 2017). A América Latina não escapou destas intervenções, tanto em suas eleições, como também em outros aspectos políticos.

No contexto da Guerra Fria, a América Latina percebia que o desenvolvimento pós-guerra prometido não havia se concretizado. Dessa maneira, a região se tornou um ponto de preocupação para os Estados Unidos e a manutenção de sua hegemonia:

A América Latina constituía um campo particular da rivalidade bipolar. A persistência de estruturas econômicas atrasadas e a assimetria das suas relações econômicas com as grandes potências explicam a emergência em vários países da região, já durante a década anterior, de uma vasta mobilização social e de propostas políticas contendo maior ou menor viés nacionalista e populista que questionavam o atraso e a dependência e ofereciam caminhos alternativos na procura do desenvolvimento econômico e social (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p. 70).

No Brasil, as evidências da intervenção estadunidense são bastante claras. João Goulart, que assumira a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, buscava implementar políticas independentes da influência das grandes potências. Em seu governo, o chanceler San Tiago Dantas implementou a Política Externa Independente (PEI). Esta estratégia pretendia favorecer e diversificar as relações comerciais do Brasil com o restante do mundo, inclusive com a União Soviética, e promover a paz, o desarmamento e os princípios da não-intervenção e da autodeterminação. A PEI e a intenção de promover outras reformas que desafiavam os padrões de desenvolvimento propostos pelos Estados Unidos, na época promovidas pela Aliança para o Progresso (APOP), desagradavam as elites brasileiras e a preocupar o governo estadunidense. Além da escolha por uma política externa independente, Goulart pretendia permitir o voto dos analfabetos e expropriou gigantes estadunidenses como a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, a AMFORP e a Companhia Telefônica Nacional (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p. 72). Com estas medidas e a pretendida reforma agrária os grandes fazendeiros, representantes da direita, e representantes dos interesses externos buscavam apoio dos Estados Unidos para uma intervenção.

Os setores conservadores, insatisfeitos com as propostas de mudança de Goulart, conseguiram conquistar o apoio que buscavam nos Estados Unidos. Os Estados Unidos passaram a “colaborar ativamente com grupos anti-Goulart como o Instituto de Pesquisas e

Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro para a Ação Democrática (IBAD), financiando seu equipamento e propaganda” (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p. 75). Além disso, as eleições brasileiras de 1962, foram uma entre as 81 que contaram com a intervenção estadunidense. O próprio embaixador dos Estados Unidos, “Gordon admitiria mais tarde que os Estados Unidos investiram aproximadamente cinco milhões de dólares na missão de torcer a vontade eleitoral de parte significativa da cidadania brasileira (outras fontes calculam entre 12 e 20 milhões de dólares)” (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p. 76). Ademais, fundos do USAID foram destinados a auxiliar obras de governadores da oposição de Goulart e fundos do FMI, requeridos pelo governo nacional, foram repassados também para estes mesmos representantes e seus estados.

Nos momentos finais da resistência de João Goulart, Washington preparava seus instrumentos para acelerar o golpe. O General Vernon Walters, colega de Castelo Branco, assumia um cargo na embaixada dos Estados Unidos em Brasília e Dan Mitrione organizava pela CIA o contrabando de armas para o golpe (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p. 78). Com incentivo aos militares brasileiros através do Programa de Assistência Militar e com a Operação *Brother Sam*, que mobilizou armas no Panamá caso uma intervenção viesse a ser necessária, os Estados Unidos jogavam suas últimas cartas na mesa para que o golpe se concretizasse. No dia primeiro de abril de 1964 Goulart cai, instaurando no poder os militares e décadas de perseguição e tortura.

O caso do Brasil na Guerra Fria demonstra o poder de influência que os Estados Unidos exerciam após a Segunda Guerra Mundial. O aspecto consensual da hegemonia liderada pelos Estados Unidos, fundada na criação de um inimigo à liberdade, auxiliou a articular as forças internas do Brasil de tal maneira que um presidente legítimo pudesse ser derrubado. Os Estados Unidos não precisaram levar seus soldados para a região para conseguir minar o projeto de independência do país. A “violência é uma ferramenta poderosa, mas sempre e em qualquer lugar, ela é atrelada aos processos não-violentos de socialização das elites e construção de alianças” (PARMAR, 2018, tradução nossa). Essa constatação é evidente no caso do Brasil, visto que ao invés de utilizar os elementos da sociedade política diretamente contra aqueles que desafiavam as regras, tal tarefa foi terceirizada às elites e aos militares aliados. A coerção, no entanto, apesar de não ter sido executada pelas mãos do país, não deve ser esquecida. Os danos humanos resultantes da ditadura militar também são um resultado da estratégia de manutenção da hegemonia liberal. No esforço da Guerra Fria em assegurar a unidade ideológica por todo o mundo, o consenso aproximou o *hegemon* e setores isolados dos países do terceiro mundo, no entanto, a violência necessária para garantir que o

consenso se expandisse pela população foi vasta. A hegemonia dos Estados Unidos, prova-se presente ainda neste contexto histórico no sentido de que ainda é capaz de articular opiniões, moldar políticas domésticas e facilitar um golpe de estado, sem nem mesmo tocar em armas para garantir uma unidade de pensamento. Além disso, o golpe garantiu que o Brasil seguisse um rumo de dependência das potências externas e freou qualquer projeto de desenvolvimento que estivesse em curso. A incorporação desigual da hegemonia pelas periferias, no entanto, dificulta com que as concessões e o benefício da ordem garantida pelo golpe se espalhem pela população e dessa forma, a censura e a violência para que a ordem se mantenha é constante. O perigo para a hegemonia estadunidense é que a necessidade excessiva do uso da violência mine o consenso que a aliança com as elites proporciona.

O México viveu uma experiência diferente com a Guerra Fria. Como vizinho que compartilha uma fronteira de 3.000 quilômetros com os Estados Unidos, a relação próxima com a potência não era uma novidade do mundo pós-guerra. Logo após a sua independência colonial, o México se encontrou em uma guerra com o já ambicioso Estados Unidos em tentativa de defender o Norte do seu território. Com a perda de significativa parte do território mexicano, o relacionamento entre os vizinhos seria de desconfiança e no México já surgiria um sentimento antiamericano e anti-imperialista. Segundo Meyer, somente com o século XX a insegurança territorial diminuiria, dando lugar, no entanto, à dependência econômica que perdura desde então. No início do século XX:

o mercado estadunidense absorvia mais de três quartos da exportação mexicana e proporcionava ao México mais de metade de suas importações. De fato, para este, Estados Unidos e o mercado mundial tendiam a ser a mesma coisa (MEYER, 1984, p. 10, tradução nossa).

Enquanto os Estados Unidos conseguiram se industrializar, o México ganhava apenas marginalmente como parceiro comercial, tendo somente, ao final do século XIX, o equivalente a 2,2% da receita de seu vizinho.

A Revolução Mexicana reascendeu o antigo sentimento antiamericano, despertando a vontade de formar um México independente de influências externas. Meyer argumenta que:

A intervenção estadunidense no processo revolucionário do México foi constante e para isto se recorreu tanto aos protestos formais como a ameaças, a intervenção militar e a promessas. Ao final, seu êxito foi relativo, no entanto, esta história deixou uma ferida permanente, pois o conflito constante acabou por dar forma definitiva ao nacionalismo mexicano moderno, bem como uma série de princípios de política externa de natureza evidentemente defensivas e que estavam centrados entorno dos princípios da não intervenção, da autodeterminação e da igualdade jurídica dos Estados (1984, p.11, tradução nossa).

Ou seja, apesar do resultado da Revolução não ser desastroso para os Estados Unidos, o movimento reascendeu os valores nacionalistas do México e moldou a sua política externa. O

nacionalismo mexicano aprofundava-se com a Revolução, o que na Guerra Fria tornaria a distinção do que era comunismo e o que era anti-imperialismo bastante difícil.

Até a Segunda Guerra Mundial, a relação entre os dois países seria mais reservada ao comércio e contaria com o ceticismo mexicano. A Política de Boa Vizinhança dos Estados Unidos ajudou na década de 1930 a iniciar uma aproximação política dos países que se consolidaria com a guerra. Tal modo de conduzir as relações com o México, permitiu que as expropriações de empresas petrolíferas do governo cardenista fossem respondidas diplomaticamente pelos Estados Unidos. De maneira geral, a política proporcionou um ambiente harmonioso e de negociação nos anos que antecederam a Segunda Guerra que alteraria dinamicamente entre os países. Após o ataque por submarinos alemães de dois navios petrolíferos no Golfo do México, o país decidiu declarar guerra aos países do eixo e com essa decisão surgiu a primeira oportunidade de aproximação política com os Estados Unidos. A nova proximidade tornou o México o país latino-americano que mais ofereceu recursos estratégicos aos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Com este protagonismo, o México triplicava a sua receita entre 1940 e 1946 e cresceu a uma taxa de 6% ao ano entre 1940 e 1970 (HISTORY CHANNEL). A elevada taxa de crescimento e o aumento da prosperidade mexicana lançou o México à Guerra Fria bem alinhados com os interesses estadunidenses e esperançosos que as relações pudessem seguir no caminho para o desenvolvimento do país.

O pós-guerra não correspondeu exatamente às expectativas mexicanas, reascendendo, apesar da prosperidade econômica, em alguns grupos o sentimento antiamericano. O financiamento dos Estados Unidos não foi o imaginado e algumas políticas econômicas haviam prejudicado a América Latina. O México na Guerra Fria andava, portanto, em uma corda bamba. Enquanto prosperava devido às relações comerciais com o *hegemon* e dependia destas, também convivía com a vontade histórica de barrar a influência estadunidense. A experiência da Guerra Fria, para o México estava ligada muito mais a velha noção anti-imperialista do que a conexões ideológicas com a União Soviética. O estopim da demonstração anti-imperialista no México aconteceu em 1968 quando duas manifestações estudantis se encontraram e foram recebidas com repressão por parte do governo do presidente Díaz Ordáz, deixando vários estudantes feridos e mortos. À imprensa, o presidente declarou que se tratavam de comunistas e que a agressão partira primeiro deste grupo. A pesquisadora Soledad Loaleza, rebate a noção de que a reação do presidente às manifestações tivesse sido semente motivada a cessar críticas ao seu governo. Segundo ela:

A análise do contexto e das condições políticas internas indicam que o presidente Díaz Ordaz se preocupava mais com o intervencionismo do presidente Lyndon Johnson, que em 1964 havia apoiado o golpe militar no Brasil e o estabelecimento de uma ditadura, e que em 1965 havia enviado mais de 50 mil fuzileiros navais até a República Dominicana. Em ambos os casos justificou a sua decisão com base no argumento de que respondia a ofensiva do comunismo internacional (LOALEZA, 2018, p. 92, tradução nossa)

Se seguirmos essa visão, o que teria motivado a repressão doméstica de ideias “comunistas” seria o próprio temor de que ao avistar uma fragilidade doméstica, os Estados Unidos pudessem voltar a intervir diretamente no México.

O México, durante a Guerra Fria, viveu outros momentos violentos, o autor Sérgio Aguayo relata, em entrevista para David Thelen, sua experiência nas décadas de 1960 e 1970 como estudante e ativista:

Minha vida foi transformada, no entanto, pelo movimento estudantil de 1968, o qual, combinado à repressão das décadas de 1960 e 1970 estabeleceram sérias dúvidas sobre a legitimidade do governo. Brevemente, eu brinquei com a ideia de me juntar às guerrilhas, algo não incomum em certos círculos latino-americanos na década de 1960. Esta foi a década de sonhos, um tempo em que tudo parecia possível. Apesar de finalmente rejeitar a ideia, vários membros do meu grupo político participaram somente para serem exterminados pelas forças do governo. Alguns foram mortos, outros desapareceram, e muitos continuam aleijados psicologicamente. Eu pessoalmente fui uma vítima de agressões físicas e tortura. Estas circunstâncias eventualmente me forçaram a deixar Guadalajara, que havia se tornado um lugar muito perigoso para se viver (THELEN, 1999, p. 45, tradução nossa).

Ou seja, apesar do México ter conseguido manter a influência estadunidense distante, para isso recorreu à violência para manter a coesão interna. Além dos danos humanos, a pesquisadora Renata Keller argumenta que durante a Guerra Fria as forças de segurança do México, em suas variadas esferas, ganham um poder quase irrestrito sobre o uso da violência. Para ela, “protegidos pelos seus distintivos e uniformes, estes homens se envolviam em atos de atrocidade e criminalidade, frequentemente usando suas posições de autoridade para ganho pessoal” (KELLER, 2016, tradução nossa). Dessa forma, se enfraqueciam ainda mais as instituições de justiça do país, favorecendo a corrupção desde o mais baixo escalão da polícia até os setores dos mais poderosos responsáveis pela tomada de decisão. A autora vê um paralelo entre a Guerra Fria e a Guerra às Drogas, visto que se tratam de conflitos transacionais que se sustentam com base na impunidade dos oficiais de justiça e de coerção. O primeiro conflito teria, portanto, favorecido que a futura Guerra às Drogas, se agravasse por estar contextualizada em um México mais corrupto e que abrigava instituições mais fracas.

De certa forma, os Estados Unidos não viam no México uma grande ameaça comunista, ou então teriam sido mais incisivos em suas intervenções neste período. No poder ainda estavam os governos autoritários do PRI com quem conviviam desde o final da

Revolução Mexicana. Aguayo, em entrevista à David Thelen, argumenta que havia um certo acordo entre os Estados Unidos e o autoritarismo mexicano: `

Em 1927, os governos e elites de ambos os países alcançaram um entendimento informal de apoio mútuo. Washington deu aos revolucionários mexicanos vitoriosos um incomum espaço, permitindo que eles desenvolvessem um modelo econômico independente, uma política externa independente e um regime autoritário (THELEN, 1999 p. 458, tradução nossa)

O nacionalismo mexicano, segundo o autor, e a complacência dos Estados Unidos com a arbitrariedade dos governos autoritários, permitiam com que estes praticassem a violência para garantir a coesão interna. A noção de que o México era capaz de garantir a ordem doméstica, como haviam no passado, pode ter impedido que os Estados Unidos interferissem diretamente no país na Guerra Fria. O acordo não escrito de que a recompensa pela ordem doméstica, seria a relativa independência para governar internamente, por sua vez, pode ter mantido o México em uma posição relativamente neutra durante o período. Para além desse acordo, a própria população do país favorecia a neutralidade durante a Guerra Fria (SLOAN, 2009) O México navegou a Guerra Fria se posicionando contra a intervenção direta dos Estados Unidos na América Latina, no entanto, quando esta se concretizava, como no caso da Guatemala, respondia com silêncio. Jorge Schiavon lembra que “embora na OEA o governo mexicano mostrou uma postura contrária aos Estados Unidos, uma vez que este país apoiou a derrubada de Arbenz em 1954, o México adotou uma atitude de reserva” (SCHIAVON, 2006, p. 9, tradução nossa). Os governantes mexicanos em geral tiveram êxito em não comprometer suas relações com os Estados Unidos ao mesmo tempo em que afastavam a interferência direta do último em suas decisões e em seu território. Os Estados Unidos, por sua vez, pareciam se importar pouco com a inflexibilidade do México em desviar de sua política de autodeterminação, já que compreendiam que a relação de dependência dos países impediria que o México sustentasse qualquer barreira real às intenções de seu vizinho.

Em suma, a Guerra Fria para o México tratou-se de uma árdua tarefa de manutenção da coerência em relação a sua histórica posição como defensor da autodeterminação, ao mesmo tempo em que se fazia necessário passar confiança aos Estados Unidos de que a ordem doméstica não estava ameaçada. Ao passo que o sentimento antiamericano, fruto das feridas da Revolução e da mais antiga guerra entre os vizinhos, promovia uma tentativa de restringir o poder estadunidense, o entendimento, que se estabelecera após a Revolução Mexicana, de que a independência do México estaria vinculada à ordem doméstica, impunha limites a qualquer sonho revolucionário. Os Estados Unidos impunham sua ordem no México, desta maneira, através da total dependência econômica e também através do medo de uma

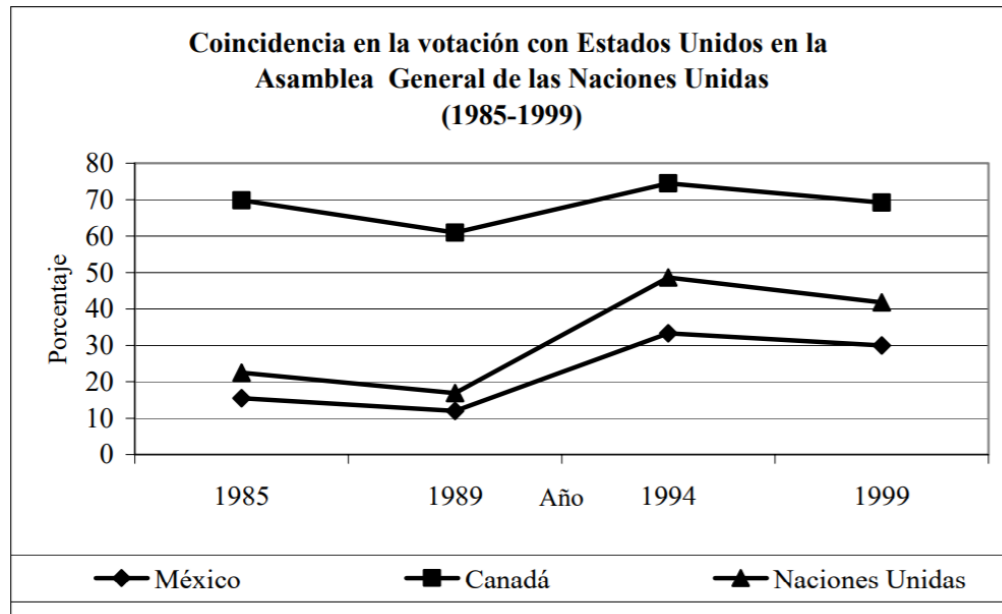
intervenção doméstica mais séria. As repetidas aparições de manifestações contrárias à influência dos Estados Unidos e a religiosa manutenção dos princípios de política externa, a despeito da influência contrária dos EUA, demonstra que não há um consenso de que a ordem liberal capitalista liderada pelo vizinho é o caminho correto para o desenvolvimento do México. A relação entre os países, portanto, parece ser baseada no receio do emprego do poder coercitivo, ao invés de uma aceitação profunda e natural da concepção de mundo estadunidense. O consenso é mais notado em sua base econômica, que vincula o México aos Estados Unidos e impede que aquele o desafie de maneira mais contundente. Como resultado, o México mantém um cuidadoso equilíbrio entre crítica e obediência aos Estados Unidos.

Tendo em vista os elementos de consenso e coerção no caso da Guerra Fria, a hegemonia liderada pelos estadunidenses no México parece apresentar falhas em sua base consensual. Apesar de que a violência, neste momento histórico, não ser tão preponderante, o que deveria indicar que há pouca coerção, o México parece ser movido pelo temor da interferência externa e o consenso parece frágil se pensarmos que a prosperidade econômica tende a ser efêmera na periferia. Já em momentos finais da Guerra Fria, diferentes líderes mexicanos se lançariam à tarefa de tentar diversificar suas relações comerciais e políticas, buscando se libertar das amarras com os Estados Unidos. Essa busca por uma união com países também subdesenvolvidos aparecia recorrentemente no México. No entanto, assim como em relação à uma ameaça comunista, os Estados Unidos demonstrariam pouca preocupação com a empreitada mexicana por independência, já que entendiam que tinham o México estritamente preso na estrutura econômica capitalista e liberal.

Na década de 70 e 80, já em um momento de desgaste da retórica da Guerra Fria, o México continuou a trabalhar suas ideias de não intervenção, discordando dos Estados Unidos em relação ao cenário político da Nicarágua. Enquanto o México buscava promover a queda do regime Sandonista, com o objetivo de evitar uma aliança do país com Cuba e uma provável intervenção estadunidense, os Estados Unidos defendiam o oposto. Ao passo, no entanto, que o assunto se tornava mais importante para os Estados Unidos, a liderança do México em relação a América Central diminuía, Schiavon argumenta que “[...] a atividade mexicana na América Central nas décadas de 1970 e 1980 foi inversamente proporcional a importância estratégica que os Estados Unidos concederam à região e as capacidades financeiras do México” (SCHIAVON, 2006, p. 15, tradução nossa). O gráfico a seguir demonstra que nas décadas seguintes, o padrão de desacordo entre os vizinhos se manteria, sendo a porcentagem de convergência de votação entre o México e os Estados Unidos mais baixo que a própria média das nações Unidas e muito distante do alinhamento entre o *hegemón* e seu vizinho de

fronteira norte. A pesquisa demonstra, no entanto, quando as discordâncias pareciam formar um obstáculo real a uma vontade dos Estados Unidos, o México as ameniza, retirando-se do embate e permitindo que os EUA estabelecessem sua influência.

Gráfico 3 - Porcentagem de convergência entre o voto nas Nações Unidas dos EUA, México e Canadá



Fonte: Schiavon, 2006

A eleição de 1988, questionada por sua legitimidade, levou Carlos Salina à presidência do México. Os Estados Unidos, que apoiaram a eleição de mais um líder do PRI apesar das denúncias de fraude eleitoral, se aproximariam do México a partir de então. Os laços econômicos, que como foi apresentado já eram tão próximos a ponto de vincular as decisões do México às expectativas dos Estados Unidos, se estreitaram ainda mais a partir de 1988. “Para o governo de Salinas a liberalização comercial e a inserção financeira do México eram prioridade” (SCHIIVON, 2006, p. 20, tradução nossa), portanto, o seu principal projeto junto aos Estados Unidos seria o Tratado de Livre Comercio da América do Norte (TLCAN). O projeto entrou em vigor em 1994, após o governo mexicano ter articulado uma campanha para promover a aceitação do tratado. Schiavon observa que:

A entrada em vigor do TLCAN implicou o início de uma nova etapa de cooperação, tanto qualitativa como quantitativamente, entre o México e os Estados Unidos. Passaram de vizinhos distantes a sócios econômicos, multiplicando-se não somente o intercâmbio comercial e financeiro, mas também aumentando exponencialmente a densidade institucional entre os dois países. (2006, p. 22, tradução nossa).

O México, desta forma aprofunda sua dependência para com a potência e estabelece a dinâmica entre os países que será mantida em relação à Guerra às Drogas que a pesquisa explorará no próximo capítulo. A histórica resistência ao imperialismo dos Estados Unidos permaneceria marcada nas divergências de opiniões nos mais diversos órgãos internacionais, mas a dependência econômica e o consenso construído ao seu redor, assim como o temor da interferência estadunidense, permitiria que a hegemonia se manifeste e influencie o andar da Guerra às Drogas.

2.3 A GUERRA POR OUTROS MEIOS

A Guerra Fria para os Estados Unidos e para o mundo iniciou uma nova tradição de guerra, bastante distante da que conhecíamos. Ela não era mais baseada no combate de dois ou mais exércitos nacionais que eram motivados por um objetivo claro. Os conflitos que surgiram devido a intenção dos Estados Unidos de consolidar sua hegemonia pelo mundo, não eram mais tão simples de compreender. Os inimigos muitas vezes não eram militares treinados, mas sim civis que haviam pegado em armas e se juntado a grupos armados que não representavam uma nação específica. Esta nova forma de guerra se revelaria muito mais complexa e um verdadeiro desafio para os Estados Unidos. A Guerra ao Terror e a Guerra às Drogas se encaixariam no formato dessas novas guerras e para combater o inimigo, os Estados Unidos continuariam a firmar alianças frágeis e comprometer os princípios que pregam tanto em casa como também nas instituições liberais do pós-guerra.

Esta sessão do presente capítulo empresta seu nome de uma passagem de Thiago Rodrigues, professor e pesquisador da Guerra às Drogas, que demonstra que a paz esperada como resultado da conquista da unipolaridade só se concretiza se a paz for compreendida como “ [...] ausência de guerra. Guerra como guerra interestatal” (RODRIGUES, 2008, 191). A Guerra, portanto, não deixaria de existir, somente seguiria por outros meios. Os conflitos ligados à Guerra Fria já possuíam algumas das características da nova forma de realizar a guerra que seriam a norma após os anos 90. Esta nova forma de conflito primeiramente embaça a distinção entre sociedade civil e militares. Observamos que durante a Guerra da Coreia e do Vietnã a sociedade civil era alvo da violência ao invés de simplesmente ser prejudicada colateralmente. A Guerra às Drogas teria este mesmo caráter. Outro elemento marcante da nova manifestação da Guerra é o uso das operações clandestinas como instrumento de poder. Observamos que a CIA exerceu um papel importante na instauração da ditadura militar no Brasil e a instauração de líderes aliados no poder no Vietnã e Coreia. Este

uso de operações clandestinas, no entanto, também auxilia com que os conflitos fujam ainda mais das mãos do Estado.

Um último elemento relevante destas novas guerras para a nossa análise sobre a hegemonia estadunidense, é a globalização dos recursos do conflito.

Os fluxos de dinheiro, armas e peças de propaganda encontram vazão pelos caminhos abertos pela globalização: populações deslocadas, facilidades para transferência de dinheiro, agilidade nas comunicações, permeabilidade das fronteiras. A globalização questiona a lógica da soberania territorial também pela via da guerra (RODRIGUES, 2008, p. 193).

O mundo teria que lidar com conflitos, dessa forma, que não somente não poderiam ser atrelados a um Estado e a um território específico, mas também com “inimigos” que também se beneficiam da globalização e podem, portanto, mover recursos, se comunicar e gerar renda de maneira rápida e global.

As operações clandestinas que já eram um fator importante para a manutenção da hegemonia estadunidense durante a Guerra Fria, continuariam a ser um instrumento no século XXI. O caráter sigiloso das operações, no entanto, muitas vezes acabou por retirar do Estado o controle sobre suas operações e, além disso, abrir portas obscuras e formar alianças preocupantes que em muitos casos fundaram as bases para futuros conflitos. McCoy (2017) traça um paralelo entre os agentes secretos e os criminosos. Ambos “agentes criminosos e clandestinos vivem simultaneamente nas dimensões abertas e ocultas, alternando de maneira fácil entre empresários legítimos e patrões do sindicato, ou pequenos diplomatas e agentes secretos” (MCCOY, 2017, tradução nossa). Além disso, ambos devem estabelecer formas de financiamento secretas e uma rede de contato próprias. Vários casos poderiam ser citados aqui para exemplificar como as operações sigilosas abrem brecha para alianças contraditórias e perigosas. A CIA na América Latina, por exemplo, fechou parcerias com conhecidos traficantes internacionais de drogas para conquistar seus objetivos momentâneos e escapar dos trâmites da câmara e do senado. No Panamá a agência era aliada de Manoel Noriega, conhecido facilitador do tráfico de drogas para o Cartel de Medellín. Segundo o jornalista José Arbex Júnior, Noriega era ponte entre a CIA e carteis que forneciam os “narcodólares” que a agência precisava para financiar os Contras que lutavam pela queda do governo sandinista na Nicarágua. Ironicamente, os Estados Unidos capturariam e aprisionariam em 1989 este mesmo aliado com a justificativa de que Noriega era um promotor do tráfico de drogas. A prisão de Noriega seria a justificativa para a invasão do Panamá, que claramente escondia motivações mais profundas.

No Oriente Médio, a ação das agências secretas teria consequências mais severas que levariam os Estados Unidos a lutar “novas guerras” contra atores que seu próprio Estado auxiliou a financiar. A força do Talibã, por exemplo, nasceria junto com as primeiras intervenções das agências secretas estadunidenses no país, “a guerra secreta da CIA contra a ocupação Soviética do Afeganistão na década de 1980 ajudaram a transformar as terras fronteiriças sem lei Afegãs-Paquistanesas em uma sementeira para a expansão do tráfico global de heroína” (MCCOY, 2017, tradução nossa). Enquanto os afegãos eram aliados contra os comunistas no contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos fecharam os seus olhos “enquanto a produção afegã de ópio crescia sem repressão de 100 toneladas anuais em 1970 para 2.000 toneladas até 1991” (MCCOY, 2017, tradução nossa). Com a violência da guerrilha contra os aliados soviéticos e milhões de refugiados, o plantio e tráfico de ópio se tornou uma atividade ainda mais atraente para os afegãos. Carros da CIA que levavam armas às guerrilhas que deveriam combater a influência soviética serviam também para transportar ópio e facilitar o tráfico. Após uma tumultuada influência dos EUA e uma guerra civil violenta, ambos eventos tendo incenivado a produção de ópio, o Talibã toma o governo afegão em 1996. Três anos depois, relatórios da ONU estimariam que cerca de 75% da produção de ópio do mundo, que vinha sendo promovida pelo Talibã como recurso financeiro, provinha do Afeganistão. Em uma tentativa de aproximação com o mundo, o Talibã baniria a produção de drogas em 2000, facilitando sua própria derrocada pelos estadunidenses após os ataques terroristas de 11 de setembro. No entanto, os Estados Unidos, novamente durante o conflito dariam o poder nas mãos erradas.

Em 2001, a CIA enviou 70 milhões de dólares ao país para mobilizar antigas coalizões de *warlords* para a luta contra o Talibã [...] a CIA colocou dinheiro por trás de líderes da Aliança do Norte, que o Talibã nunca havia derrotado. Eles, no entanto, há tempo dominavam o tráfico de drogas no nordeste do Afeganistão que controlavam nos anos do Talibã (MCCOY, 2017, tradução nossa)

Como resultado, os “narcodólares” voltariam a fortalecer grupos insurgentes e impedir que os Estados Unidos pudessem retirar suas tropas do território afegão. De certa forma, as operações sigilosas forneceram o poder necessário para que agentes não estatais pudessem desafiar seus próprios regimes. O que não se esperava é que estes mesmos grupos, aparelhados pelos Estados Unidos e outras potências ocidentais, pudessem eventualmente sair de seu controle e iniciar um conflito ainda maior e não estatal, lançando os Estados a uma “nova guerra” complexa e de combate impossível por meios militares.

Tanto a Guerra Fria como as operações de agências secretas demonstram que os Estados Unidos não restringiam seus métodos para alcançar seus objetivos e realizar a

manutenção de sua hegemonia. A Guerra às Drogas neste contexto, parece contraditória. Enquanto as operações secretas financiam o tráfico de drogas psicoativas ilícitas pelo mundo, os Estados Unidos incentivam o uso da violência no México para restringir o tráfico. Neste novo contexto das “novas guerras” que surgiam após um longo período de violência promovida pelo centro global, os Estados Unidos teriam que defender sua hegemonia desta vez contra atores difusos em um novo mundo que “empregava 3.3 milhões de membros no tráfico de armas, drogas, humanos, espécies em perigo de extinção e bens licenciados, dando a estes atores não-estatais grande pessoal para operações políticas e paramilitares” (MCCOY, 2017, tradução nossa). Este embate também seria travado em um contexto de desgaste do consenso estadunidense, que já não mais contava com uma sociedade homogênea e patriota e nem com o auxílio da retórica anticomunista. A violência contra os carteis teria, portanto, que ser embasada em outros pilares que serão explorados no capítulo seguinte.

3 A GUERRA ÀS DROGAS NO MÉXICO

A Guerra às Drogas é um fenômeno complexo e que completa no ano desta pesquisa 50 anos de extensão. Em 1969 Nixon declararia publicamente guerra às drogas, fechando o punho não somente contra o tráfico, mas também contra os seus usuários. Como detentor de uma grande influência sobre o mundo e sobre as instituições internacionais, a declaração dos Estados Unidos repercutiu pelo mundo, que teve que responder às demandas dos estadunidenses muitas vezes sem compreender as consequências da adoção de uma política proibicionista. A lógica que basearia a declaração de guerra às drogas, no entanto, é antiga e foi construída tanto nos Estados Unidos como também no México. Aos poucos, substâncias específicas foram adquirindo associações racistas, xenofóbicas, além de serem responsabilizadas pela loucura, violência e pela degeneração da sociedade.

Conforme o uso de substâncias que alteram a consciência começava a ser moralizado e regulamentado, a linguagem também passaria a ser um artifício importante em prol da lógica proibicionista. Por este motivo, ressaltaremos neste capítulo que o termo “drogas” engloba diversas substâncias que não são alvo das políticas proibicionista e que colocá-las em uma mesma classificação facilita com que o coletivo seja estigmatizado. O pesquisador Thiago Rodrigues problematiza os termos utilizados habitualmente para tratar sobre o assunto, tais como “narcóticos”, simplesmente “drogas” ou “entorpecentes”. Adotaremos a terminologia do autor ao fazer referência as substâncias que nos interessam nesta pesquisa. O autor acredita que:

Estas mal aplicações, que reúnem as drogas ilícitas sob nomenclaturas imprecisas, devem parte de sua existência a práticas e hábitos classificatórios que se reproduzem, mas que também, da perspectiva política, acabam cumprindo uma função importante, que consiste em condensar em um único bloco substâncias que são alvo de perseguição legal. Assim, o inimigo fica agrupado, fato que torna mais simples a declaração de guerra às drogas. (RODRIGUES, 2003, p.17)

“Drogas” é um termo abrangente, mas no imaginário não engloba tantas outras substâncias, como o café, a aspirina e o álcool, por exemplo, que são utilizadas cotidianamente por ampla parte da população. A palavra “drogas” é associada a substâncias específicas e a uma conotação automaticamente negativa e dissociada de outras que também provocam danos à saúde humana. Portanto, este capítulo adotará o termo “drogas psicoativas ilícitas” para fazer referência às substâncias específicas que são criminalizadas e cujo o tráfico é combatido. O uso do termo “psicoativas” refere-se a “drogas que agem sobre o organismo, causando sensações e mudando a percepção da realidade” (RODRIGUES, 2003, p.18). O ópio e seus derivados, assim como a maconha seriam as substâncias no alvo do proibicionismo e da moralização que levariam ao combate violento ao seu tráfico.

Este capítulo, se limitará a debater a construção histórica de uma lógica proibicionista, explorando como aconteceu o processo de criminalização das drogas psicoativas no México, e a intensificação da militarização do combate durante os mandatos de Felipe Calderón. Este recorte histórico busca compreender se a escalada da violência observada no México está relacionada à manutenção hegemônica dos Estados Unidos. Procura-se compreender se a proibição de certas substâncias psicoativas está relacionada à postura do *hegemón*, e de que forma a relação entre os dois países, que destrinchamos anteriormente, afetou a proibição e as políticas públicas do México em relação ao tráfico. Por fim, a análise da Guerra às Drogas que ocorre no México tem o objetivo de servir como um estudo de caso para compreendermos como os Estados Unidos defende sua posição hegemônica no século XXI e se a escalada da violência indica que a hegemonia não passa, na verdade, de uma dominação.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA LÓGICA PROIBICIONISTA

A moralização do uso de algumas drogas psicoativas e a narração do perigo relacionado a elas, antecedeu a proibição e regulamentação do cultivo, comércio e uso recreativo destas no México. Até a primeira metade do século XIX, haviam poucos documentos que fizessem referência ao uso de maconha ou ópio. Segundo o autor Axayácatl Gutiérrez Ramos (2003), até este período somente existiam poucos relatos médicos sobre o ópio e comentários sobre a embriaguez, vícios e costumes indígenas relacionados ao consumo de pulque. Há pouco indício também que neste período histórico havia grande consumo de maconha ou ópio pelos mexicanos. Apesar de se imaginar que o uso de maconha poderia ter advindo de costumes indígenas, a falta de referências literárias ou mesmo de exploradores europeus sobre a utilização da maconha como hábito costumeiro dos mexicanos, indica que tal costume foi adquirido mais tardiamente. A própria planta da maconha, segundo Isaac Campos Costero (2003), não é nativa do México. Tudo indica que a planta foi trazida ao país pelos espanhóis, no século XVIII, que a cultivavam para o uso de sua fibra.

No decorrer do século XIX, o uso do ópio e posteriormente da maconha eram relacionados à práticas medicinais. Segundo o autor Benjamin Smith, um estudo da década de 1850 de um médico chamado Cresencio García recomendava a cannabis “em casos de epilepsia, tétano, convulsões e contrações uterinas” (SMITH, 2018, p. 35). Segundo Smith, até mesmo a Sociedade Farmacêutica do México, 30 anos mais tarde, considerava importantes as funções medicinais que a cocaína, folha de coca, codeína e morfina tinham para oferecer. A maconha, nesta mesma época, também era adicionada ao álcool para aliviar dores musculares, e à cigarros para tratar doenças respiratórias. Segundo Ramos, com o aproximar

do final do século, os boticários e drogarias estavam em pleno crescimento no México, assim como os laboratórios europeus e estadunidenses. O crescente consumo de substâncias psicoativas alertou o governo para uma possibilidade de lucrar com a arrecadação de impostos ou através do monopólio de venda. A presença de “herbeiros”, curandeiros e charlatões que comercializavam certas drogas psicoativas, teria sido também um dos fatores que pressionou o governo em direção à regulamentação deste comércio. Mais do que o simples controle das substâncias, os curandeiros e outros profissionais informais incomodavam as elites, que viam como incivilizado os costumes e superstições deste grupo. A venda de drogas psicoativas, parecia oferecer um perigo menor do que o modo de vida, tão discrepante do padrão promovido pela sociedade moderna “civilizada”, que exibiam aqueles que as vendiam.

Já na segunda metade deste mesmo século, os documentos sobre a utilização de substâncias que hoje são ilícitas são mais volumosos. Nesta época, os relatos que surgiam eram moralizantes e colocavam algumas substâncias, em especial a maconha, como elementos que “degeneravam a raça”. Esta terminologia seria utilizada repetidamente como justificativa para futuras regulamentações e proibições. A teoria sobre a “degeneração da raça” conectava o álcool e “drogas” à sérias consequências, não somente para o indivíduo, mas para a sociedade como um todo. Os usuários de “drogas”, portanto seriam os responsáveis por prejudicar a busca do país por independência e desenvolvimento. Os relatos oficiais que surgiam eram ditos científicos e apontavam o consumo de morfina, maconha e heroína como uma “doença que prejudicava a saúde física e mental do indivíduo, assim como uma fonte de dissolução familiar e social” (RAMOS, 2003, p. 47, tradução nossa). Segundo Ramos, a construção da associação das drogas à degeneração da raça teve início durante o governo de Porfirio Díaz e sobreviveu a Revolução Mexicana. Benjamin Smith aponta que, entre 1854 e 1920 de 424 artigos que mencionavam a maconha, 200 a ligavam à violência e outros 140 à loucura (SMITH, 2018, p. 35). Além disso, a maconha no decorrer do século adquiriu uma associação com a prisão e os quartéis, onde o uso da substância era mais volumoso. A construção da conexão entre algumas substâncias psicoativas e questões morais, locais repugnantes e a loucura facilitariam com que a proibição se concretizasse legalmente e que conquistasse o apoio de uma parcela da população mexicana.

Com o tempo, além da noção de que o consumo de algumas drogas psicoativas poderiam levar a uma degeneração da sociedade, distinguiu-se o usuário das classes mais trabalhadoras do usuário da elite intelectual no México. Estudos até mesmo apontavam que o desenvolvimento intelectual influenciava o uso das substâncias psicoativas. Psicoativos sutis como a morfina só poderiam ser apreciados por inteligências elevadas (RAMOS, 2003). Ou

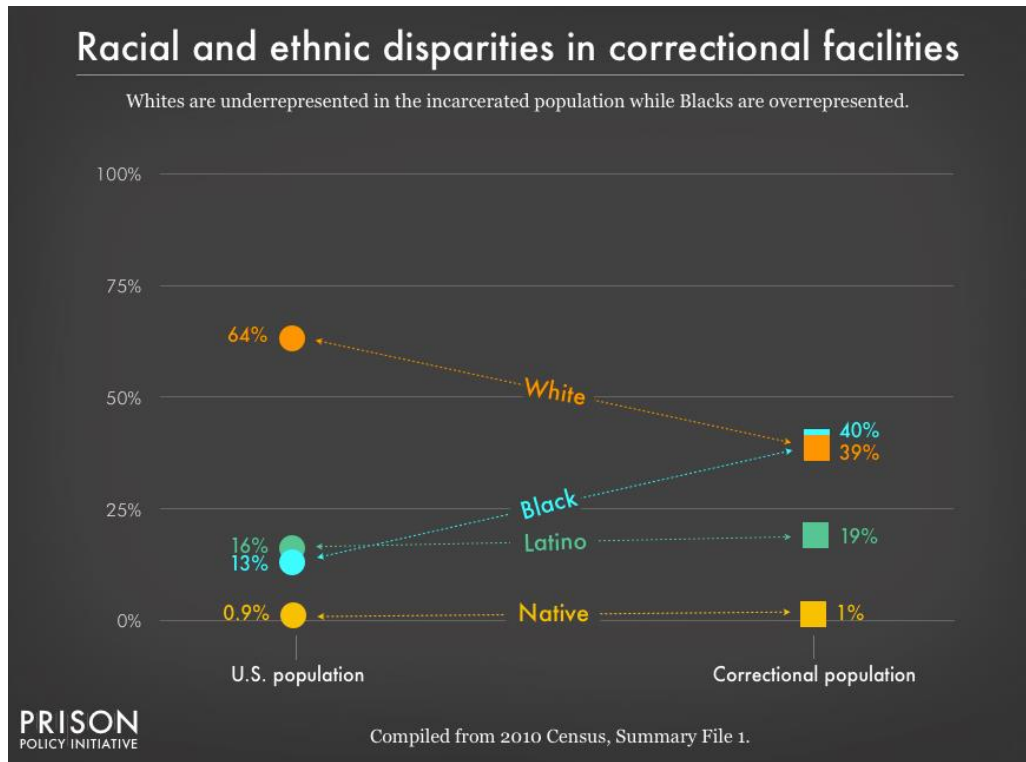
seja, além de ser uma genuína preocupação com o desenvolvimento da sociedade mexicana, a moralização das drogas também servia como elemento de segregação entre as classes. Ramos argumenta que no uso de drogas psicoativas, em especial a maconha, as elites enxergaram uma oportunidade de estabelecer uma justificativa moral para deterem o poder:

A teoria da degeneração da raça, mesmo com sua grande riqueza de hipóteses e dados "científicos" e até com a sabedoria de identificar muitas anomalias sociais em relação ao meio ambiente, e de promover saúde pública e higiene como um meio de "fortificar a raça", foi finalmente um instrumento para socialmente (e politicamente) desqualificar grandes setores sociais. Em nome do bem comum, do país e da racionalidade, não foi possível conceder igualdade de condições para aqueles que poderiam arrastar em seus genes a degeneração física e mental. Seria a ruína da nação. [...] O álcool dos "de baixo" não tinha nada a ver com a recreação dos "de cima", porque mesmo na embriaguez existem níveis. (RAMOS, 2003, p. 48, tradução nossa)

Além da distinção entre a utilização de substâncias psicoativas por diferentes classes e a possibilidade de justificar moralmente o poder exercido pelas elites, assim como a exclusão da classe dos “de baixo”, a política “antidrogas” também serve como um instrumento para controlar corpos e forçar uma coesão entre a sociedade.

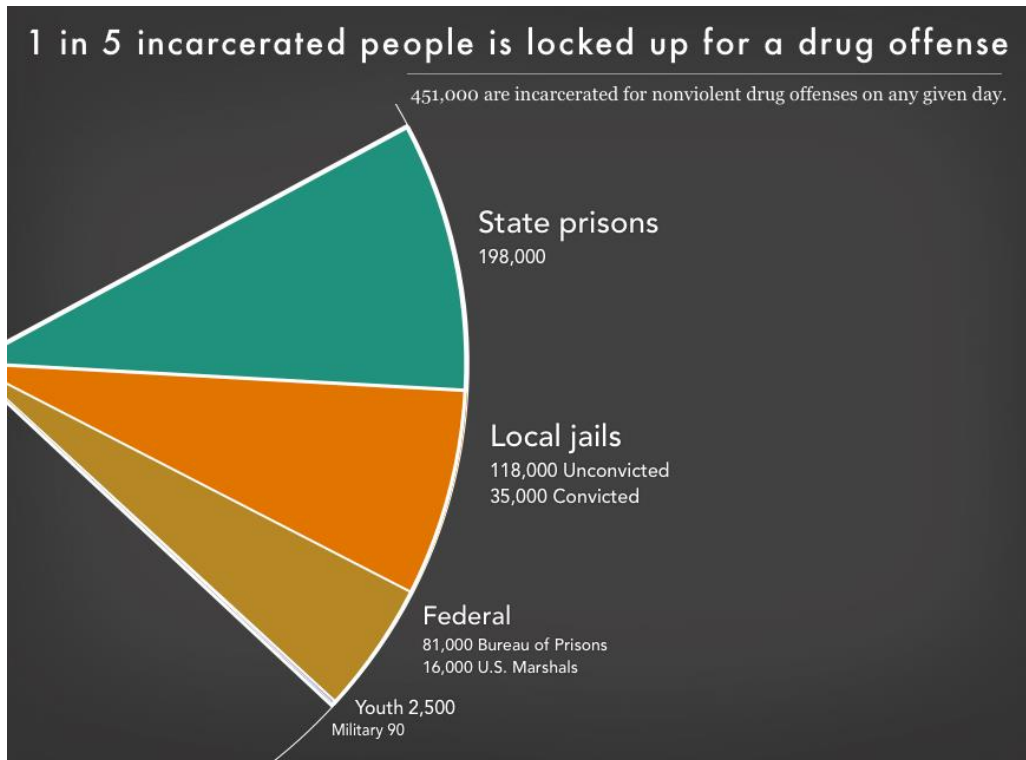
Autores também apontam um paralelo entre a proibição e regulamentação de algumas substâncias psicoativas e o racismo e xenofobia observados tanto no México como nos Estados Unidos. Como a utilização de algumas drogas psicoativas estavam mais ligadas a determinados grupos sociais, o racismo e a xenofobia também motivaram e justificaram a moralização e regulamentação destas substâncias específicas. No México, este paralelo é mais visível no caso do ópio, que era diretamente ligado aos imigrantes chineses que eram mal vistos pela população e “nos EUA, esse vínculo, de corte xenófobo e racista, aconteceu com a maconha, identificada com hispânicos, o ópio com chineses, a cocaína com negros, o álcool com irlandeses e italianos [...]” (RODRIGUES, 2012, p.10). Na década de 30 no México, segundo Smith, a regulamentação do ópio e seus derivados seria motivo para o encarceramento e deportação de grupos de imigrantes chineses. Enquanto nos Estados Unidos, os dados carcerários do país (gráfico 4) indicam que a proibição colocou em frente ao alvo a população negra do país. O número de presos nos Estados Unidos por ofensa relacionada às drogas ilícitas, em sua vasta maioria não violentas, é equivalente a cerca de 20% do total (gráfico 5).

Gráfico 4 - Representação Étnica e Racial nas Prisões nos Estados Unidos



Fonte: Prison Policy Initiative

Gráfico 5 - Número de presos por delito relacionado à drogas proibidas



Fonte: Prison Policy Initiative

Outro fator social que pesou na escolha pela política proibicionista no México, foi a noção de que o “[...] uso de morfina, cocaína e láudano era decadente, feminino, um conforto suave que ameaçava a masculinidade mexicana” (SMITH, 2018, p. 37, tradução nossa). Desta maneira, as históricas construções sociais segregadoras encontraram no uso de substâncias psicoativas refúgio para se justificarem. Além disso, a pauta dos psicoativos propiciaria a marginalização dos que não se encaixavam no modelo de sociedade da época.

Por fim, a proibição e regulamentação de algumas drogas psicoativas passou pelo aval e reforço no México de um novo governo paternalista. Com o fim do Porfiriato e com a tomada de poder pelo PRI, ao contrário do que se poderia imaginar, o autoritarismo do Estado se manteria. Com ele, e dada a conjuntura de início de regulamentação de drogas psicoativas, o governo ganharia com a regulamentação mais uma maneira de controlar os indivíduos e suas escolhas. Gustavo Restrepo, relaciona a lógica proibicionista, promovida mundialmente a partir do século XX, com uma intenção paternalista e, portanto, despótica:

[...] mas essa posição proibicionista também assume que o Estado tem como um de seus propósitos promover a virtude dos associados, quando na realidade seu propósito é a organização e o funcionamento da vida em sociedade para que ocorra a menor interferência possível no exercício da liberdade de seus membros. Somente os totalitários podem pensar que o Estado pode impor uma certa concepção de virtude e, portanto, de vida (RESTREPO, 2003, p.10, tradução nossa).

Além do caráter paternalista do governo mexicano no século XX e do mesmo movimento que acontecia nos Estados Unidos, Restrepo aponta que dois dos maiores promotores do proibicionismo referiam à falta de produtividade como uma das mazelas da utilização de algumas drogas psicoativas. William Bennet e James Q. Wilson utilizariam o argumento da produtividade contra algumas drogas psicoativas para reacender o combate violento contra a sua oferta. O medo de que a produtividade dos usuários poderia ser afetada pelo consumo destas substâncias parece, no entanto, ser mais antigo e ter afetado a posição do México ao postular que o desenvolvimento do país poderia ser prejudicado pelo uso individual de algumas drogas. Thiago Rodrigues, que discute as origens do proibicionismo conclui que “a somatória entre medos sociais, moralismo, xenofobia e racismo – fortalecida pelas alegações no campo da saúde pública – catalisou clamores pela criminalização da produção e consumo de drogas” (2012, p. 11). Estas crenças, medos e estratégias se tornariam legislações nacionais e convenções internacionais que embasariam e ajudariam a pressionar o combate violento do tráfico de drogas psicoativas ilícitas.

3.2 A LEGALIZAÇÃO DA PROIBIÇÃO

O processo legal que levou a proibição de algumas drogas psicoativas começa já no início do século XX. Os Estados Unidos antecederam o México em alguns anos neste processo e foi o primeiro país a tomar a liderança no cenário internacional e começar a construção de um regime anti-drogas de escala global. Em 1906 os Estados Unidos dariam um primeiro passo no processo de regulamentação das drogas psicoativas, com o *Food and Drug Act* todo alimento e droga deveriam ser aprovados antes de entrarem no mercado assim como deveriam apresentar descrição verídica de seu conteúdo. Três anos mais tarde, os Estados Unidos, interessados em reatar as relações com a China, convocaram e lideraram uma conferência internacional para discutir problemas relacionados ao ópio em Xangai. A conferência contou com a presença de outros 13 países e, segundo Jonatas Carvalho (2014), estabeleceu a liderança dos Estados Unidos no assunto, concluiu que o uso legal do ópio estava condicionado às autoridades médicas e, por fim, fixou o alvo da regulamentação do uso não medicinal da substância na oferta do produto. A conferência também levou a uma nova reunião, desta vez realizada em Haia, em 1912, nesta reunião a Primeira Convenção Internacional do Ópio foi assinada. O México estava presente, nesta ocasião, e o presidente Francisco I. Madero afirmou seu compromisso em regulamentar a produção e comércio de ópio. Segundo Rodrigues: a Conferência de Haia “ainda não proibia a produção, venda e consumo de qualquer substância – tampouco obrigava seus signatários a fazê-lo –, mas estabelecia uma inaugural intervenção sobre questões, até então, desregulamentadas” (RODRIGUES, 2012, p. 10). A conclusão que foi alcançada nesta ocasião seria a de que o ópio e seus derivados deveriam ser utilizados apenas com a finalidade médica. A Conferência de Haia de 1912 foi um ponta pé inicial em uma série de medidas proibicionista nos EUA. No caso do México, apesar do compromisso verbal assumido por Madero, regulações domésticas apareceriam apenas a partir de 1920. Os Estados Unidos utilizaram os resultados da primeira conferência do ópio para passar domesticamente o *Harrison Narcotics Tax Act* que regularia o consumo de ópio, morfina e cocaína, limitando seus consumos apenas para fins médicos, conforme acordado em conferência (CARVALHO, 2014, p. 156). O evento como um todo ainda levantava controvérsias entre os países, o que acarretou com que apenas 11 deles ratificassem a Convenção de Haia. O México não foi um deles, no entanto, estavam em curso uma onda de regulamentações que legitimariam o proibicionismo promovido domesticamente.

Continuando o movimento pela proibição de substâncias psicoativas, os Estados Unidos miraram no álcool como a primeira substância a ser inteiramente proibida. Em 1919

a XVII emenda à constituição estadunidense e o *National Prohibition Act*, também conhecido como *Volstead Act*, foram aprovados pelo congresso e pelo senado nacional. Com as novas regulamentações, em 1920 ficaria proibido a venda, transporte e manufatura de álcool no país¹⁰. Assim como para as demais drogas psicoativas, a xenofobia condicionou estas campanhas. O álcool era associado às populações imigrantes da Itália e da Irlanda e os religiosos temiam que:

Eles trouxessem com eles hábitos exóticos, além de ameaçarem os empregos dos brancos, e estabelecerem guetos onde eles criaram redes de solidariedade que existiam na margem da legalidade e do crime. Quando o elemento das “drogas” foi adicionado à esta combinação de ódio e preconceito, estes grupos também se tornaram ameaçadores. A percepção espalhou que os estrangeiros ou minorias trariam os hábitos ruins, tanto do ponto de vista moral como da saúde física individual e coletiva (RODRIGUES; LABATE, 2016, p. 17, tradução nossa)

A experiência proibicionista com o álcool seria mantida até 1933, quando o comércio de bebidas voltaria a ser permitida. Com a proibição do álcool, surgiriam no mercado bebidas alcóolicas adulteradas, ainda mais perigosas a saúde humana, e o crime organizado prosperou com o tráfico ilícito. A falha da proibição do álcool, no entanto, não impediria que a proibição de outras substâncias psicoativas seguisse em frente.

No México, após um hiato desde o compromisso firmado por Madero, aprovaria-se em 1920 uma legislação chamada *Disposiciones sobre el comercio de productos que pueden ser utilizados para fomentar vicios que degeneren la raza, y sobre el cultivo de plantas que pueden ser empleadas con el mismo fin*. A regulamentação condiciona a importação de ópio, morfina, cocaína e heroína à permissão do *Departamento de Salubridad*. Estas substâncias só poderiam ser fornecidas a médicos e farmácias devidamente autorizadas e o cultivo da papoula deveria ser regulamentado também pelo *Departamento de Salubridad*. No entanto, o que mais surpreende nesta regulamentação é a proibição total do cultivo e comércio de maconha. A regulamentação ainda não previa nenhuma punição severa pela sua violação, apenas uma multa seria aplicada ao comércio irregular das substâncias citadas. Nos anos seguintes, o corpo legal do México seguiu aprovando regulamentações mais restritivas. Em 1923 um decreto autorizou que denúncias de tráfico ou comércio ilegal de drogas psicoativas fossem compensadas monetariamente pelo governo, a fim de incentivá-las. Neste mesmo ano, a importação de ópio, morfina e heroína seria limitada ao Estado. Três anos mais tarde, o

¹⁰ O *Volstead Act* teria sido promovido por diversos grupos, entre eles a *Ku Klux Klan*, a *Woman's Christian Temperance Union* e a *Anti-Saloon League*. Estes grupos ligados a causas religiosas, segundo Rodrigues, atuavam nos Estados Unidos desde 1869 promovendo campanhas contra o comércio de álcool.

México consolidaria as novas regras a respeito de algumas drogas psicoativas em um novo Código de Saúde.

1931 seria o ano em que as regulamentações sobre as drogas se tornariam mais severas. Em janeiro, no México, o novo código penal incluiria uma seção destinada aos “*delitos contra la salud*”. O texto prevê prisão e multa caso se “[...] cultive, comercialize, possua, compre, venda ou doe, ministre gratuitamente e, em geral, verifique qualquer ato de aquisição, fornecimento ou tráfico de sementes ou plantas que tenham caráter de drogas enervantes” (SECRETARIA DE GOBERNACIÓN, 1931). Ao mesmo tempo que o México estabelecia punições mais severas para ilegalidades relacionadas à algumas drogas psicoativas, em âmbito internacional a *Convenção para a Limitar a Produção e Regular a Distribuição de Droga Narcóticas* buscava estabelecer uma base estatística sobre o consumo de drogas psicoativas e limitar o comércio à quantidade medicamente necessária. Segundo Carvalho, a convenção de 1931 também definiria parâmetros restritos para a importação e exportação de algumas substâncias psicoativas. Em consonância com a regulação passada no México, o tratado internacional incentivava “(...) os países signatários a criar no plano doméstico, estruturas de controle e fiscalização do uso e o comércio de drogas consideradas legais, assim como de repressão às ilegalidades segundo as últimas convenções” (CARVALHO, 2014, p. 162). A Convenção de 1931 impulsionou, desta forma, a supressão legal mais agressiva ao tráfico mundialmente, no entanto o México antecedeu a decisão internacional, estabelecendo penalizações mais severas ao tráfico meses antes da conferência. Contudo, veremos que apesar do México liderar na teoria a repressão do tráfico, na prática tardaria em aplicar políticas significativas com esta finalidade. Alguns anos mais tarde, em 1936, a Convenção para Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas Nocivas em seu segundo artigo diria que “cada uma das altas partes contratantes se compromete a baixar as disposições legislativas necessárias para punir severamente, e sobretudo com pena de prisão ou outras penas privativas de liberdade” (LIGA DAS NAÇÕES). Tais medidas deveriam ser aplicadas aqueles que se envolvessem com qualquer etapa entre a fabricação e a oferta ao consumidor de drogas ilícitas, seja ela recompensada ou não.

Após um grande passo em direção à punição, em 1940 o México passaria por uma experiência no extremo oposto. Em março, o presidente Lázaro Cárdenas promulgou o *Reglamento Federal de Toxicomanías*, inspirada nos estudos progressistas do médico Leopoldo Salazar Viniegra, que:

(...) eliminou os velhos editais punitivos sobre os delitos de drogas, autorizou os médicos a receitarem narcóticos aos viciados, estabeleceu clínicas ambulatorias para

ajudá-los e formulou petições mais amplas para tratá-los como doentes e não como criminosos” (SMITH, 2018, tradução nossa).

A nova regra pretendia aproximar o usuário do sistema de saúde onde ele poderia ter acesso à auxílio médico. As clínicas passaram a registrar e administrar com acompanhamento médico pequenas doses de maconha, cocaína e heroína a preços inferiores ao oferecido pelas organizações criminosas. Segundo Smith, os traficantes da Cidade do México perdiam, nesta época 8.000 pesos por dia (2018). Apesar do sucesso em sufocar o tráfico ilegal e em construir pontes entre os dependentes de substâncias psicoativas e o governo, a decisão teve vida curta. Os Estados Unidos, já cientes das visões anti-proibicionistas de Salazar, foram rápidos em pressionar o México a reverter a decisão de Cárdenas. Harry Anslinger articulou um embargo do comércio de drogas psicoativas medicinais, argumentando que o México violava, com a nova decisão, a convenção de 1931. Com a pressão dos Estados Unidos, além da pressão de diversos setores domésticos, em setembro de 1940 o México encerraria a experiência de legalização, colocando em vigor novamente o código penal de 1931. Talvez este episódio, nos primórdios do proibicionismo, seja o que exemplifique mais evidentemente que os Estados Unidos mantinham grande influência sobre as políticas públicas do México. O país foi capaz de impedir, em alguns meses, uma tentativa legítima de explorar opções que contrariavam a pauta promovida pelos estadunidenses.

Após a Convenção de 1936, outros tratados foram concluídos agora no âmbito da ONU. Cabe ressaltar aqui a Convenção Única de 1961, emendada em 1970, que consolidou os demais acordos a respeito da regulamentação de drogas psicoativas e tornou universal a proibição certas drogas psicoativas. Outras decisões buscariam tratar sobre a escalada no número de usuários e o aumento da violência relacionada ao tráfico de drogas psicoativas. O apêndice I exibe uma linha do tempo composta pelas legislações passadas pelo México e pelos Estados Unidos no processo de proibição e o anexo I exibe uma linha do tempo, elaborada pela ONU, composta pelas convenções que tratam sobre as drogas.

3.3 A POLÍTICA PROIBICIONISTA ANTES DA DECLARAÇÃO DE GUERRA ÀS DROGAS: ZONAS CINZENTAS E O ESTADO MEXICANO FRACO

Após consolidada, a partir de 1936, a noção de que certas drogas psicoativas deveriam permanecer ilícitas, e após as diversas legislações domésticas que impediam o uso, cultivo e comércio para fins recreativos das mesmas, esperava-se que o México agisse em direção deste fim. Após o código penal de 1931, o número de prisões relacionadas às drogas aumentou, a repressão servindo, no entanto, para marginalizar e deportar os imigrantes chineses do país. A

década de 1940 e a década de 1950, contudo, demonstraram que o país teria tanto pouco interesse em reprimir ferozmente o mercado das drogas psicoativas então ilícitas, como também pouca capacidade de executar a repressão quando esta era interessante. O autor Benjamin Smith, fala sobre dois tipos políticas para as drogas executadas paralelamente no México desde 1920: a política pública sobre às drogas e o que o autor chamou de *grey zone*. A primeira estratégia consiste nos acordos formais, leis nacionais e é a esfera em que, segundo o autor, os Estados Unidos conseguiam exercer maior influência. Já as zonas cinza seriam, para Smith, um conjunto de políticas clandestinas. A zona cinza cobre os acordos entre instituições, interesses privados, agentes do governo e as organizações criminosas. Smith considera as zonas cinza como política para as drogas, pois as vê como articulações que são mais do que corruptas, são articulações que mantêm a estabilidade no país. As zonas cinzas se espelharam pelo Estado mexicano e se manifestavam de diversas maneiras. Em termos gerais, as atividades ilícitas relacionadas às drogas psicoativas alvo do proibicionismo, eram permitidas pelos governantes mexicanos desde que estes atuassem sem perturbar a paz. Com a fragilidade e descentralização do poder:

[...] a capacidade do estado de promulgar políticas federais era extremamente baixa. Leis públicas sobre drogas, assim como leis que governavam a extração de madeira, bebidas alcólicas e a prostituição eram frequentemente ignoradas. Porém, tal incapacidade também ofereceu ao estado os meios para pagar certos grupos, oferecendo a eles permissão clandestina para realizar atividades ilegais. Grupos concordaram em manter um perfil discreto, permanecer leais e manter a paz. Se eles renegassem esse acordo, o Estado não só poderia usar a política pública oficial para reprimir esses grupos, eles também poderiam usar desculpas de incapacidade e autonomia local para escapar de acusações de cumplicidade. (SMITH, 2016, p. 35, tradução nossa)

Este seria o cenário no México até os anos 1970, quando a pressão externa produziria uma repressão mais significativa por parte do governo.

Nas décadas de 1940 e 1950 a política de drogas ilícitas era baseada em cooperações bilaterais, sensíveis ao relacionamento pessoal entre líderes mexicanos e estadunidenses, acordos da zona cinza e algumas campanhas de erradicação (SMITH, 2006, p. 43). A fraqueza do estado mexicano nesta época é explícita ao olharmos para as operações legais que eram executadas durante este período histórico. As operações da época focaram na destruição de campos de cultivo de papoula, mas contavam com poucos e mal remunerados oficiais que temiam em executar prisões por temor a possíveis represálias. Smith destaca que em 1956 existiam 120 agentes da polícia judicial federal, encarregada de realizar prisões por crimes relacionados às drogas. 20 destes agentes estavam na capital e o restante dos estados contava apenas com 3 agentes deste departamento. Ademais, Smith lembra que o salário da maioria

dos poucos profissionais era de 980 pesos ou o equivalente a um professor rural, desta maneira, a corrupção dos oficiais era eminente (SMITH, 2016, p. 44).

As ações bilaterais partiriam, nas duas décadas, de pressões dos Estados Unidos. Com Anslinger chegando ao comando do *Federal Bureau of Narcotics*, e passadas a decisão de 1936 pela punição dos “criminosos” das drogas, o México respondeu a alguns pedidos de seu vizinho. Em 1945, respondendo a pedidos, o país suspenderia os direitos dos traficantes pegos pelas autoridades, os detendo imediatamente nas *Islas Maria*. Além disso, em 1947 o governo mexicano agiria rapidamente a uma provocação de Anslinger na ONU, o qual acusou as autoridades mexicanas de permitir o cultivo do ópio. A resposta do governo foi a chamada *Gran Campaña*, operação para a destruição de campos de papoula que foi moderadamente bem-sucedida em diminuir a quantidade de ópio e derivados temporariamente. Em geral, no entanto:

os esforços anti-drogas durante os anos 1940 e 1950 foram relativamente fracos. Campanhas de erradicação (...) eram curtas, mal financiadas, contavam com poucos oficiais, resultaram em poucas prisões, e frequentemente destruíram campos que já haviam sido colhidos para a gama do ópio (SMITH, 2016, p.43)

As áreas cinza e simples atos de corrupção atingiam já nesta época o sistema judiciário e prisional. O surgimento de grandes cartéis e *chapos* aconteceu na década de 1940 e desafiava a integridade das instituições públicas. Conforme algumas líderes, como “La Nacha” e “Lola la Chata” ganhavam poder, as instituições demonstravam suas fraquezas. Ambas foram presas inúmeras vezes, no entanto, permaneciam detidas por pouco tempo. Além disso, chapos como elas tinham influência para controlar de dentro de suas celas o tráfico de drogas psicoativas ilícitas. Nas próximas duas décadas de proibição o cenário no México começaria a mudar de forma. O movimento de contracultura que nascia nos Estados Unidos e chegaria ao México afetaria o consumo de drogas e o interesse do primeiro em assegurar o cumprimento das diretrizes internacionais para as drogas psicoativas ilícitas.

3.4 A CONTRACULTURA E A PRESSÃO PELA VIOLÊNCIA

Ao olharmos para a atuação dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, vimos que o movimento de contracultura que surgia na década de 1960 abalou o consenso da hegemonia estadunidense construído em torno da classe média suburbana. O movimento foi global e surgiu em resposta a lógica da Guerra Fria, que polarizava o mundo e concentrava esforços e recursos na defesa física do território. O medo da grande bomba nuclear poder destruir o mundo e a rivalidade entre os Estados Unidos e a União da República Socialista Soviética (URSS) limitava o espaço que a individualidade e a criatividade poderiam assumir. Além

disso, a polarização empurrou o materialismo para o centro das vidas do estadunidense, deixando vazio o espaço que deveria ser preenchido pelas necessidades humanas mais profundas. A violência e as ações violentas em solo estrangeiro também desapontavam a juventude que clamou, em resposta, por paz. O pesquisador Jeremi Suri destaca que quem participou do movimento não buscava mais acesso a recursos, eles eram pessoas “empoderadas que questionavam seu próprio poder. A contracultura internacional tinha uma qualidade intensamente autocrítica que seus proponentes definiam como "autenticidade"; seus detratores viam isso como suicídio” (SURI, 2009, p.48, tradução nossa). A contracultura traria o ainda tímido movimento das mulheres, as quais foram duramente afetadas pelas demandas da vida suburbana à luz e reforçaria o movimento pelos direitos civis dos negros.

A contracultura baseava-se em abandonar o materialismo e se reconectar com a natureza e as vontades naturais da humanidade. Com as insatisfações com o padrão de vida ‘americano’ e as manifestações em favor do individualismo e da criatividade, crescia a vontade, principalmente entre os jovens, de experimentar estados alternativos de consciência, “[...] defensores da vida livre, amor livre, e drogas livres argumentavam que eles estavam retornando os homens à busca pelo prazer, em vez da riqueza e do poder manipulados pelo estado” (SURI, 2009, p. 47, tradução nossa). O mercado das drogas psicoativas explodiria para conseguir suprir a nova demanda que surgia. Com a alta demanda dos EUA por drogas, a presença do México neste mercado também se tornaria muito mais importante:

A contracultura mudou o mercado de drogas nos Estados Unidos e no México dramaticamente. Nos EUA, o uso de maconha, alucinógenos, e heroína subiram; durante a década seguinte, o mercado de cocaína e anfetaminas também aumentou. Este crescente mercado transnacional transformou o comércio do México para sempre. De acordo com estimativas da DEA, até 1975, o México proveu até 95% da maconha dos EUA. (SMITH, 2016, p.45, tradução nossa).

Além do aumento da oferta do lado norte da fronteira, o México também observou um considerável aumento no consumo de drogas em seu território. Além do uso pelos próprios mexicanos, que se espalhava entre a população jovem, muitos norte-americanos viajavam até cidades perto da fronteira para usar e compra drogas psicoativas ilícitas.

A contracultura, no entanto, não ficaria sem resposta. Ao passo em que muitos jovens se juntavam ao movimento, muitos outros estadunidenses silenciosamente não aprovavam, ou apenas não conseguiam se encontrar em meio a instabilidade de um período de transição cultural. As incertezas do período e a visão do movimento como uma janela de oportunidade para ampliar direitos, como os direitos civis por exemplo, propiciou um ambiente mais violento. Alguns grupos que lutavam contra o racismo optaram por alternativas mais violentas, assim como outros grupos “guerrilheiros” comunistas, como o *The Weather Underground*,

que militarizou suas comunas e que, segundo Suni, respondiam violentamente a críticas. A violência receberia, claramente, violência maior, e muitas vezes injustificada, como resposta do Estado:

O distúrbio contracultural criou uma "emergência" aparente que justificava reações violentas, muitas vezes antidemocráticas. As forças policiais entraram em campi universitários, escritórios comerciais e residências particulares para procurar evidências de conspiração. Agências de inteligência domésticas - mais notoriamente o FBI nos Estados Unidos - aumentaram a vigilância de indivíduos suspeitos. Washington, D.C., Berlim Ocidental, Paris e Cidade do México quase ficaram sob *martial law* durante os períodos de maior agitação, enquanto soldados regulares do exército caminhavam pelas ruas para garantir a ordem (SURI, 2009, p. 62, tradução nossa).

A escalada na violência tratava-se de uma consequência da transição cultural que negava os elementos do consenso construídos após a Segunda Guerra Mundial. A repressão da contracultura nasceu do Estado, que via que agora precisava também garantir o consenso domesticamente, mas encontrou sintonia nas casas que estavam longe de abraçar o amor livre, a integração racial e muito menos as drogas livres que o movimento defendia.

Seria na base conservadora da sociedade, que parecia estar silenciada em meio a contracultura, que renasceria, desta vez muito mais violento, o discurso proibicionista. O discurso político seguiria a tendência da população às margens do movimento contracultural que se voltavam cada vez mais para às instituições religiosas rígidas em busca dos valores que haviam sido questionados e violados repentinamente pelos seus compatriotas. O discurso de Richard Nixon, que chega à presidência dos Estados Unidos em 1969, é baseado na reconstrução da lei e ordem que haviam sido perdidos naquela década. Segundo Suni, Nixon promete levar o país ao progresso, apaziguar os ânimos domésticos e garantir a segurança. É neste contexto, onde a opinião pública se volta ao conservadorismo e à reafirmação da moral cristã que Nixon declara guerra às drogas. As drogas psicoativas ilícitas haviam sido um dos símbolos do movimento de contracultura que advogava pela livre busca dos prazeres, ou seja, declarar guerra a elas é também determinar que o governo dos Estados Unidos estava empenhado em recuperar os valores que haviam sustentado a sua hegemonia previamente.

Desta vez, o proibicionismo não ficaria mais perto do papel do que da ação, os Estados Unidos seriam muito mais contundentes em pressionar o México a combater violentamente o tráfico de drogas. Em setembro de 1969, ainda no primeiro ano de mandato de Nixon, os Estados Unidos iniciariam uma operação da guerra chamada “Operação *Intercept*”. A ação consistiu na revista de automóveis na fronteira entre o México e os Estados Unidos por um mês, com o objetivo, ao menos em teoria, de apreender drogas psicoativas ilegais, em especial a maconha. Em termos de prisões ou apreensões, a operação pode ser considerada ao menos

pouco efetiva. No entanto, a operação, segundo Smith, serviu para garantir que o México colaborasse com as vontades estadunidenses. A pressão ao México era principalmente econômica, visto que as filas impediam que mercadorias de exportação mexicanas não conseguissem chegar rapidamente ao comprador nos Estados Unidos, seu maior parceiro comercial. Desta forma, os Estados Unidos, com a Operação Intercept conseguiu com que o México concordasse em participar da *Operación Cooperación*, tanto por temer novas buscas extensas nas fronteiras e também pelo histórico temor de uma intervenção militar direto do vizinho em seu território. Além disso, a Operação Intercept foi uma forma de demonstrar serviço aos conservadores que haviam elegido Nixon com base em promessas de restauração da ordem. As consequências econômicas da Operação garantiriam, ao somar-se com a ascensão de líderes conservadores também no México, à militarização do combate ao tráfico.

Em 1970, em mandado do presidente Echevirria, aconteceria a Operação Canador. A operação buscava, segundo Smith, erradicar as plantações de drogas psicoativas. Em 1975 a operação já contava com aviões, custeados pelos Estados Unidos. O próximo presidente, José Portillo, continuaria a política anti-drogas, buscando ainda mais apoio dos Estados Unidos através da Operação Condor. Com mais aviões e mais recursos, Portillo conseguiu a prisão de alguns importantes traficantes e também sucedeu na destruição de campos de maconha e de papoula, diminuindo a oferta de drogas mexicanas nos Estados Unidos. A prática pública do combate às drogas convivía, no entanto, com as zonas cinza que surgiam na primeira metade do século XX. O combate mais violento levou a centralização destas zonas. O México permitiu a formação do cartel Guadalajara que centralizou o mercado de drogas psicoativas ilícitas do país. Smith destaca que:

Do final os anos 1970 para frente, eles trouxeram ordem ao comércio de drogas do México, atingindo gangs rivais, organizando a produção e importação de drogas dividir rotas de transporte ou praças entre traficantes leais e proteger seus contrabandistas da interferência da polícia ou da exposição à imprensa (SMITH, 2016, p. 48, tradução nossa)

Ou seja, ao passo que a militarização do combate surgia nos anos 1970, os acordos clandestinos que envolviam altos oficiais do país não deixaram de existir e pareciam garantir a relativa estabilidade dos anos 1970.

Em suma, a contracultura dos 1960 foi combatida com violência e o retorno das ideias religiosas e conservadoras. A pauta do proibicionismo das drogas, neste contexto, encaixou perfeitamente nos discursos dos candidatos à presidência que vieram representar aqueles que haviam se perdido em meio as transformações culturais. Enquanto os grupos religiosos usavam os meios de comunicação para “defender uma mensagem simples de salvação através de Deus, família e nação”, os políticos conservadores pegavam carona e adaptavam seus

discursos para atrair votos (SURI, 2009, p. 64, tradução nossa). O conservadorismo que também florescia no México e as pressões econômicas dos Estados Unidos, resultaram em políticas anti-drogas que pela primeira vez desde a regulamentação de 1920 seria efetiva em reduzir a oferta. No entanto, como observamos antes, as periferias lutam contra as consequências de uma incorporação tardia e incompleta do sistema capitalista e do modelo liberal, que torna suas instituições fracas. As zonas cinza são uma manifestação desta dificuldade que resultou na manutenção das permissões clandestinas que o governo concedia à carteis em troca de relativa estabilidade. O México conviveria, portanto, com estas duas estratégias que eventualmente se chocariam, perturbando a estabilidade e provocando uma escalada marcante na violência.

3.5 A MILITARIZAÇÃO DO CONFLITO: A SECURITIZAÇÃO DA PAUTA DAS DROGAS

A declaração de Guerra às Drogas de Nixon e as políticas de combate ao tráfico que a seguiram, não tinham apenas intenções eleitoreiras ou populistas. Nixon, segundo Gustavo Feitosa e José Pinheiro (2012), pretendia também ampliar legalmente o poder federal em intervir em assuntos de responsabilidade dos Estados. Apoiado no discurso moral e da ligação entre o consumo de drogas e a violência, o presidente foi bem-sucedido em passar legislações que o permitiriam regular o combate ao comércio de drogas psicoativas ilícitas domesticamente. A retomada por Nixon da pauta das drogas, sua posição firme contra o tráfico e seu papel na reconstrução no imaginário popular dos perigos das “drogas” prepararia o tom dos discursos presidenciais até os dias atuais:

O sucesso eleitoral do discurso da lei e da ordem de Nixon demarcou um novo campo do debate eleitoral para fora do qual os partidos e candidatos não poderiam mais fugir. Sobre as premissas das propostas e das políticas de Nixon nenhum presidente ou candidato conseguiu romper efetivamente com a crença na necessidade de leis mais duras, mais repressão e mais empenho no combate ao crime, especialmente ao tráfico de drogas (FEITOSA; PINHEIRO, 2012, p. 69).

Desta forma, Gerald Ford, que assumiu a presidência após a renúncia de Nixon, decorrente do processo de impeachment aberto contra ele, manteve as diretrizes para as políticas anti-drogas. Jimmy Carter, sucessor de Ford, mesmo fazendo parte do partido democrata, também manteve a linha traçada por Nixon. Veríamos que a política de combate ao tráfico de psicoativos ilícitos realmente independe do partido político no poder com as ações tomadas por Bill Clinton e até mesmo Barak Obama.

Após o governo de Jimmy Carter e com a posse do republicano Ronald Reagan em 1981, o discurso sobre o tráfico começaria a adquirir uma nova característica. A temática que para Nixon parecia uma tentativa de organizar o consenso doméstico e legitimar uma maior centralização do poder federal, para os governos de Reagan e Bush pai seria uma oportunidade de estabelecer uma nova pauta de segurança nacional. Como base dos discursos a questão moral ainda persistiria, adicionando a ela a noção de perigo à segurança nacional. “Desde 1980, o narcotráfico vinha se destacando como uma "ameaça proeminente", ao mesmo tempo em que os EUA identificavam ameaças terroristas em praticamente todos os países latino-americanos” (FEITOSA; PINHEIRO, 2012, p. 69). A retórica sobre o terrorismo era sustentada pela associação, principalmente nos países andinos, do tráfico de psicoativos ilícitos com as guerrilhas dos movimentos revolucionários de esquerda. Esta associação teria sido o principal motivador e justificativa para a securitização da temática dos psicoativos ilícitos. Na realidade, a intensificação do combate apenas aproximaria organizações criminosas e guerrilhas que se uniam em territórios mais protegidos contra os esforços das forças nacionais.

A securitização da pauta do tráfico de drogas, no entanto, não pretendia apenas se atentar aos grupos revolucionários. Com o final da Guerra Fria e um departamento de defesa que não poderia mais agir somente com base na ameaça comunista, novas maneiras de justificar o orçamento de defesa eram necessárias:

Por trás da mudança, esconde-se um esforço para redefinir as prioridades da segurança nacional dos EUA num contexto de fim da Guerra Fria e de crescente crítica aos orçamentos militares. A legitimidade das demandas por manutenção de efetivos e de gastos dependia da capacidade de identificar um novo inimigo que exigisse constante e intensa atenção. (FEITOSA; PINHEIRO, 2012, p. 70).

A América Latina sempre foi um território de interesse dos Estados Unidos por ser a parcela do mundo ocidental onde o subdesenvolvimento e a dependência dos países centrais permitiam maiores interferências. O tráfico de drogas emerge da Guerra Fria, que como vimos também foi utilizada para estabelecer a influência estadunidense na América Latina, como o novo inimigo a ser combatido. Contra inimigos à segurança nacional, é justificado o uso violência e o orçamento inchado do departamento de defesa. Com a securitização em mente, já em 1981 sob o governo de Reagan, o congresso estadunidense permitiu o uso das forças armadas em operações antidrogas domesticamente e para além das fronteiras (FEITOSA; PINHEIRO, 2012, p.70). Esta flexibilização da regulamentação que limitava a atuação das forças armadas, permitiria a atuação conjuntas dos Estados Unidos na América Latina.

George H. W. Bush, em 1989 assume a presidência e seguiria o caminho da securitização da pauta das drogas psicoativas ilícitas. Em seu governo o governo promoveria, como estratégia de política externa, o incentivo a militarização do combate e o apoio econômico aos países produtores de cocaína (FEITOSA; PINHEIRO, 2012, p. 71). Além disso, os Estados Unidos se colocariam à disposição para colaborações militares com os países que estivessem envolvidos com a produção ou transporte de drogas. Durante o governo de Bush a estratégia era a de vigilância das zonas de trânsito de drogas, o que colocou os militares nas operações, iniciando assim a verdadeira militarização da “guerra” e estabelecendo na prática o tráfico de psicoativos ilícitos como rotina de defesa nacional. Em termos econômicos, durante o governo Bush aprovaria a Iniciativa Andina. Ela definiria o auxílio de \$5,5 bilhões de dólares a serem repassado em um período de 5 anos. A Iniciativa era destinada à Bolívia, Colômbia e Peru.

No governo de Bill Clinton, que assume o poder em 1993, a tendência do esforço pela militarização continuaria. Primeiramente o líder alteraria a ênfase do combate em áreas de trânsito, para também as áreas de produção. Ou seja, os Estados Unidos lançariam durante o governo de Clinton sua influência militar para além das zonas imediatas de contato dos psicoativos com o país. A estratégia, dessa forma, permite que os Estados Unidos se coloquem em defesa da segurança internacional mais adentro da América Latina. Um dos programas implementados no governo de Clinton e que demonstraria que os Estados Unidos obtinham com a Guerra às Drogas informação e influência sobre os países latinos foi o *Air Bridge Denial Program*. O programa consistia na permissão do abate de aviões suspeitos de tráfico de psicoativos ilícitos. Os Estados Unidos, além de pressionar pela adesão ao programa, participava ativamente no abate e no monitoramento aéreo do território colombiano e peruano, podendo desta forma coletar inteligência, inclusive sobre as guerrilhas de tais países. Aos militares estadunidenses era garantida a imunidade pelos abates desde que estes fossem baseados em indícios mínimos de envolvimento com o tráfico.

Em suma, durante os anos 1970, 1980 e 1990 nos Estados Unidos, a pauta das drogas deixou de executar um papel mais importante para a construção e manutenção do consenso domesticamente e passou a ser a base que sustenta a ação militar estadunidense na América Latina. Com o desenrolar da política securitária, os Estados Unidos justificavam as suas ações militares cada vez mais distantes da fronteira e contando cada vez mais com o acesso à inteligência.

3.6 O GOVERNO DE FELIPE CALDERÓN E A MILITARIZAÇÃO DO COMBATE

Após a securitização da pauta das drogas psicoativas no plano doméstico dos Estados Unidos, estes buscariam parcerias nos países da América Latina. Um dos primeiros planos de destaque seria o Plano Colômbia, que arrecadou US\$8 bilhões dos Estados Unidos, FMI, Banco Mundial, União Europeia e Japão e que logo foi seguido pelo Plano Patriota, havia sido bem-sucedido em desestruturar as organizações criminosas e aumentar o preço da cocaína na Colômbia. O resultado inesperado, no entanto, é que o combate na Colômbia estimularia os cartéis no México, que se tornaram ainda mais poderosos ao absorver a demanda por psicoativos ilícitos, que não havia diminuído com o aumento dos preços. O auxílio dos Estados Unidos no combate ao tráfico iniciou em 1970 com as campanhas de destruição das plantações de maconha e de papoula. Nas próximas duas décadas, a cooperação com o México foi mais delicada. Como já observamos, o México é resistente à intervenção dos Estados Unidos em pautas domésticas, especialmente aquelas que afetam a soberania e a segurança nacional. Além disso, os acordos clandestinos e as instituições tomadas pela corrupção enfraqueceram as colaborações, isto somado ao assassinato de um agente estadunidense no México em 1985, levaram os Estados Unidos a colaborar primariamente com outros países que concentravam então a maior parte da produção dos psicoativos.

Felipe Calderón assume a presidência do México em dezembro de 2006 e como política pública central de seu governo decide combater o tráfico de drogas e os acordos da zona cinza. Desta forma, a cooperação dos países pelo combate militar do tráfico voltaria a existir. Em um contexto em que os Estados Unidos já haviam determinado que a nova política para a América Latina seria a de incentivo a militarização, Calderón decidiria atacar o tráfico por este meio. Certo de que poderia contar com o financiamento do combate da mesma maneira que Colômbia, Perú e Bolívia tinham no passado, Calderón investiu pesadamente na militarização. Logo após sua posse, o presidente colocou militares em conjunto com a polícia para atuarem no combate às organizações criminosas em 16 estados mexicanos. Calderón pretendia combater o tráfico:

(1) Convocando os militares para restaurar a lei e a ordem, (2) expandindo operações de execução de leis, (3) iniciando uma reforma institucional e iniciativas anticorrupção, (4) Recuperando a coesão social e confiança, e (5) construindo parceria internacionais contra drogas e crime (como a Iniciativa Mérida. O presidente Calderón também usou a extradição como ferramenta de combate aos traficantes de droga, extraditando 95 indivíduos aos Estados Unidos em 2008 e um recorde de 107 indivíduos em 2009 (SEELKE; FINKLEA, 2010, p. 4)

Calderón contaria com o apoio público, contaminado as ideias construídos a respeito do perigo das drogas, e com o apoio dos Estados Unidos, que procurava uma militarização mais intensa do combate há anos.

3.6.1 A Iniciativa Mérida

O plano que impulsionaria a militarização no México leva o nome de Iniciativa Mérida. O plano entrou em vigor em 2008 e seria renovado em 2010 pelo governo Obama. Trata-se de um acordo de cooperação em que “a Iniciativa Mérida foi desenhada para complementar esforços domésticos para combater a demanda por drogas, tráfico de drogas, contrabando de armas e lavagem de dinheiro” (SEELKE; FINKLEA, 2010, p.28). O principal elemento do plano foi o financiamento de equipamentos, como helicópteros, softwares para inteligência e armamentos para o combate ao tráfico. A verba separada para a iniciativa é descrita na tabela abaixo:

Tabela 1 – Financiamento da Iniciativa Mérida por Conta de Assistência (US\$ em milhões)

Account	FY2008 Supp. (P.L. 110- 252)	FY2009 (P.L. 111-8)	FY2009 Supp. (P.L. 111-32)	FY2010 (P.L. 111-117)	FY2010 Supp. (P.L. 111- 212)	Account Totals	FY2011 request
ESF	20.0	15.0	0.0	15.0	0.0	50.0	10.0
INCLE	263.5	246.0	160.0	190.0	175.0	1,034.5	292.0
FMF	116.5	39.0	260.0	5.3	0.0	420.8	8.0
Total	400.0	300.0	420.0	210.3	\$175.0	1,505.3	310.0

Sources: U.S. Department of State, FY2008 Supplemental Appropriations Spending Plan; FY2009 Appropriations Spending Plan, and FY2010 Appropriations Spending Plan.

Notes: ESF=Economic Support Fund; FMF=Foreign Military Financing; INCLE=International Narcotics Control and Law Enforcement.

Fonte: SEELKE; FINKLEA, 2010, p.7

O México, além do auxílio recebido através da iniciativa, também aumentou seu orçamento para segurança pública. Em 2006, refletindo o último ano de orçamento do governo Vicente Fox, o México investiu \$49.461 milhões de Pesos Mexicanos em segurança pública e contava com 12.907 empregados da polícia federal. Em 2010, estes números subiram consideravelmente, 89.020 milhões de Pesos Mexicanos foram gastos em segurança pública e o país já contava com 33.464 empregados pela polícia federal (SOLTERO, 2016). Estes gastos continuariam a crescer após 2011,

A iniciativa Mérida, mais do que fundos, tornou muito mais próxima a comunicação entre Estados Unidos e México. Os países se uniam novamente em operações conjuntas nas

fronteiras e os Estados Unidos passaram a treinar as forças militares e policiais do México. Até 2010, 6.500 policiais já tinham concluído o curso ministrado pelos Estados Unidos. Além do treinamento de forças da segurança os Estados Unidos criaram cursos do departamento de justiça e cursos para o desenvolvimento. O relatório de Clare Seelke e Kristin Finklea (2010) para o congresso estadunidense, demonstra que a nova aproximação entre os dois países visando o combate ao tráfico desperta reações diferentes pelos analistas mexicanos. Segundo as autoras do relatório, alguns concordam que a aproximação propiciou a divisão da responsabilidade entre os países sobre o tráfico de psicoativos, enquanto outros argumentam que os Estados Unidos dita, unilateralmente, qual será a agenda para o combate ao tráfico (SEELKE; FINKLEA, 2010, p.8). O receio dos analistas enquanto a agência do México na agenda da cooperação também se repete na possibilidade de cooperação direta com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Portanto, ao menos no discurso, a Iniciativa não conta com a presença dos militares em solo mexicano para operações.

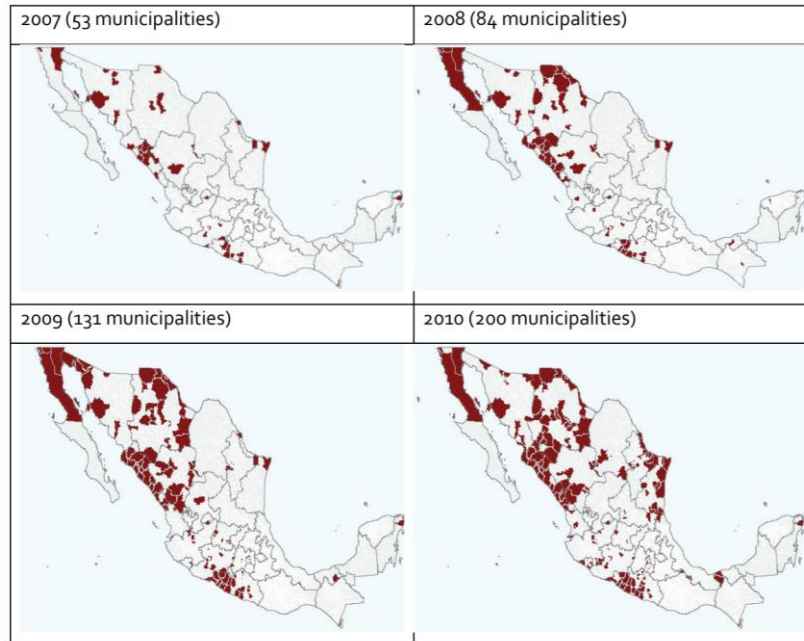
O aumento da violência e a denúncia por parte organizações internacionais das violações de direitos humanos pelas forças de segurança do México, incentivaram o governo Obama a repensar a Iniciativa Mérida. Entre as denúncias de abuso das forças de segurança estão sequestros, torturas e assassinatos por oficiais mexicanos. A nova iniciativa, que entraria em vigor após a nosso recorte temporal, deveria destinar mais fundos ao fortalecimento institucional do México.

3.6.2 A Escalada da Violência

A escolha pela militarização do conflito teria suas consequências. A Iniciativa Mérida e o governo de Calderón não previram que a violência relacionada às organizações criminosas aumentaria a níveis alarmantes com o combate com por meio da força. Um dos principais objetivos da Guerra às Drogas era a destruição dos poderosos cartéis que operavam no México. Para isso, as forças de segurança não pouparam esforços para prender e matar traficantes destas organizações. Se o objetivo era desestabilizar as organizações, ele foi alcançado. Segundo Eduardo Gutiérrez, de 2007 a 2011, os seis grandes cartéis que controlavam o mercado de psicoativos ilícitos se separariam para formarem 12 organizações, agora menos poderosas, mas que ainda detinham dinheiro, armas e vontade de estabelecer seu domínio novamente. Como consequência da desestabilização e fragmentação dos cartéis, o número de município mexicanos que registram mais de 12 mortes relacionadas às organizações criminosas subiu de 53 em 2017 para 200 em 2010. Conforme ilustrado no mapa

abaixo (Mapa 1), a fragmentação dos cartéis também significou a dispersão das organizações criminosas pelo país.

Mapa 1 - Municípios mexicanos que registraram mais de 12 assassinatos relacionados ao crime organizado



Fonte: GUTIÉRREZ, EDUARDO, 2012, p. 35

Ao analisar a dispersão observada e a violência decorrente dela, Gutiérrez descobriria que há uma conexão entre os crimes de cada área afetada pela violência e a atividade exercida pela organização criminosa. Segundo Héctor Camín, “a consequência da bem-sucedida estratégia é que os cartéis foram fragmentados e decapitados – eles são mais fracos agora – mas eles se estenderam a novos territórios e se tornaram mais violentos nos negócios diferentes do tráfico de drogas” (CAMÍN, 2012, p.50, tradução nossa). O autor, verificando quais eram as mensagens que eram deixadas junto às vítimas de violência, conseguiu mapear quais organizações executavam o tráfico de drogas e quais haviam se tornado máfias. O número de máfias, que cobravam pela proteção dos cidadãos de certa região que dominavam, cresceram em número com o combate ao tráfico. Os traficantes que eram afastados das fronteiras ainda possuíam os meios para aterrorizar e, impossibilitados de atuar no mercado dos psicoativos ilegais, viam no cidadão comum sua oportunidade de prosperar. Estas organizações atuavam, portanto, como milícias. Extorquindo dinheiro dos cidadãos, praticando crimes como sequestros e assassinatos e aplicando sua própria noção de justiça. Como os corpos vítimas da violência da máfia eram dispostos junto à alertas específicos, Gutiérrez conseguiu mapear sua

localização (Mapa 2). Analisando os demais homicídios e mensagens o autor também determinou a localização dos cartéis.

Mapa 2 - Municípios que registraram violência das máfias



Fonte: GUTIÉRREZ, EDUARDO, 2012, p. 42

Mapa 3 – Municípios que registraram Violência dos cartéis



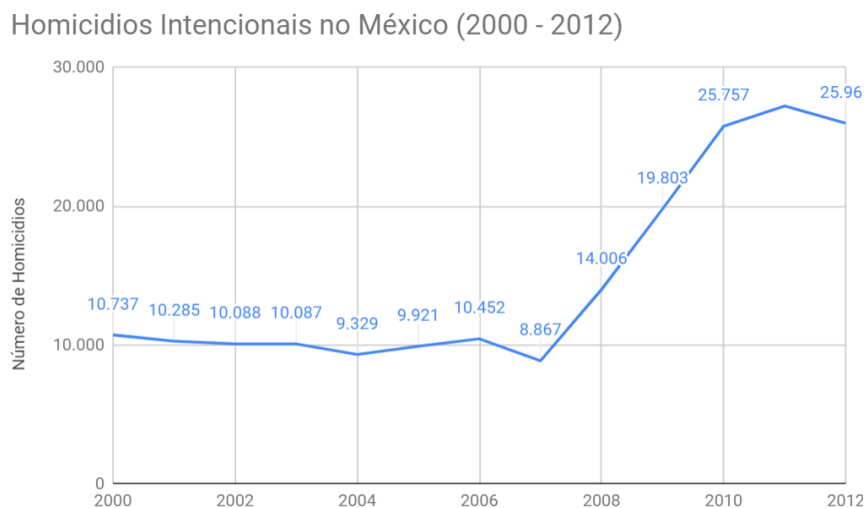
Fonte: GUTIÉRREZ, EDUARDO, 2012, p. 42

A localização dos municípios onde há violência relacionada ao tráfico de drogas coincide, naturalmente, com rotas de comercialização de drogas, enquanto as máfias chegaram a áreas mais remotas do país, que antes não sofriam com a violência. O autor ainda salienta que a violência das máfias pode ser mais severa aos membros comuns da sociedade do que a do tráfico de drogas, visto que para se estabelecer em um território, ela deve coagir a população a pagar pela sua proteção. O comércio de drogas, por sua vez, tende a concentrar a violência entre membros de cartéis rivais caso exista um confronto por poder ou território. Desta maneira, um dos fatores que podem explicar escalada da violência conforme a

militarização aumentou é a própria fragmentação intencida das organizações criminosas, que por sua vez promoveram a dispersão da violência e a diversificação das práticas ilegais. As atividades ilegais que antes eram mais restritas à produção, transporte e comércio de psicoativos ilícitos, agora abarcaria a extorsão, a tortura, o tráfico de pessoas e sequestros. Segundo Camín, a quebra de diversos acordos clandestinos intensifica a instabilidade do país e inicia uma guerra pela consolidação de poder entre as organizações criminosas.

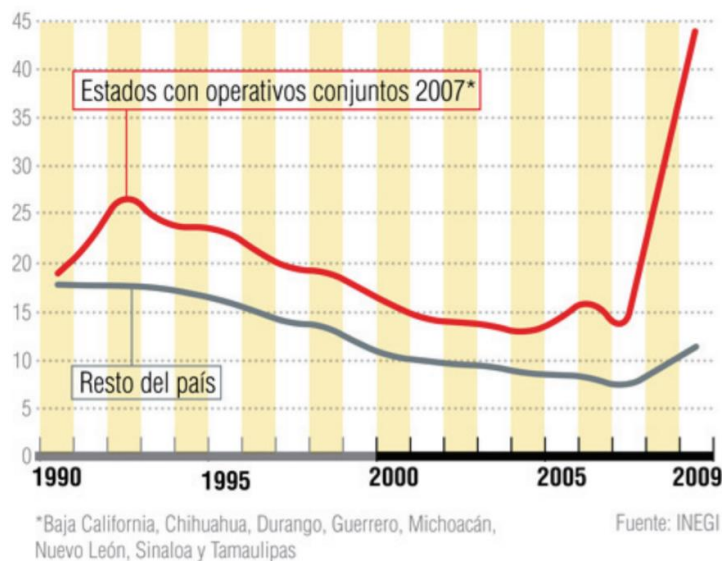
Em números gerais de 2007 até 2012 o número de homicídios intencionais no México saltaria de 10.737 para 25.967, representando um aumento de 141,85% (gráfico 6). Destaca-se a diferença entre o número de assassinatos de homens e de mulheres: as mulheres durante os anos representaram em média cerca de 10% dos homicídios apenas. Além da clara conexão entre o início do combate violento às organizações criminosas em 2007 e a escalada da violência durante o período estudo observado no número de homicídios intencionais, Camín traz mais uma estatística que demonstra tal constatação. A comparação do índice de homicídios entre os estados onde aconteciam as operações de combate e os que não aconteciam (gráfico 7), mostra que a violência das drogas está relacionada diretamente com a intervenção das forças armadas e não com o uso das substâncias ou a natureza violenta das organizações criminosas.

Gráfico 6 – Homicídios Intencionais no México entre 2000 e 2012



Fonte: Banco Mundial

Gráfico 7 - Comparação do número de homicídios (por 100 mil habitantes) nos estados em que acontecem operações e o restante do país



Fonte: CAMIN, Hector Aguilar, 2012, p. 53

Segundo os dados do INEGI e a interpretação de Camín, devem ter acontecido 7.000 mortes a mais em 2008 e 2009 devido às intervenções militares comandadas por Felipe Calderón.

3.7 AS EXPECTATIVAS E AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA ÀS DROGAS

Entre as intenções, ao menos oficiais, e as consequências da Guerra às Drogas existe uma grande diferença. Desde o início do século XX a moralização, tanto em território mexicano, assim como estadunidense compôs a base em que se sustentaria o proibicionismo. Temia-se que o uso de drogas psicoativas pudesse prejudicar as relações sociais, a produtividade e o desenvolvimento do país. Como agravante, a questão de classe, o racismo e a xenofobia impulsionaram as políticas proibicionista que chegariam ao palco internacional e seriam transformadas em violência. Aos poucos, a defesa pelos profissionais da saúde de certos benefícios que algumas drogas psicoativas poderiam oferecer deu lugar a relatórios e estudos que conectavam as drogas à sérios problemas de saúde. No México, a maconha e a loucura se tornaram correlação certa em estudos e convenceram grande parte da população das mazelas que a substância traria aos usuários, assim como a sociedade como um todo.

Esperava-se que com a proibição e as estratégias de combate ao tráfico diminuir a oferta tão profundamente que a escassez do produto no mercado elevaria os preços, desencorajando e até mesmo impossibilitando a compra pelos usuários. Os resultados, no entanto, estão longe do esperado. Com a intensificação da repressão ao tráfico, especialmente a partir da década de 70 e o retorno do conservadorismo e da declaração de Guerra às Drogas,

os preços de fato subiram. No entanto, o aumento nos preços não impediu com que os usuários utilizassem drogas psicoativas, mas estimulou as atividades ilegais que se tornavam muito mais lucrativas àqueles que as realizavam. Outra consequência da ilegalidade e intensificação da repressão do comércio de drogas psicoativas ilícitas foi a adulteração das substâncias. Algumas drogas psicoativas se tornaram mais fortes, como forma de maximizar o espaço necessário para transportá-las ilegalmente através das fronteiras e outras eram misturadas a outras substâncias nocivas à saúde a fim de barateá-las.

O pesquisador Gustavo Restrepo argumenta sobre a retórica paternalista de que a proibição visava proteger o indivíduo do perigo das drogas psicoativas. O autor argumenta que muitas vezes a violência relacionada ao combate às drogas é confundida com a violência decorrente do uso de drogas. Enquanto há nos Estados Unidos mais de 14 milhões de pessoas nos Estados Unidos que consomem alguma droga ilícita, uma fração ínfima deste número foi detido por delitos decorrentes do uso das substâncias (RESTREPO, 2003, p. 12). A violência das drogas muitas vezes ocorre quando o dependente age contra a propriedade para garantir o dinheiro da compra das drogas ilícitas. O aumento no preço, desta forma, também favorece o aumento deste tipo de situação. Em relação aos danos à saúde ou perigos relacionados à violência, se o objetivo da proibição era de fato a proteção do indivíduo existem outras atividades e substâncias que precederiam a proibição da maconha, por exemplo. O comércio de álcool, que causa mais danos e ocasiona em atitudes mais violentas, não foi proibido em nenhum momento no México, nos Estados Unidos a experiência existiu, mas foi encerrada na medida em que não alcançou os objetivos esperados. Além de outras substâncias, “atividades perigosas, por exemplo andar de motocicleta, causam por ano mais mortes que as atribuídas ao consumo de cocaína” (RESTREPO, 2003, p.11, tradução nossa).

Outra consequência da Guerra às Drogas que não foi advertida nos discursos de quem as promoviam é o desvio de recursos da política de combate para às mãos dos próprios traficantes. Conforme o tráfico se tornava mais lucrativo, a demanda não era controlada e a repressão dificultava o trânsito de drogas, mais dinheiro era preciso para manter os acordos da zona cinza. Assim, segundo Restrepo, os bilhões de dólares que deveriam ser empregados para erradicar o consumo de drogas psicoativas ilícitas, acabavam servindo como subsídio para o crime e estimulando a corrupção das autoridades e instituições mexicanas. Além disso, a disputa entre os cartéis, que cresciam em influência e poder desde meados do século XX, por pontos de venda de drogas provocaria mais violência do que o simples consumo de drogas psicoativas caso este estivesse regulamentado pelo Estado ao invés de proibido. Como consequência da política de militarização do conflito que retirava direitos civis dos envolvidos

(ou ditos envolvidos) com o tráfico, somada aos acordos clandestinos que isentavam os cartéis da prática de crimes, a noção de direitos humanos se desfez nas regiões fronteiriças do México.

Como vimos, durante o mandato de Felipe Calderón o pulso contra o tráfico de drogas psicoativas ilícitas foi apertado. Não é segredo e é frequentemente noticiado que os grandes carteis mexicanos atuam com violência. Não faltam evidências para comprovar que de fato as organizações criminosas que floresceram com o proibicionismo não poupam o terror para defender seu território ou atacar o território de outros cartéis. O que não é tão evidente é a maneira como as tropas do Estado que lutam a Guerra às Drogas atuam. Como a violência entre os cartéis é explícita e brutal, imagina-se que as forças do Estado estariam reagindo a iniciativas das organizações ou atuando ativamente com base em inteligência a fim de sufocar os grandes líderes e controlar o comércio ilegal de drogas. O que Alejandro Lajous, Jorge Vadillo e Rebeca Olvera descobriram, no entanto, seria bastante distinto desta imagem (2017). Os pesquisadores avaliaram os combates que aconteceram nos primeiros anos do governo de Calderón. O objetivo era analisar todos os combates que envolveram as forças do Estado e grupos da sociedade civil, os autores optaram por excluir as execuções que já aparecem nas estatísticas de homicídio. Ao todo foram analisados e categorizados 3.327 combates. Os resultados revelam que 84% dos combates foram iniciados pelas forças do Estado e apenas 7% começaram com um ataque, emboscada ou atentado por parte das organizações criminosas. Em 9% dos casos a falta de clareza dos registros impossibilitou a análise e, portanto, foram considerados indeterminados pelos autores. Ou seja, a imagem de que os carteis seriam os grandes vilões da segurança pública não se confirma. É impossível negar o caráter violento das organizações criminosas, mas quando se trata do combate para além da disputa com carteis rivais, as forças militares e policiais do Estado são os atores mais responsáveis pelo derramamento de sangue.

A pesquisa ainda explora a motivação por trás da iniciativa do Estado em iniciar o combate. A análise indica que 14,7% dos combates iniciados pelo Estado foram resultado de alguma investigação ou operação prévia, foram baseados em dados providos por setores da inteligência do país ou então pretendiam executar uma ordem judicial ou ministerial. Outros 10,8% dos combates iniciados pelo Estado seriam motivados por denúncias de terceiros, muitas vezes anônimas. Sobram, portanto, 74,5% dos combates em que não foram encontradas evidências de planejamento ou legitimação prévia. Nesta maioria dos casos o combate foi iniciado pelo Estado por oportunidade e presença física em espaços específicos. Podemos concluir, portanto, que além do Estado ser o motivador da vasta maioria da troca de tiros com os cartéis, as forças militares e policiais atuam de maneira arbitrária e sem embasamento legal

contra a sociedade civil, provocando a violência apenas 4,7% das vezes com embasamento da justiça ou de investigações prévias. Os autores concluem também que não havia uma supervisão séria do congresso sobre a guerra às drogas e o executivo também não conhecia os verdadeiros custos-benefícios do processo (LOJOUS; VADILLO; OLVERA, 2017).

Os resultados preliminares aqui apresentados refletem, em suma, uma estratégia agressiva, improvisada e cada vez mais letal. A outra leitura possível é, simplesmente, que não há realmente uma estratégia articulada e devidamente implementada, mas práticas institucionais pouco ou nada controladas pelas autoridades que decidiram utilizá-las e devem sancioná-las, corrigi-las e evitá-las. Os resultados, em qualquer caso, são catastróficos, tanto para a segurança quanto para os direitos humanos. Acima de tudo, eles precisam aprofundar a análise dos dados existentes e perguntar sobre a sistema e intencionalidade da violência oficial exercida sobre a população civil. (LOJOUS; VADILLO; OLVERA, 2017).

Os autores encerram a pesquisa com uma dúvida sobre a verdadeira intencionalidade das ações das forças do Estado. A pesquisa desenvolvida por eles prova que não há planejamento ou preocupação legal com o emprego da violência, o que demonstra que o Estado atua com carta branca para violar direitos e matar pessoas. Não é fácil confirmar que há intencionalidade por parte do Estado em matar e agredir determinado setor da população, o que é possível concluir, no entanto, que seja por estratégia ou negligência o governo de Calderón é responsável pela escalada da violência atribuída frequentemente aos efeitos psicoativos das drogas ou então à brutalidade dos carteis.

3.8 CONSENSO, COERÇÃO OU DOMINAÇÃO?

Observou-se até então a história do proibicionismo, como sua base foi construída e como esta lógica foi adaptada no México e sofreu interferências externas. De remédio com propriedades admiráveis, as substâncias pouco conhecidas se tornaram drogas que “degenerariam a raça” e por fim um dos produtos que mais movimenta dinheiro e armas no mundo. Esta pesquisa buscava explorar, por meio da extensa história do proibicionismo e da Guerra às Drogas a relação dos Estados Unidos com o seu país vizinho e seu emprego do consenso e da coerção. Pela crescente violência que se manifestava no mandato do presidente mexicano Felipe Calderón, postulou-se que os Estados Unidos poderiam estar deixando escapar a hegemonia que exerciam sobre o México, passando, portanto, a atuar como dominadores. A realidade, no entanto, é que a construção do proibicionismo e a intensificação do combate são fenômenos mais complexos do que a simples pressão dos Estados Unidos pelo uso da violência poderia explicar. A relação dos mexicanos com a maconha, por exemplo, é única do México e não pode ser compreendida como fruto de uma influência externa. Como vimos, o país antecedeu algumas decisões de âmbito internacional sobre as drogas, proibindo

totalmente os processos de cultivo e distribuição de maconha, por exemplo, ou até mesmo incluindo penas que previam a prisão dos que cometiam delitos relacionados à substância.

A lógica proibicionista, muito bem articulada por líderes políticos e profissionais da medicina, antes mesmo da virada do século XX, garantiram que a percepção pública sobre o uso de drogas psicoativas ilícitas fosse negativa, xenofóbica, racista e mal informada. Temendo as mazelas do uso, a população passou a apoiar o proibicionismo e o combate violento do tráfico. Ou seja, o México construiu domesticamente uma retórica que se sustenta até hoje em defesa da ilegalidade de certas drogas psicoativas. Isaac Costero (2003) exemplifica esta noção ao descrever uma eleição para o governo de Nuevo León do ano de 2002 (2003). Maurício Fernández, candidato favorito ao cargo, ao brincar que não via problema no uso de maconha por adultos, mesmo após uma tentativa de se retratar reafirmando seu compromisso com a manutenção da proibição, viu outra candidata ganhar as eleições após ganhar 70% de aumento em popularidade após a polêmica. Ou seja, o uso de drogas psicoativas ilícitas no México ainda comove e é visto como um elemento importante para a sociedade, “o proibicionismo e seu vício mais latente, o militarismo, foi incorporado de vez no léxico dos países latino-americanos. A demanda social por violência policial cresce aceleradamente” (BRAGANÇA; GUEDES, 2018, p. 74). Desta maneira, ousar contrariar a lógica proibicionista já tão enraizada na sociedade, que não consegue imaginar uma política diferente, é extremamente custoso aos detentores do poder. O pioneirismo do México em algumas proibições, como a da maconha, e a consolidação deste discurso sugere que o país teve agência em escolher, ou ao menos facilitar, o que viria a ser um sistema violento de combate.

A violência da Guerra às Drogas, é resultado de uma combinação de fatores: (1) opinião pública favorável ao combate ao tráfico; (2) Legitimação dos EUA e de organizações internacionais; (3) Alinhamento das elites domésticas com a estratégia estadunidense para a América Latina. Estes fatores interagem entre si em um ciclo onde a utilidade da violência é justificada e legitimada. O México teria domesticamente construído o consenso necessário para passar legislações pelo proibicionismo, mas os Estados Unidos e a sua hegemonia exerciam influência sobre algumas decisões tomadas. Primeiramente, a própria pressão das elites mexicanas pela proibição, embasadas no medo da queda da produtividade e da interferência no desenvolvimento do país, está ligada à hegemonia estabelecida pelos Estados Unidos no pós-guerra fria. Assim como os Estados Unidos sentiam que deveriam homogeneizar os interesses para consolidar o consenso, o México também agia neste sentido. As drogas psicoativas que seriam ilegalizadas, principalmente devido a sua ligação com

minorias marginalizadas, eram uma perturbação ao consenso e ao mesmo tempo oportunidade de excluir, autorizar o poder e homogeneizar diferentes grupos. Com a consolidação da opinião pública contra às drogas psicoativas, a política de drogas se tornou pauta eleitoral nos dois países. O combate ao tráfico de drogas, portanto, era de interesse para as elites tanto por uma questão de classe, como também para lhes garantirem eleições. Para além da opinião pública, no entanto, a internacionalização da pauta, vinha a reforçar as discussões já encaminhadas no México e legitimar e consolidar estas ideias. Enquanto nas décadas de 30 e 40 o México fazia vista grossa para o tráfico, os Estados Unidos não tardavam a expor o país no âmbito das organizações internacionais. Neste sentido, os Estados Unidos foram capazes de liderar a pauta e pressionar pelo seu desenvolvimento no México.

Desde os primórdios da proibição e da popularização do assunto em âmbito internacional, o México buscava um líder político que conseguisse livrar o país do tráfico de drogas psicoativas ilícitas. Com a contracultura e o movimento conservador que emergiu como resposta, o tráfico, que era virtualmente ignorado pelas autoridades no México, tomou novamente o centro das atenções. A declaração de guerra por Nixon em 1969 não vinha descolada do contexto de ascensão conservadora. Em meio ao retorno da população às igrejas e aos cultos, declarar guerra às substâncias que haviam marcado o movimento de contracultura foi uma decisão estratégica. Em busca de ordem e lei, os Estados Unidos procurariam reconquistar o consenso que havia sido posto em dúvida pela movimentação social que questionava a uniformidade, a violência, o materialismo e a polarização do mundo. Essencialmente, os principais elementos que sustentavam o poder estadunidense no pós-guerra eram questionados por parte da população estadunidense. Evidentemente, como o principal ator mundial, os Estados Unidos não se limitariam a atuar em âmbito doméstico. A securitização da pauta nos anos 1980 e 1990 dificultariam com que futuros candidatos à cargos públicos pudessem defender a legalização das drogas psicoativas ilícitas.

No caso dos Estados Unidos, o combate violento da oferta de drogas proporciona alguns benefícios aos conservadores e ao *status quo*. Primeiramente, afasta a violência do âmbito doméstico e a exporta para os países periféricos onde o derramamento de sangue é costume e não sensibiliza a população doméstica.

No pós-Guerra Fria, com a adesão e o crescimento do neoliberalismo na região e o reconhecimento por parte de governos latino-americanos da ideia de que uma guerra às drogas era necessário, a potência do norte conseguiu repelir o problema do tráfico para fora de suas fronteiras garantindo a sua sobrevivência enquanto unidade política soberana às custas de conflitos sociais densos nos países que formam seu entorno estratégico (BRAGANÇA; GUEDES, 2018, p. 76)

Além disso, o controle doméstico da demanda por drogas psicoativas ilícitas encarcerou em massa a população negra e pobre que é, portanto, excluída da sociedade e impossibilitada de votar.

Não resta dúvidas de que os Estados Unidos interferiram em momentos chave nas decisões mexicanas desde proibicionismo até o combate ao tráfico. O país desequilibrou a balança em favor da criminalização definitiva das drogas e do combate por meio da força. A relação histórica de submissão mexicana ao vizinho, tanto pelas suas limitações econômicas e extrema dependência dos Estados Unidos, assim como pelo temor de uma intervenção direta com tropas estadunidenses no México, impede que o último consiga sustentar suas próprias decisões quando estas vão de encontro com o plano traçado pelo *hegemón*. Isto é visível na facilidade com que os Estados Unidos conseguem reverter ou promover decisões favoráveis a eles no México. Um primeiro exemplo foi a tentativa em 1940 de legalizar as drogas até então ilícitas e tratar a questão como um assunto de saúde pública. Esta iniciativa não sobreviveu aos ataques de Anslinger nem mesmo por um ano. Um exemplo mais recente é a Operação *Intercept* e sua capacidade de enforçar o comércio mexicano e os pressionar o México a agir rapidamente em cooperação com as estratégias dos Estados Unidos.

A militarização, a inflamação e o apoio financeiro dos Estados Unidos às operações coercitivas influenciam a continuação da Guerra às Drogas e principalmente a continuação da violência. A influência se dá principalmente por meio da legitimação em âmbito internacional e doméstico pelos Estados Unidos. O país, ao estabelecer que o tráfico era uma questão de segurança nacional, se colocou “numa posição de vítima que tem o direito de se defender, enquanto países como Bolívia, Colômbia e Peru que possuíam usos históricos, culturais e religiosos das plantações de folha de coca passassem a ser encarados como uma ameaça” (BRAGANÇA; GUEDES, 2018, p. 72). Tal noção foi globalmente divulgada pelos Estados Unidos, facilitando, desta maneira, com que o país atuasse na América Latina mais facilmente.

O interesse dos Estados Unidos com o tráfico de psicoativos ilícitos era maior do que a tentativa de vencer eleições e garantir o consenso externo. Frente ao final da Guerra Fria, os Estados Unidos precisavam justificar seu imenso orçamento em segurança e encontrar um novo inimigo que propiciasse acesso e influencia na América Latina, principalmente após as ditaduras estabelecidas se desfazerem. Bragança e Guedes lembram que:

A política externa estadunidense foi construída historicamente sob premissas que buscaram justificar a expansão de sua influência pelo continente. Era necessário governar as Américas, seu espaço principal e exclusivo de atuação. Aqui é onde a potência hegemônica ocidental projeta diretamente o seu poder, sendo assim, configura-se como uma região de demasiada relevância geopolítica e estratégica. Devido aos seus recursos naturais, mercados consumidores, entre outros fatores a

América Latina recebe então a tutela e a consequente intervenção dos Estados Unidos, proporcionando ao seu “irmão do Norte” a consolidação de sua hegemonia no mundo capitalista.(BRAGANÇA; GUEDES, 2018, p. 70).

Desta maneira, para que os Estados Unidos mantivessem sua influência e controle sobre a estratégica América Latina, as “drogas” seriam o inimigo escolhido. O tráfico de drogas, portanto era uma pauta estratégica para o governo estadunidense. Foi através dele que o país se reconectou com diversos países latino-americanos, estabelecendo relações de cooperação militar de extrema importância para sua hegemonia. Através da pauta dos psicoativos ilícitos, os Estados Unidos teriam acesso a inteligência latina, treinariam soldados aos seus moldes e teriam acesso ao território do país estrangeiro, construindo, inclusive, bases militares em alguns países.

O México, além de contar com uma elite que foi favorável ao proibicionismo e de ter uma relação especial com as drogas psicoativas, difere dos demais países latino-americanos de outras maneiras. O país, por dividir uma grande fronteira com os Estados Unidos e ter passado por algumas experiências conflituosas com o *hegemón*, como a perda de território para o país e a Revolução Mexicana, trata com desconfiança iniciativas de cooperação. Quando o assunto é a soberania ou a segurança do país, o governo mexicano tende a resistir as investidas estadunidenses. A Iniciativa Mérida, seria um passo para a superação do México deste receio, no entanto, existe uma diferença clara entre a extensão que as operações militares dos Estados Unidos conseguem atingir em países como a Colômbia e o Peru e as que conseguem chegar no México. Ou seja, a análise do caso da Guerra às Drogas no México não revela a extensão do poder que os Estados Unidos exerceriam na América Latina ao securitizar o tráfico de drogas. Além da desconfiança do México em relação aos Estados Unidos, a corrupção das instituições mexicanas e os acordos informais postergaram a séria colaboração entre os dois países. Como a corrupção desvia recursos para as organizações criminosas, a colaboração para o combate só seria consolidada com o governo de Calderón. A militarização mais tardia do combate, por sua vez, acarretaria na explosão da violência justamente, entre outras razões, por quebrar os acordos que garantiam a relativa estabilidade do país.

Seria a escala na violência no México e os objetivos frustrados que analisamos anteriormente sinal de que a Guerra às Drogas falhou? Analisando os discursos sobre os objetivos e os resultados concretos, seria possível concluir que a Guerra de fato fracassou. No entanto, se compreendermos a Guerra às Drogas como uma estratégia para a América Latina podemos considerá-la muito bem-sucedida. Rodrigues, Labate e Cavnar concluem que:

Nesse sentido, o fracasso interminável da proibição das drogas é um enorme sucesso; é claro, não em alcançar seus objetivos declarados, mas em permitir um

grande número de oportunidades para ganhar dinheiro, controlar territórios, intervir sobre dinâmicas sociais e pressionar continuamente países estrangeiros a prender, controlar e matar pessoas pertencentes a certos grupos sociais, étnicos ou nacionais (2016, p. 3, tradução nossa).

A marginalização, prisão e execução de determinados grupos de pessoas de fato marcou a Guerra às drogas, e como foi possível notar, beneficiam resultados específicos em eleições e promovem a homogeneização da sociedade. No hesitante México, por exemplo, a Guerra às Drogas permitiu que os Estados Unidos interferissem na agenda do combate e em legislações, como a que tratava sobre a lavagem de dinheiro, recebessem representantes estadunidenses para ministrar cursos e, por fim, há evidências de que o país permite que os Estados Unidos operem drones de vigilância sobre o território. Estas ações, sem a securitização do tráfico de drogas, não seriam possíveis em um país receoso com a perda de sua soberania nacional.

Retornando à pergunta inicial da pesquisa: poderia a escalada de violência no México significar uma perda de hegemonia dos Estados Unidos? Se analisássemos o caso da violência provocada no México e considerássemos o incentivo estadunidense da militarização como razão única para a escalada desta violência, poderíamos dizer que os Estados Unidos passam por um período de declínio hegemônico e buscam pela sua reconstrução. Esta afirmação poderia ser feita visto que os Estados Unidos procuram especificamente a militarização como meio de conquistar mais influência e poder na região, consolidando desta forma o seu consenso. No entanto, como resumido acima, o México possui um longo histórico com o proibicionismo e o desenvolveu, em boa parte, independentemente das pressões internacionais. A opinião pública sobre o tráfico de drogas era, portanto, bastante coesa em relação ao proibicionismo e pressiona os líderes políticos a manterem a ilegalidade dos psicoativos ilícitos. A estratégia dos Estados Unidos para a América Latina, dessa forma, encontrou um lar entre os conservadores mexicanos e com a chegada de um líder que não era comprometido com as associações cinzentas, o combate iniciaria. Em suma, o México possui mais agência na construção da lógica proibicionista e no combate violento do tráfico do que era imaginado. No entanto, os Estados Unidos exerceram um papel importante na legitimação e popularização a favor do combate ao tráfico e também demonstraram ser efetivos em todos os momentos em que decidiram intervir. O financiamento da militarização também impede que os Estados Unidos sejam considerados inocentes pelas mortes decorrentes da “guerra”. Neste caso, pode-se dizer que os Estados Unidos têm na opinião pública do México coesão suficiente para garantir o consenso, mas que utilizam também da coerção para pressionar o México a corresponder com suas vontades e também para adquirir maior acesso a região estratégica e a inteligência.

Quando se analisa o histórico uso de consenso e coerção estabelecido pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, é difícil concluir que o caso mexicano representa uma mudança fundamental que possa indicar uma perda hegemônica considerável. Desde a Guerra da Coreia os Estados Unidos são capazes de articular decisões, legitimar ações em âmbito internacional e terem a violência utilizada justificada em nome de um bem maior. A mesma estratégia se repetiria na Guerra do Vietnã e apareceria clandestinamente na América Latina. Enquanto na Guerra Fria a justificativa era o comunismo, as drogas seriam o inimigo posteriormente detectado na América Latina. Ao comparar ambos os momentos de utilização da força, Guerra Fria e Guerra às Drogas, os Estados Unidos parecem buscar o mesmo objetivo: garantir a coesão ao redor de determinados valores e estabelecer pontos de influência em territórios estratégicos. Em termos de perda humana, os episódios na Ásia superam em muito as mortes decorrentes do combate ao tráfico. Além da violência, o consenso dos anos 2000 da América Latina, se comparada ao cenário político do Vietnã, Coreia, ou até mesmo a própria América Latina dos anos 1960 é muito mais consolidado. Apesar de haver desconfianças, guerrilhas e outras formas de dispersão social, a onda neoliberal estabeleceu certa coesão em favor do sistema liberal capitalista.

Considerando o histórico do consenso e coerção utilizado pelos Estados Unidos e a estratégia do país para a América Latina como um todo, podemos concluir que existe uma estratégia de manutenção hegemônica no início do século XXI que utiliza a coerção e principalmente prepara instrumentos para possíveis ações de dominação futuras. Considerando a hegemonia como uma combinação do consenso e coerção, e compreendendo que os Estados Unidos ainda são capazes de articular este consenso através das diversas ferramentas construídas no pós-guerra, não é possível caracterizar a escalada na violência decorrente do combate às drogas como dominação. No caso específico do México, que vimos exercer um maior papel na escolha pelo combate violento, a evidência de dominação ainda é mais fraca, visto que a violência é direcionada a setores marginalizados da população e conta com o apoio da opinião pública, além das elites. É possível notar, no entanto, que os Estados Unidos se preparam para uma possível mudança de cenário e pretendem garantir sua influência de poder na América Latina.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa pretendia avaliar a construção hegemônica dos Estados Unidos e apontar um possível declínio hegemônico que teria motivado a escalada da violência no México a partir de 2007. A investigação sobre os eventos que seguiram a Segunda Guerra Mundial

demonstra que os Estados Unidos utilizavam frequentemente da violência para garantir a coesão global em volta do modelo liberal e estabelecer aliados em regiões estratégicas do mundo. O contexto do pós-Segunda Guerra, principalmente a rivalidade estabelecida entre os Estados Unidos e a União Soviética, propiciava um bom argumento para a utilização indiscriminada da força. O combate ao comunismo e a neutralização de suas ameaças serviu como justificativa para o envolvimento do país em guerras na Ásia e operações clandestinas na América Latina. A coesão social doméstica e o alinhamento de elites com a ideologia representada pelos Estados Unidos permitiram que guerras violentas como a da Coreia fossem esquecidas por muitos e interpretadas como simplesmente resultado das ações dos comunistas.

A coesão favorável aos Estados Unidos não surgiu espontaneamente. O país liderou um movimento de institucionalização da ordem liberal, que cobria desde os aspectos sociais até os econômicos. Com instituições como as Nações Unidas, o FMI e o Banco Mundial, os Estados Unidos favoreceram a construção do consenso ao seu favor. A força das instituições não impediria que os Estados Unidos se envolvessem, no entanto, em situações violentas. Conforme o argumento pelo combate ao comunismo se desgastava, uma nova justificativa teria que ser construída para legitimar o uso da força. É neste contexto em que é declarada Guerra às Drogas em 1969. A retórica proibicionista já estava pronta, tanto no imaginário dos mexicanos, assim como da população conservadora estadunidense. As discussões que vilanizavam as drogas já existiam no México desde o final do século XIX. Além disso, a criminalização já havia sido legitimada internacionalmente pelas instituições multilaterais. Em um esforço para o combate mais assertivo do tráfico, os Estados Unidos resolviam dois problemas: garantiam a manutenção de seu consenso, que havia sofrido um golpe com o movimento de contracultura dos anos 1960, e estabeleciam o argumento central de sua estratégia para a América Latina.

Ao explorarmos a violência no México podemos traçar algumas conclusões adicionais. Primeiramente, o aumento da violência parece estar intimamente ligado ao aumento da repressão ao tráfico e à militarização do combate. Imediatamente após o início das operações os índices de homicídio subiram no México. Além disso, a repressão ao tráfico promove a dispersão geográfica das organizações criminosas. Isto aconteceu com a repressão ao tráfico de drogas na Colômbia, que acabou por impulsionar o tráfico no México e com a repressão de Calderón que provocou a dispersão da violência para o interior do próprio México após 2007. A fragmentação das organizações também provocou no México a diversificação das atividades criminosas.

A premissa da hipótese desta pesquisa, que previa uma relação entre a escalada de violência do México e o declínio hegemônico dos Estados Unidos, era a de que o *hegemon* teria empenhado um papel determinante na proibição das drogas psicoativas. De fato empenhou, no entanto, ao olharmos para as raízes históricas da proibição, vemos que o México construiu domesticamente o discurso proibicionista e a estrutura legal para proibi-las. Os Estados Unidos e as instituições hegemônicas viriam para legitimar as decisões mexicanas e cobrar que o México as colocasse em prática. Notamos, desta maneira, que as elites políticas no México atuaram de maneira mais determinante do que o imaginado no início da pesquisa.

O consenso em benefício dos Estados Unidos na América Latina, mais especificamente no México, é profundo. A hegemonia não é capaz de garantir uma sociedade de bem-estar como garante nos países centrais, no entanto as ideias, as capacidades materiais e as instituições que formam a estrutura para a ação no país seguem favoráveis aos Estados Unidos. Em termos gerais, há consenso sobre o sistema capitalista liberal e as instituições garantem a dependência da agenda de desenvolvimento do país e o vinculam ao auxílio econômico. No caso específico das drogas psicoativas, o país ainda conta com o consenso sobre a lógica proibicionista sobre o qual não precisou interferir no México. O maior obstáculo para os Estados Unidos no México eram as instituições corruptas e os acordos cinzentos que impediam que o poder hegemônico e centralizado se manifestasse nas políticas públicas. O governo de Felipe Calderón facilitaria com o combate às drogas que diversos acordos fossem abalados permitindo que os Estados Unidos atuassem com mais influência na região.

Somando a agência e interesse do México pelo combate às drogas, o consenso liberal no país e a comparação histórica entre o cenário da Guerra Fria e o da Guerra às Drogas, a confirmação definitiva da hipótese é improvável. Indicar que no caso da Guerra às Drogas no México não há evidências suficientes de um declínio significativo do consenso ou então uma escalada de violência que seja vigorosamente contestada e influenciada pelos Estados Unidos, não significa, no entanto, isentar o último de responsabilidades. O combate às drogas é a política que embasa e legitima o envolvimento próximo dos Estados Unidos com a América Latina. É através desta retórica que os Estados Unidos possuem acesso consentido às bases militares e à inteligência no continente. Ademais, a Guerra às Drogas, permitiu que os Estados Unidos realizassem a manutenção do consenso, reformando instituições aos seus modos e combatendo aqueles que estão às margens da sociedade. Mais do que uma estratégia para a manutenção do consenso, a Guerra às Drogas é sim violenta, especialmente com um recorte específico da população: homens de pobres no México e homens negros nos Estados Unidos. Em relação ao México, a cooperação pelo combate ao tráfico também aproxima os países

politicamente, acalmando a desconfiança histórica que o México carrega em relação ao *hegemón*. Ou seja, o envolvimento dos Estados Unidos com a pauta do tráfico não é inocente ou desprezioso. Esta intervenção ainda é amplamente aceita como natural e encontra no México uma ideologia conservadora da elite política e uma intenção de Calderón de perturbar as redes clandestinas de poder que favorecem a sua percepção. A estratégia para a América Latina de Bush encontrou as intenções militaristas de Calderón em 2006 e juntos provocaram a violência que observamos a partir de 2007.

Observou-se durante o trabalho que os Estados Unidos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, trabalham pela construção e consolidação de uma hegemonia favorável à sua concepção de mundo. Os eventos aqui analisados, da Guerra da Coreia à Guerra às Drogas, demonstram que o país não se isenta do combate em favor de seus interesses, mesmo quando isto significa abrir mão de princípios ou abusar da violência. As operações da CIA na América Latina e no Oriente Médio em parceria com traficantes de drogas psicoativas ilícitas ou em favor de ditaduras, mostram que o país joga conforme as circunstâncias do momento, independentemente de suas consequências para o mundo periférico. As ações de política externa, apesar de muitas vezes desastrosas para àqueles às margens do sistema, são estratégicas e buscam manter áreas específicas dentro do alcance da influência do país. Os Estados Unidos não carregam, no entanto, a hegemonia sozinhos, eles contam com o apoio das elites estrangeiras que criam um cenário favorável para a sua atuação. A base consensual construída no pós-guerra continua a embasar e legitimar as ações escolhidas e ainda é capaz de realizar concessões sem abrir mão do poder de tomada de decisões pelos países centrais. Contudo, determinar se a hegemonia se encontra em declínio ou ascensão no caso da Guerra às Drogas é um exercício de perspectiva. Do ponto de vista das elites e de parte da massa inserida na retórica da proibição e do militarismo, a violência é simplesmente um instrumento de manutenção da hegemonia, do ponto de vista dos marginalizados, os Estados Unidos são simplesmente dominadores.

REFERÊNCIAS

ARBEX JUNIOR, José. *Narcotráfico: um Jogo de Poder Nas Américas*. [s. L.]: Moderna, 1993.

AUGELLI, Enrico; MURPHY, Craig. Gramsci and International Relations: A GENERAL PERSPECTIVE AND EXAMPLE FROM RECENT US POLICY TOWARD THE THIRD WORLD. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Toronto: Cambridge University Press, 1993. p. 128-147.

BANCO MUNDIAL. **GINI index (World Bank estimate)**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=MX&view=chart>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BANCO MUNDIAL. **Poverty headcount ratio at national poverty lines**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.NAHC?locations=MX>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. **Theoretical and Methodological Challenges of neo-Gramscian Perspectives in International Political Economy**. 2003. Disponível em: <http://www.internationalgramscisociety.org/resources/online_articles/articles/bieler_morton.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRAGANÇA, Danillo Avellar; GUEDES, Julie Medeiros Sérgio. O Declínio Estadunidense e a Guerra às Drogas: A América Latina como Reserva Política Preferencial dos Estados Unidos. **Aurora**, Marília, v. 11, n. 1, p.67-78. 2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/7304-Texto%20do%20artigo-26438-1-10-20180914%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/7304-Texto%20do%20artigo-26438-1-10-20180914%20(2).pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2019.

CAMÍN, Héctor Aguilar. On Mexican Violence. In: ZEDILLO, Ernesto; WHEELER, Haynie (Ed.). **Rethinking the “War on Drugs” Through the US-Mexico Prism**. New Haven: Yale Center For The Study Of Globalization, 2012. p. 47-56.

CARVALHO, Jonatas Carlos de. A Emergência da Política Mundial de Drogas: O Brasil e as Primeiras Conferências Internacionais do Ópio. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p.153-176, jan. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/15927-71082-1-PB.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2019.

CHANDRASEKHAR, C.p.. A Window of Enlightenment? Revisiting Bretton Woods to Reinterpret the History of Hegemony. **Development And Change**, [s.l.], v. 46, n. 6, p.1401-1414, nov. 2015. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/dech.12202>.

COCKCROFT, James D.. A Revolução Mexicana: cem anos depois. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 114, p.29-36, set. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11619>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

COSTERO, Isaac Campos. La Gente Manda. **Revista de La Universidad de México**, Ciudad del Mexico, v. 630, n. 5, p.32-40, dez. 2003. Disponível em: <<https://www.revistadelauniversidad.mx/articles-files/9e0f511c-3486-4c33-98c1-7b82d17e3994>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

COELHO, Jaime Cesar. Reformando as Instituições Financeiras Multilaterais (Passado e Presente). In: IPEA (Org.). **As Transformações no Sistema Financeiro Internacional**: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Brasília: Ipea, 2012. p. 605-648.

COX, Robert. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 44-66.

COX. Robert. W. **Social Forces, States and World Orders**: Beyond International Relations Theory. *Millennium*, 10(2), 126–155. 1981

DEFENSE CASUALTY ANALYSIS SYSTEM. **Vietnam War U.S. Military Fatal Casualty Statistics**. Disponível em: <<https://www.archives.gov/research/military/vietnam-war/casualty-statistics>>. Acesso em: 10 maio 2019.

DERWICH, Karol. Mexico: a regional power or failed state. **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia Política, Florianópolis, v. 4, n. 30, p.8-26, maio 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n30p8>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira; PINHEIRO, José Augusto de Oliveira. Lei do Abate, guerra às drogas e defesa nacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 55, n. 1, p.66-92, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292012000100005>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000100005>. Acesso em: 12 maio 2019.

FERREIRA, Ana L. O. D.. O perfil do homem e da revolução no México: uma breve reflexão sobre a análise de Samuel Ramos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 114, p.46-52, set. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11600/6240>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

GILL, Stephen and LAW, D. **The global political economy – perspectives, problems and policies**. The Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1988.

GUTIÉRREZ, Eduardo Guerrero. An Assessment of Illegal Protection Markets in Mexico. In: ZEDILLO, Ernesto; WHEELER, Haynie (Ed.). **Rethinking the “War on Drugs” Through the US-Mexico Prism**. New Haven: Yale Center For The Study Of Globalization, 2012. p. 33-46.

HIRSCHMAN, Charles; PRESTON, Samuel; LOI, Vu Manh. Vietnamese Casualties During the American War: A New Estimate. **Population And Development Review**, [s.l.], v. 21, n. 4, p.783-812, dez. 1995. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2137774>.

HISTORY CHANNEL. **El inesperado rol de México en la Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: <<https://latam.historyplay.tv/noticias/el-inesperado-rol-de-mexico-en-la-segunda-guerra-mundial>>. Acesso em: 15 mar. 2012

HISTORY CHANNEL. **Woodstock Music Festival concludes**. Disponível em: <<https://www.history.com/this-day-in-history/woodstock-music-festival-concludes>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

KELLER, Renata. **From One Disaster to Another? Mexico's Cold War and the War on Drugs**. 2016. Disponível em: <<https://nacla.org/news/2016/03/22/one-disaster-another-mexico%E2%80%99s-cold-war-and-war-drugs>>. Acesso em: 01 maio 2019.

KIM, Dong Choon. Forgotten war, forgotten massacres: the Korean War (1950–1953) as licensed mass killings. **Journal Of Genocide Research**, [s.l.], v. 6, n. 4, p.523-544, dez. 2004. <Http://dx.doi.org/10.1080/1462352042000320592>.

LIGA DAS NAÇÕES. **Convenção de 1936 para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas Nocivas**. 26 junho 1936. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/15927-71082-1-PB.pdf>> Acesso em: 01 jun 2019.

LAJOUS, Alejandro Madrazo; VADILLO, Jorge Javier Romero; OLVERA, Rebeca Calzada. Los combates: La "guerra contra las drogas" de Felipe Calderón. **Nexos: Sociedad, Ciencia,**

Literatura, [s.l.], abr. 2017. Disponível em: <<https://www.nexos.com.mx/?p=31818>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

LOAEZA, Soledad. El 68 mexicano em la Guerra Fría Interamericana. **Revista de La Universidad de México**, [S.l.], p.87-94, out. 2018.

MCCOY, Alfred W. **In the Shadows of the American Century: The Rise and Decline of US Global Power**. Chicago: Haymarket Books, 2017. Não paginado.

MEYER, Lorenzo. México - Estados Unidos: Las etapas de una relación difícil. **Revista Mexicana de Política Exterior**, [s.l.], v. 1, n. 4, p.8-15, jul. 1984. Disponível em: <<https://revistadigital.sre.gob.mx/images/stories/numeros/n4/meyer.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2019.

NEW YORK TIMES. **Polls Tell Us No More Than Where We Are; Vietnam War Opinion**. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1988/09/07/opinion/1-polls-tell-us-no-more-than-where-we-are-vietnam-war-opinion-139188.html?auth=login-email>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

O'BRIEN, Patrick K.; PIGMAN, Geoffrey Allen. Free trade, British hegemony and the international economic order in the nineteenth century. **Review Of International Studies**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.89-113, abr. 1992. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0260210500118807>.

PAIVA, Rogério Marques. **Indústria Cultural de Guerra em Hollywood: Ideologias e contraideologias governamentais no cinema norte-americano pós Guerra Fria**. Niterói, Rio de Janeiro 2012.

PARMAR, Inderjeet. The US-led liberal order: imperialism by another name?. **International Affairs**, [s.l.], v. 94, n. 1, p.151-172, 1 jan. 2018. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ia/iix240>.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. [s.i.]: Paz e Terra, 1977.

PRISON POLICY INITIATIVE. **Mass Incarceration: The Whole Pie 2019**. Disponível em: <<https://www.prisonpolicy.org/reports/pie2019.html>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

RAMOS, Axayácatl Gutiérrez. Drogas: La historia que hace falta. **Revista de La Universidad de México**, Ciudad del Mexico, v. 630, n. 8, p.45-53, dez. 2003. Disponível

em: <<https://www.revistadelauniversidad.mx/articles-files/c0144a28-66fd-4341-b29e-dee8cc53395e>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

RAMPINELLI, Waldir José. Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 126, n. 11, p.90-107, set. 2009.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 43, n. 1, p.69-98, jun. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292000000100004>.

RESTREPO, Gustavo de Greiff. La "Guerra Contra las Drogas" entre los principios y el pragmatismo. **Revista de La Universidad de México**, Ciudad del Mexico, v. 630, n. 2, p.8-14, dez. 2003. Disponível em: <<https://f002.backblazeb2.com/file/rum-storage/879ba6e5-004a-43f4-b5a3-cd4fe0aa75fe.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

RODRIGUES, Thiago. **A Guerra Além do Estado**. Verve, São Paulo, n. 13, p.184-201, jan. 2008.

RODRIGUES, Thiago; LABATE, Beatriz Caiuby. Prohibition and the War on Drugs in the Americas: An Analytical Approach. In: LABATE, Beatriz Caiuby; CAVNAR, Clancy; RODRIGUES, Thiago (Ed.). **Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas**. [S.I.]: Springer International Publishing, 2016. p. 11-32.

LABATE, Beatriz Caiuby; CAVNAR, Clancy; RODRIGUES, Thiago; Drugs and Politics in the Americas: A Laboratory for Analysis. In: LABATE, Beatriz Caiuby; CAVNAR, Clancy; RODRIGUES, Thiago (Ed.). **Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas**. [S.I.]: Springer International Publishing, 2016. p. 11-32.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra**. Contexto Internacional, [s.l.], v. 34, n. 1, p.9-41, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292012000100001>.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: Uma Guerra na Guerra**. São Paulo: Desatino, 2012.

ROLLES, Steve. From Drug War to Policy: Implications of US Drug Strategy for Latin America An Analytical Approach. In: LABATE, Beatriz Caiuby; CAVNAR, Clancy;

RODRIGUES, Thiago (Ed.). **Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas**. [S.I.]: Springer International Publishing, 2016. p. 245-262.

ROSENGARTEN, Frank. **An Introduction to Gramsci's Life and Thought**. Disponível em: <http://www.internationalgramscisociety.org/about_gramsci/biography.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SCHIAVON, Jorge. **En Busca de una nación Soberana: relaciones internacionales de México**. [s. L.]: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2006.

SEELKE, Clare Ribando; FINKLEA, Kristin M.. **U.S.-Mexican Security Cooperation: the Mérida Initiative and Beyond**. [s. L.]: Congressional Research Service, 2010.

SECRETARIA DE GOBERNACIÓN. Código Penal, 02 de janeiro de 1931. Mexico,

SLOAN, Julia. Carnivalizing the Cold War: Mexico, the Mexican Revolution, and the Events of 1968. **European Journal Of American Studies**, [s.l.], v. 4, n. 1, p.1-12, 18 mar. 2009. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/ejas.7527>. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/ejas/7527#entries>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SMITH, Benjamin. **El año en el que México legalizó (brevemente) las drogas**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-43670179>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

SOLTERO, Gonzalo. Construcción de la violencia en México: Un análisis desde la teoría literaria. **Política y Cultura**, [s.l.], n. 46, p.121-142, set. 2016.

SPECTOR, Ronald H.. **The Vietnam War and the Media**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/The-Vietnam-War-and-the-media-2051426>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SPECTOR, Ronald H.. **Vietnam War**. Disponível em:

<<https://www.britannica.com/event/Vietnam-War>>. Acesso em: 02 maio 2019.

SURI, Jeremi. The Rise and Fall of an International Counterculture. **The American Historical Review**, [s.l.], v. 114, n. 1, p.45-68, fev. 2009. Disponível em: <<https://www-jstor-org.ez46.periodicos.capes.gov.br/stable/pdf/30223643.pdf?refreqid=excelsior%3A8c0a1a9e-decd5676359beb239781a368>>. Acesso em: 08 maio 2019.

SURI, Jeremi. The Rise and Fall of an International Counterculture. **The American Historical Review**, [s.l.], v. 114, n. 1, p.45-68, fev. 2009.

TAVARES, Paula Cristina Ruivo de Almeida. **Os EUA após a Segunda Guerra Mundial: A Banda Desenhada como Imagem da Controvérsia**. 2008. 319 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Americanos, Universidade Aberta de Lisboa, Lisboa, 2008.

THELEN, David. Democracy in Mexico-The Complex Roles of the United States: A Conversation with Sergio Aguayo. **The Journal Of American History**, [s.l.], v. 86, n. 2, p.456-466, set. 1999. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.2307/2567040>. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2567040>>. Acesso em: 10 maio 2019

THE UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2018**. Vienna: United Nations, 2018. Disponível em: <https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/WDR18_Booklet_3_DRUG_MARKETS.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Revolução Vietnamita: da libertação nacional ao socialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

WILKINSON; Tracy; FAUSSET, Richard; BENNETT, Brian. **U.S.-Mexico drug war partnership under Calderon broke new ground**. Disponível em: <<https://www.latimes.com/world/la-xpm-2012-nov-28-la-fg-us-mexico-drug-war-20121129-story.html>>. Acesso em: 15 abr. 2019.